



KLS

Regionalização do Espaço Mundial

Regionalização do Espaço Mundial

Marcos Vinícius Isaias Mendes

© 2019 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Daniela Resende de Faria

Editorial

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Mendes, Marcos Vinícius Isaias

M538r Regionalização do espaço mundial / Marcos Vinícius Isaias

Mendes. – Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019.

192 p.

ISBN 978-85-522-1440-3

1. Mundialização e globalização. 2. Território.

3. Geopolítica. I. Mendes, Marcos Vinícius Isaias. II. Título.

CDD 550

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2019

Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza

CEP: 86041-100 — Londrina — PR

e-mail: editora.educacional@kroton.com.br

Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1

Região e regionalização	7
Seção 1.1	
Introdução ao conceito de região	9
Seção 1.2	
Regionalização do mundo I	23
Seção 1.3	
Regionalização do mundo II	38

Unidade 2

Globalização e regionalização	55
Seção 2.1	
A nova ordem global	57
Seção 2.2	
A economia-mundo	70
Seção 2.3	
A região e os espaços heterogêneos	84

Unidade 3

A globalização e as novas regionalizações	99
Seção 3.1	
A constituição dos blocos econômicos – União Europeia ...	101
Seção 3.2	
O Mercosul e o Nafta	113
Seção 3.3	
APEC, TPP e Pacto Andino	125

Unidade 4

Novas perspectivas regionais	141
Seção 4.1	
Regionalização e cooperação internacional	143
Seção 4.2	
Ásia e a Nova Ordem Global	156
Seção 4.3	
Regionalização e meio ambiente	169



Palavras do autor

O espaço mundial vem sofrendo profundas alterações ao longo dos séculos. Os sistemas político-econômicos e as evoluções sociais e históricas são fatores que influenciam esse processo. Dizemos, portanto, que há uma co-constituição entre as sociedades e as regiões em que habitam, cujas decisões políticas (por meio, por exemplo, dos Estados Nacionais) e os processos econômicos (centrados no mercado) exercem influência preponderante. Por outro lado, uma reflexão profunda sobre os conceitos de *região* e *regionalização* é parte essencial nesse processo de compreensão da qual o futuro professor de Geografia não pode se abster. Nesse contexto, a disciplina *Regionalização do espaço mundial* tem um objetivo bastante ambicioso: estimular a reflexão sobre a importância dos processos de regionalização do mundo para a evolução do Sistema Internacional, desde o século XV até os dias atuais.

Ao estruturar elementos para cumprir esse objetivo, a disciplina auxiliará você, aluno e futuro professor de Geografia, a compreender a região como unidade de análise espacial, conhecendo diferentes formas de regionalização do mundo. Além disso, à medida que o processo de *globalização* é central para as distintas formas de co-constituição entre sociedades e regiões, a disciplina fornecerá condições para você entender como os movimentos de regionalização foram (re) configurados por esse processo. Em outras palavras, você compreenderá como a força dos mercados estimulou países a constituírem blocos econômicos-comerciais, por exemplo, Mercosul e União Europeia; como os processos de regionalização afetam as dinâmicas da cooperação e dos conflitos internacionais, dentre outros temas. Além disso, a disciplina fornecerá suporte para os futuros professores de Geografia assimilarem como as Organizações Internacionais lidam com os problemas ambientais e de segurança, de grande importância no cenário internacional contemporâneo.

A Unidade 1 fornecerá conceitos centrais e elementos de contexto para as demais unidades da disciplina, focando os conceitos de *região* e *regionalização* do mundo, em seus aspectos teóricos e históricos. A Unidade 2 avança na análise da Nova Ordem Global no pós-Guerra Fria, apresentando

algumas dinâmicas da globalização em seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Confere enfoque central à ideia de economia-mundo do sociólogo Immanuel Wallerstein (1930), do qual derivam as influências da regionalização para os processos de financeirização da economia, as questões ambientais e a atuação das corporações transnacionais. A Unidade 3 centra-se na análise dos principais blocos econômicos mundiais em vigor: União Europeia, Mercosul, Nafta, APEC, TPP e Pacto Andino. A ideia é apresentar os aspectos históricos da fundação desses blocos, seus objetivos e exemplificar sua importância para a regionalização do espaço mundial. A Unidade 4 conclui a disciplina, contendo temas contemporâneos acerca do processo de regionalização do mundo. São discutidas algumas relações entre a regionalização e a cooperação internacional. Além disso, aborda a emergência da Ásia na Nova Ordem Global como possível novo centro de poder hegemônico. Por fim, são tratadas as questões ambientais nas perspectivas local e global.

O convite está aberto para que você, aluno (e futuro professor), construa com o professor e seus colegas o conhecimento sobre a *Regionalização do Espaço Mundial* em perspectiva histórica, econômica, política e, acima de tudo, crítica.

Unidade 1

Região e regionalização

Convite ao estudo

Você já parou para pensar sobre os conceitos de *região e regionalização*? Eles estão mais próximos de sua realidade do que você imagina. Historicamente, a ideia de região pressupõe uma entidade geográfica concreta, ou seja, um espaço geográfico bem delimitado. Por outro lado, o processo de regionalização configura-se num dinamismo que diferencia, recorta e reconfigura regiões em espaços coesos e articulados. Veja, por exemplo, o caso da formação das fronteiras do Brasil. Sabemos que no século XV a região geográfica que hoje conforma o país era dividida por uma linha imaginária desenhada pelo Tratado de Tordesilhas, que dividia o atual território em uma porção ocidental (pertencente à Espanha) e uma oriental (Portuguesa). Ao longo dos anos, essa linha foi sendo redesenhada em um processo de regionalização que expandiu as fronteiras do país. É nesse contexto que a Unidade 1, *Região e Regionalização*, está estruturada. Observe que a regionalização não se limita à conformação das fronteiras de países. Ela pode descrever processos de aglomeração de vários países em unidades coesas, como ocorre na União Europeia, ou, ainda, de forma mais universal, na configuração representativa dos seis continentes que conformam o mundo: América, Europa, África, Ásia, Oceania e Antártida.

Nesta unidade você será convidado a refletir sobre a região como unidade de análise espacial na Geografia e conhecer as diferentes formas de regionalização do mundo. Assim, a Seção 1, introdutória, ajudará você a compreender, de forma articulada, os conceitos de região, regionalização e território. Após isso, na Seção 2, você poderá aplicar o raciocínio geográfico na análise de tais conceitos no contexto do desenvolvimento espacial do capitalismo e na dinâmica da Primeira Guerra Mundial. A partir daí a seção fornecerá insumos para que você compreenda os processos de regionalização a partir da Segunda Guerra Mundial, no bojo da Guerra Fria e na divisão de países entre centrais e periféricos. Ao final desse processo, você será estimulado a produzir um relatório de síntese que compreenda as três seções vistas.

Para aplicar tais conceitos à sua realidade como estudante e futuro docente de Geografia, apresentamos Mariana, uma professora recém-formada em Geografia, na modalidade de licenciatura, e que está prestes a iniciar seu primeiro trabalho como docente. Ela foi contratada em regime temporário

com possibilidade de efetivação por uma escola técnica com um enfoque multidisciplinar de ensino. A ideia da escola é preparar os estudantes para um cenário profissional competitivo, estimulando uma concepção multidisciplinar na interpretação e resolução dos problemas, em qualquer tipo de ambiente de trabalho que esses estudantes venham a escolher no futuro. Nesse cenário, Mariana será responsável por lecionar a disciplina de Geografia para os estudantes do ensino médio técnico em Administração, Logística e em Construção Civil. Em termos de preparação docente, um diferencial da escola é o desenvolvimento conjunto das disciplinas pelos docentes de áreas correlatas. Ou seja, apesar de Mariana ser da área de Geografia, ela desenvolverá a metodologia de ensino e o programa da disciplina com os docentes das áreas de História e Economia. O objetivo da escola, com essa estratégia, é estimular o intercâmbio de experiências entre os docentes e a inovação nos métodos de ensino aplicados em sala de aula. Trabalhar dessa forma representa um grande desafio aos docentes, e Mariana parece estar especialmente preocupada, já que seu objetivo é apresentar um alto desempenho, de modo que seja efetivada ao final do período de experiência.

Como Mariana poderá trabalhar conceitos abstratos e teóricos da Geografia associando-os a realidades tão concretas, como a atuação profissional desses estudantes? De que forma os conceitos de região e regionalização podem ser tratados a partir de suas definições e ao mesmo tempo aplicados à realidade dos alunos? Como os desenvolvimentos tecnológicos da Primeira Guerra Mundial influenciaram a Logística Contemporânea? Quais as consequências regionais e políticas do fim da URSS?

As três seções dessa unidade poderão auxiliá-lo a construir seu conhecimento sobre essas temáticas, bem como aplicá-las à sua realidade como futuro docente.

Introdução ao conceito de região

Diálogo aberto

Prezado aluno, nesta seção você será instigado a refletir sobre o conceito de região e sua relação com outros conceitos muito importantes para a Geografia – como regionalidade, espaço e território. Nesse sentido, observe atentamente a situação de Mariana nos primeiros dias de seu novo trabalho como professora. Lembrando que Mariana iniciou seu primeiro emprego como docente de Geografia em uma escola técnica profissionalizante na qual existe uma normativa de que os professores com disciplinas correlatas devem fazer o planejamento de aula conjuntamente. Assim, Mariana ficou alocada em um grupo de trabalho com os professores de História e Economia.

Na primeira reunião de trabalho com os citados professores - das áreas de História e Economia - Mariana sentiu-se um tanto desapontada com a reação dos colegas quanto à sua proposta para a primeira aula. Enquanto o professor da área de História apontou que, em relação ao conteúdo, a proposta é rasa e pouco aprofundada em termos teóricos, o professor de Economia a criticou justamente pelo motivo oposto, isso é, argumentou que se trata de uma proposta demasiadamente teórica e com pouca aplicabilidade prática.

Por exemplo, o professor de História criticou o excessivo enfoque em “características físicas” (geomorfologia, vegetação, clima, etc.) em detrimento de “características antrópicas” (culturais, políticas, linguísticas, etc.) para apresentar a ideia de região, e o professor de Economia, por sua vez, criticou a falta de exemplos e a relação da região ao contexto profissional futuro desses alunos. Sugeriu, por exemplo, associar esse conceito à realidade das empresas, que geralmente têm que optar por instalar plantas produtivas em regiões com aspectos socioeconômicos favoráveis ao negócio (como proximidade de fornecedores, mão de obra qualificada, etc.).

De fato, Mariana passou muito tempo refletindo sobre a melhor forma de abordar o tema de sua primeira aula a fim de motivar sem, contudo, abandonar o rigor científico necessário. Apesar disso, ainda sofreu as críticas referidas. Percebeu, no entanto, que tais críticas poderiam ser incorporadas ao seu planejamento, de modo a melhorar a qualidade de sua aula. Nesse sentido, observou a importância dos exemplos na sala de aula, sobretudo associando os conteúdos ministrados à realidade profissional futura dos estudantes.

Vamos acompanhar a Professora Mariana em sua elaboração e investigação, processos necessários a todo professor, em busca de elementos e

recursos didáticos mais interessantes e que sejam ferramentas potencializadoras na abordagem do conceito de *região* de forma significativa e aplicável à realidade profissional futura dos alunos.

Não pode faltar

A regionalização e o pensamento espacial.

O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert estabelece uma distinção importante entre os conceitos de região, regionalização e regionalidade:

“*A região*, enquanto entidade geográfica concreta, a *regionalização*, enquanto processo de diferenciação e/ou de recorte do espaço em parcelas coesas ou articuladas, e a *regionalidade*, enquanto propriedade do “ser” regional (especialmente em sua dimensão simbólica e vivida). (HAESBAERT, 2010, p. 2)

Vamos iniciar pela análise de alguns aspectos do conceito de regionalização. Os outros conceitos serão analisados nas próximas seções.

Segundo Haesbaert (2010), a regionalização é um processo de diferenciação/ recorte do espaço, de modo que o resultado sejam parcelas (regiões) coesas e/ou articuladas, isto é, que tenham elementos de reconhecimento e familiaridade que as aproximem. Para refletirmos sobre o conceito de regionalização, portanto, é fundamental imaginar o processo de regionalização como um recorte dinâmico do espaço e, por isso, justamente, que o desenvolvimento do pensamento espacial é de fundamental relevância. A regionalização faz com que o espaço geográfico assuma uma característica dinâmica, moldada pelos processos físicos/naturais e humanos/sociais em constante evolução.

Ao considerarmos essa noção de processo, é importante considerarmos os atores concretos que pensam, delineiam (política e economicamente), definem e redefinem as divisões regionais – ou seja, os responsáveis pelo processo de regionalização. Ora, se a “regionalização deve estar sempre articulada numa análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço” (HAESBAERT, 2010, p.6), é natural que os processos políticos e econômicos (e seus agentes) decidam, pactuem, negociem e estruturem a regionalização do espaço.

Veja, portanto, que o conceito de região (e o processo de regionalização) tem caráter múltiplo, considerando processos, agentes e espaços em co-constituição. Nessa linha, Haesbaert oferece três visões sobre esse relacionamento:

“1) a região como produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação; 2) a região construída através da atuação de diferentes sujeitos sociais (genericamente: o Estado, as empresas, as instituições de poder não-estatais e os distintos grupos socioculturais e classes econômico-políticas); 3) a região como produto-produtora dos processos de diferenciação espacial, tanto no sentido das diferenças de grau (ou desigualdades) quanto das diferenças de tipo ou de natureza (diferença em sentido estrito). (HAESBAERT, 2010, p. 7)

Ou seja, o conceito de regionalização estaria relacionado a outros mais abrangentes, tais como globalização, como fica evidente nos processos de integração regional da Europa e da América do Sul, cuja origem remonta ao processo de globalização. Preste atenção que esse não é o único entendimento possível, conforme o excerto anterior exemplifica.

Um segundo entendimento envolve os processos de disputa, negociação e consenso sobre identificações regionais entre atores que vão desde o Estado Nação, aos agentes econômicos (empresas) e à sociedade civil (cidadãos e organizações sociais). Além desses atores, Haesbaert (2010) identifica a regionalização como processo de diferenciação do espaço geográfico – quer seja quanto ao grau (por exemplo: regiões desenvolvidas, subdesenvolvidas, em desenvolvimento), quer seja em sentido estrito, considerando aspectos naturais ou geomorfológicos (por exemplo: regiões do cerrado, regiões atlânticas, etc.).



Refleta

Observe o relacionamento entre os conceitos de regionalização e globalização. Se por um lado o termo “global” refere-se às relações fluidas, em redes, entre agentes e processos no espaço mundial, o termo “local”, usualmente associado ao conceito de regionalização, refere-se a dinâmicas definidas em escalas inferiores e espacialmente delimitadas. Como, então, os processos globais e locais podem estar relacionados? De que forma o neologismo “glocalização”, apontado por autores como Haesbaert (2010) e Boaventura de Souza Santos (2002) pode ser interpretado?

Nesse contexto, podemos verificar que o processo de regionalização exige um pensamento espacial dinâmico, no qual uma ampla variedade de atores e interesses está envolvida. É a partir do entendimento de um espaço sempre mutável e em constante processo de alteração – seja por

processos físicos ou por processos humanos/sociais – que o conceito de região pode ser construído.

O conceito de região e a compreensão de mundo.

Segundo Cunha, o conceito de região remonta pelo menos à época do Império Romano:

“O império Romano passa a ser representado por mapas nos quais as diversas regiões “representam a extensão espacial do poder central hegemônico”, mas, no entanto, nelas “os governadores locais dispunham de alguma autonomia [...], mas deviam obediência e impostos à cidade de Roma. (CUNHA, 2000, p. 41)

O autor observa ainda que “o conceito de região permitiu, em grande parte, o surgimento das discussões políticas sobre a dinâmica do Estado, a organização da cultura e o estatuto da diversidade espacial” (CUNHA, 2000, p. 42). A região incorpora, então, aspectos culturais e simbólicos inerentes à diversidade espacial expressa em suas diversas “sub-regiões”. É nesse sentido que o Estado, entendido como a representação política de um país, é um ator central no processo de recorte, traçado e configuração espacial de regiões e sub-regiões no interior de seu território.

Perceba como esse relato está adequado à noção que temos de regiões como subdivisões de um governo central, por exemplo, aqui no Brasil. O Estado brasileiro subdivide-se em 5 regiões, a saber: Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. O governo central (governo federal) subdivide-se em 26 estados e 1 Distrito Federal dotados de certo grau de autonomia e administrados pelos governadores estaduais. Por sua vez, os estados subdividem-se em *regiões* menores, os municípios. Geralmente, os municípios também se subdividem em regiões ainda menores para facilitar a gestão pública municipal. Ou seja, o processo de regionalização pode ser realizado em diversas escalas.



Saiba mais

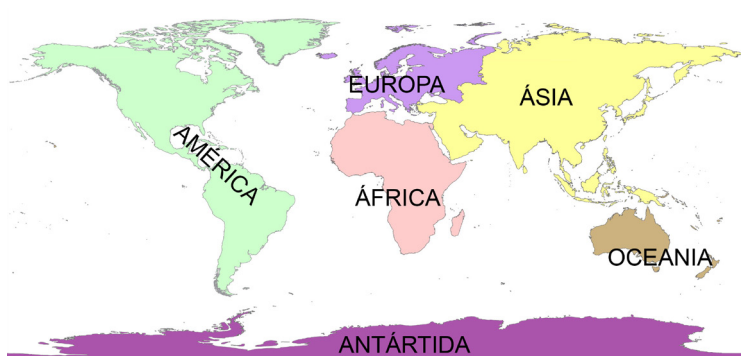
O didático artigo do professor Fábio Contel, da Universidade de São Paulo, aponta os debates e principais elementos levados em consideração pelo IBGE nas divisões regionais do Brasil de 1942, 1970 e 1990. Com o objetivo de compreender o processo de regionalização do Brasil, leia as páginas 2-12 do artigo e verifique os debates políticos, culturais, econômicos e geográficos que ocorreram nesses processos de regionalização. Conforme você perceberá com essa leitura, as negociações foram

longas e exaustivas, passando por diversas etapas progressivas para culminar na atual configuração do território brasileiro.

- CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990), *Terra Brasilis*, [s.l.], n. 3, 2014.

Em nosso caso específico, na disciplina *Regionalização do Espaço Mundial*, estamos interessados nas escalas de generalizações. Consideremos, portanto, o processo de regionalização em nível mundial – os continentes (Figura 1.1). Pelo critério geográfico, o globo terrestre é dividido em 6 continentes – África, América, Antártica, Ásia, Europa e Oceania. Em geral, esses continentes também apresentam subdivisões. Um exemplo é o continente Americano e sua subdivisão em três: América do Sul, América Central e América do Norte. A Europa, por sua vez, costuma ser subdividida em Europa Ocidental e Oriental. Essas subdivisões também são feitas com base em critérios geográficos.

Figura 1.1 | As Seis Regiões Continentais do Globo



Fonte: adaptada de ftp://geofpt.ibge.gov.br/produtos_educacionais/mapas_mudos/mapas_do_mundo/continentes.pdf. Acesso em: 21 ago. 2018.

Nossa compreensão de mundo é profundamente influenciada pelo conceito de região – sob a forma, por exemplo, dos continentes. É comum termos a noção de que “a Antártida é fria” ou que “a Ásia tem uma grande população” ou, ainda, que “a Austrália fica na Oceania”. Essa compreensão cristalizou-se em nosso entendimento sobre o que são os continentes e quais as suas características mais marcantes.

Esse processo tem origem no que Contel chama de “primeiras definições de cunho teórico sobre o fenômeno regional” (CONTEL, 2015, p. 449). Segundo ele, no início do século XX, dois intelectuais realizaram esses primeiros esforços teóricos no sentido de sistematizar o conceito de região: Herbertson (Grã-Bretanha) e Vidal de la Blache (França). Em meados do século XX,

André Cholley (França) estabeleceu uma teorização mais próxima do conceito de região que temos atualmente, conforme também aponta Contel (2015). Os principais aspectos de cada sistematização estão ilustrados no quadro seguinte:

Quadro 1.1 | Primeiras sistematizações sobre o conceito de região

TEÓRICO	CONCEITO DE REGIÃO
A. J. Herbertson (Grã-Bretanha, início do século XX)	<ul style="list-style-type: none"> • Atribui grande importância à classificação no processo de regionalização, objetivando “dividir o mundo em grandes regiões naturais” (CONTEL, 2015, p. 449). • Propõe 4 tipos de fenômenos para a classificação das regiões: 1) geomorfologia, 2) clima, 3) vegetação e 4) densidades populacionais. • “(...) a região era um dado da geografia física, um dado da natureza” (CONTEL, 2015, p.449).
Vidal de la Blache (França, início do século XX)	<ul style="list-style-type: none"> • Busca pela conexão entre os aspectos naturais e humanos na explicação do conceito de região. • Ênfase aos longos lapsos de tempo necessários para a formação das regiões, diminuindo a ênfase na determinação dos fatores naturais na regionalização do espaço. • Conceito de região geográfica para denominar parcelas da superfície terrestre com características homogêneas, considerando elementos naturais e a ação humana.
André Cholley (França, meados do século XX)	<ul style="list-style-type: none"> • Os fatores geográficos são essencialmente complexos, respondendo a combinações de fatores. • Os fatores a serem combinados na superfície terrestre seriam: 1) fatores físicos, 2) fatores bióticos (ou biológicos) e 3) fatores humanos.

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao passo que a primeira tentativa de sistematização enfatizou exclusivamente as similaridades físicas entre os espaços para classificá-los numa mesma região, as tentativas posteriores consideraram a complexidade envolvida nessa classificação. Segundo Contel (2015), a partir de La Blanche, já podemos identificar uma tentativa de alinhamento entre os aspectos naturais (físicos, climáticos, geomorfológicos) e humanos (sociais, históricos, linguísticos, culturais, etc.). De acordo com Contel (2015), em meados do século XX, com Cholley, essa definição torna-se ainda mais robusta, acrescentando os aspectos biológicos (fauna, flora) na classificação das regiões.

Observaremos, nas próximas seções, como esse novo entendimento sobre o conceito de região (sobretudo a influência humana) será determinante para o desenvolvimento de sistemas políticos, econômicos e da diferenciação espacial e socioeconômica entre regiões. Esse referencial será de grande utilidade para entendermos as dinâmicas da evolução do capitalismo no tempo e a diferenciação do mundo entre países desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Região como área de interesse. A regionalidade.

Em termos políticos, a conformação de regiões (ou seja, o processo de regionalização) pode ocasionar muitos tipos de conflitos. Um exemplo de destaque é a definição das fronteiras dos países. Goes Filho (2015) observa que o processo de definição das fronteiras do atual território brasileiro foi construído durante um longo processo, no qual três atores tiveram marcada importância: os navegantes, os bandeirantes e os diplomatas. Como *Navegantes* (FILHO, 2015), entendemos as figuras que, na época das grandes navegações (séculos XIV e XV), ao “ocuparem” a região que atualmente configura o território brasileiro, foram responsáveis pelas etapas iniciais da colonização do Brasil. Em uma segunda etapa de ocupação e exploração do território, destacaram-se os *Bandeirantes* (FILHO, 2015), quer seja pelas tradicionais (e iniciais) Bandeiras, com finalidades duplas de caça ao índio e pesquisa de metais preciosos, quer seja pela sua evolução natural, as Monções, que predominaram na expansão para o Centro-Oeste e para o Norte e região Amazônica. Por fim, os *Diplomatas* (FILHO, 2015), que protagonizaram árduas e longas rodadas de negociação para a definição atual das fronteiras do território brasileiro.

Perceba que nas três fases do processo de regionalização, o Brasil foi tratado como uma área de interesse (comercial e de exploração, no caso dos navegantes e bandeirantes, e nacional/territorial, no caso dos diplomatas). Navegantes e bandeirantes, e nacional/territorial, no caso dos diplomatas).



Assimile

Você já parou para refletir sobre o papel dos diplomatas nos processos de regionalização? Os diplomatas são os responsáveis pelas negociações territoriais sobre as fronteiras de um país. Em casos de disputas territoriais, como aquelas que o Brasil enfrentou na fronteira com a antiga província Cisplatina (atual Uruguai), esses profissionais têm papel preponderante na defesa dos territórios nacionais e no traçado das fronteiras de maior interesse para o país.

A região também pode ser entendida como uma área de interesses (e, normalmente, conflitos de interesses) em diversas outras instâncias. Por exemplo, quando uma empresa decide instalar plantas produtivas em regiões cuja mão de obra é mais barata, ou em regiões com abundância de matérias-primas e recursos naturais ou, até mesmo, em processo inverso, quando profissionais altamente qualificados migram para regiões muito desenvolvidas economicamente (geralmente grandes metrópoles) em busca de colocações especializadas ou, ainda, em conflitos territoriais como aqueles protagonizados por grandes fazendeiros e povos indígenas habitantes do Centro-Oeste do Brasil, que entram em disputa por regiões de interesse agrícola e/ou habitacional, por exemplo.

Além desses aspectos, cabe apontar outro conceito importante para a definição de região: a regionalidade.

“A regionalidade envolveria a criação concomitante da “realidade” e das representações regionais, sem que elas possam ser dissociadas ou que uma se coloque, a priori, sob o comando da outra – o imaginário e a construção simbólica moldando o vivido regional e a vivência e produção concretas da região, por sua vez, alimentando suas configurações simbólicas” (HAESBAERT, 2010, p.8).

De acordo com o autor, o conceito de regionalidade representaria uma construção simbólica que expressa o ato de pertencer à determinada região, quer seja por elementos culturais (por exemplo, comidas e bebidas típicas de determinadas localidades) ou por elementos linguísticos (representado, por exemplo, pelo sotaque).



Exemplificando

O conceito de regionalidade pode ser melhor entendido se pensarmos em termos simbólicos. Por exemplo, no Brasil, os brasileiros possuem aspectos culturais específicos que os caracterizam como pertencentes às regiões distintas, ainda que habitem outras que não a de sua origem. Há aqueles, por exemplo, que consomem mate (chimarrão), remetendo a um aspecto cultural (regionalidade) do local onde nasceram/cresceram, ainda que não residam lá, cujo hábito da bebida citada é muito comum, originado a partir das culturas indígenas que habitavam preteritamente o local. Há aqueles brasileiros que costumam ter redes de descanso em suas residências, inclusive para dormir. Culturalmente, esse hábito também tem origem ameríndia, de tribos pré-cabralinas habitantes do que hoje constitui o território brasileiro.

Portanto, a região como área de interesse político/econômico delinea o nosso entendimento sobre o potencial de aproveitamento de determinados espaços. Muitas vezes esse entendimento leva a uma hierarquização dos espaços, conforme veremos ao longo dessa disciplina.

Região e Território

Costa e Rocha (2010) observam que o conceito de território ainda não possui uma definição unânime na Geografia, por isso mesmo tem sido alvo de intensos debates nas últimas décadas. Apesar disso, o autor observa que o conceito de território apresenta três vertentes básicas: “i) política (referente às relações espaço-poder), ii) cultural (que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva), e iii) econômica (como fonte de recursos)” (COSTA; ROCHA, 2010, p. 46).

Cunha (2000) considera que a noção política de território diz respeito às relações de poder formais (político-jurídicas) e normativas que estão presentes no território. Por exemplo, a divisão do território nacional em estados leva em consideração essa perspectiva. O autor observa que a vertente cultural define o território sob o ponto de vista das identidades e representações que o constituem. A terceira vertente, econômica, refere-se a questões de competitividade, inovações tecnológicas e desenvolvimento econômico.

Além dessas três vertentes, Costa e Rocha (2010) delinham outros entendimentos sobre o território. Um deles diz respeito aos usos, apontando que o conceito de território só faz sentido quando analisamos o uso que se faz dele, a partir do qual é possível traçar relacionamentos complementares, conflitantes e de poder dentro dos territórios. Outro desses entendimentos foca as escalas, afirmando que o território pode ir desde as escalas de detalhes, como a sala de casa, o bairro, até aquelas de generalização, como as que se relacionam a eventos internacionais ou globais (países, continentes).

Costa e Rocha (2010, p.47) concluem que atualmente o conceito de território tornou-se “mais complexo e abrangente, estando relacionado ao uso, a apropriação do espaço, as relações sociais, políticas, econômicas, culturais, de poder e de controle”. Logo, é importante ressaltar que todo conceito é relacional e interpretativo, sendo uma definição específica de cada um que o analisa, cabendo reinterpretações ao longo de seu processo de reflexão e estudo.

Sem medo de errar

A vida profissional de um professor envolve desafios não tão evidentes para quem observa de fora. Esses desafios envolvem não somente o ambiente de sala de aula, mas também os momentos prévios e posteriores à aula. Relembremos rapidamente a situação da professora Mariana, antes de seu primeiro dia de

trabalho. Contratada como professora de Geografia em uma escola técnica com abordagem interdisciplinar, Mariana foi estimulada a desenvolver conjuntamente o seu planejamento de aula com os professores das áreas de História e Economia. No entanto, na primeira reunião que teve com esses colegas, recebeu algumas críticas inesperadas sobre o seu planejamento prévio de aula. As críticas do professor de História foram relacionadas ao excessivo enfoque nos aspectos físicos (geomorfológicos, vegetais e climáticos) do conceito de região em detrimento dos aspectos humanos (políticos, culturais e linguísticos). Já o professor de economia criticou a falta de conexão entre o enfoque da aula e a realidade futura profissional dos estudantes dos cursos técnicos em Administração, Logística e Construção Civil, para os quais Mariana ficou encarregada de lecionar a disciplina de Geografia.

Com base nos apontamentos teóricos aqui apresentados, é possível estabelecer uma série de ações que Mariana poderá tomar, a fim de tornar sua aula mais adequada às sugestões e orientações de seus colegas. Para atender às sugestões do professor de História, Mariana partiu do quadro de referência 1: “Primeiras sistematizações sobre o conceito de região”. Por meio dele, ela, inicialmente, convida um aluno para ir à frente da sala e solicita que ele formule uma frase com o conceito de região apontado pelo teórico inglês A. J. Herbertson, escrevendo-a no quadro. Em seguida, Mariana pede para que a turma sugira acréscimos ou modificações na frase a fim de construir coletivamente o entendimento sobre a concepção de região desse autor. Por fim, após todas as modificações e sugestões, a frase final é posicionada em um mapa conceitual físico – de papel madeira, por exemplo – trazido pela professora. Mariana utilizou-se desses procedimentos também para os conceitos de região apresentados pelos geógrafos franceses La Blache e André Cholley.

Após essa dinâmica e com os devidos mapas conceituais expostos, Mariana apresenta, agora, a visão do teórico inglês A. J. Herbertson. Em seguida, desenhará um quadro com *bullet points*, apresentando os principais conceitos e a evolução nessa perspectiva já no início do século XX, a partir do geógrafo francês La Blache e sua tentativa de agregar os componentes “naturais” e “humanos” para definir o conceito de região. Por fim, apresentará o conceito que mais se aproxima do entendimento dos geógrafos de hoje, formulado em meados do século XX pelo francês André Cholley. A estratégia para isso é apresentar um breve vídeo (ou parte de vídeo), de 2 minutos, no máximo, que apresente o entendimento de região de Cholley.

Em relação ao que sugere o professor de Economia, o trabalho de Mariana será um pouco mais complexo. O caminho escolhido é a conexão, é a ideia de região como área de interesse às três profissões em destaque, exatamente pelo enfoque econômico que a ideia pressupõe. Dessa forma, Mariana exemplifica como o conceito de região pode ser utilizado na realidade profissional dos

técnicos em administração. Para tanto, ela traz notícias recentes de jornais relevantes na área (notícias impressas ou online, em um tablet, por exemplo), ilustrando casos concretos de decisões gerenciais que levam em consideração a localização de fábricas. Primeiro, ela recorta os títulos das notícias e cola no quadro branco (lousa). Em seguida, pede para que cada aluno, individualmente, dirija-se à frente da sala e escolha uma notícia. Por fim, ela solicita que cada aluno, após escolhida a notícia, apresente como o conceito de região é tratado, escolhendo uma frase da notícia para ilustrar esse ponto de vista. Mariana conecta o conceito de região com o trabalho dos administradores públicos, além de enfatizar a importância do processo de regionalização nos municípios, subdivididos em bairros para melhor atender à provisão de serviços públicos às populações. Para tanto, ela traz um plano estratégico municipal de uma grande cidade brasileira (impresso ou online, em tablet, por exemplo), distribuindo-o aos estudantes e apresentando breves vídeos (menos de 1 minuto) sobre as diferentes formas em que o conceito de região é apresentado no documento. Para concluir, ela explicita como o processo de regionalização se aplica às propostas de políticas a serem implementadas – via casos colocados no plano. Para tanto, escolhe 3 casos específicos e seleciona imagens relacionadas a cada caso, os quais são expostos na sala.

A ideia de região como área de interesse também se aplica perfeitamente ao campo da Logística. A professora ilustra como o desenvolvimento nos meios de transportes possibilitaram a exploração e posterior habitação de vastas regiões do interior do Brasil. Nesse sentido, para viabilizar essa ilustração, a professora traz e apresenta à turma um vídeo breve sobre o processo histórico de ocupação do território brasileiro por meio dos diversos modais de transportes (ferroviário, rodoviário, hidroviário, etc.). Em seguida, Mariana estimula o debate sobre o vídeo pedindo que cada aluno o sintetize em uma frase curta e, após isso, comente as frases dos colegas. Quanto à turma de Construção Civil, Mariana associa o conceito de região às áreas urbanas densamente povoadas e aos processos de construção habitacional e comercial por meio de gráficos (em power point) contendo o número de habitações nas grandes cidades brasileiras. Em seguida, apresentou as regionalizações dessas metrópoles em diversas localidades a partir da apresentação de mapas estilo satélite de cada município extraídos via *print* de tela do Google Maps; questionou os alunos sobre os tipos de estratégias para a construção em cada região – desde as centrais e mais economicamente desenvolvidas até as periféricas e com sistema habitacional precário. Esses questionamentos devem ser feitos a partir da observação do mapa e das curiosidades que dali surgirem. O objetivo é estimular o debate sobre a influência do tipo de região nos processos de construção habitacional mais característicos. Mariana trouxe ainda imagens/fotografias dessas metrópoles e as expôs em *power point* para tornar a visualização mais concreta aos estudantes.

Conclui-se que esses exemplos são apenas ilustrativos, como um possível caminho que Mariana poderá seguir em sua aula. Veja que os conceitos de região, regionalização e regionalidade possuem aplicações diversas, em termos teóricos e práticos. Portanto, os materiais de aula serão apresentados de maneira a apontar essa diversidade de entendimentos, conforme sugerido nas etapas de resolução da situação-problema que apontamos acima.

Faça valer a pena

1. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reconhece a existência de três regiões geoeconômicas no Brasil que são diferentes das cinco regiões administrativas: Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, divisão mais amplamente utilizada. Essa proposta de regionalização do Brasil leva em consideração aspectos naturais e, sobretudo, socioeconômicos. As três regiões geoeconômicas no Brasil estão ilustradas no mapa seguinte:

Figura 1.2 | As três regiões geoeconômicas no Brasil



Fonte: https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_regioes_geoeconomicas.pdf. Acesso em: 22 ago. 2018.

Com base no conteúdo e no mapa, assinale a alternativa que relaciona corretamente os critérios utilizados para a regionalização do Brasil em 5 regiões geográficas e em 3 regiões geoeconômicas, respectivamente.

- a) A regionalização em 5 regiões geográficas levou em conta a divisão histórica que predominou desde a independência do Brasil, de forma que desde a primeira constituição (1824) é proibido alterar essa conformação. Já a regionalização em 3 regiões geoeconômicas levou em conta critérios econômicos, históricos, logísticos e aspectos geomorfológicos de aproximação.
- b) A regionalização em 5 regiões geográficas levou em conta o processo social, os elementos naturais condicionantes e as articulações espaciais entre lugares. Já a regionalização em 3 regiões geoeconômicas levou em conta critérios econômicos, históricos e sociais de aproximação entre os diferentes espaços que compõem cada região.

c) A regionalização em 5 regiões geográficas levou em conta a estrutura geológica predominante em cada região, predominando escudos cristalinos no Norte, Bacias Sedimentares no Sudeste e Centro-Oeste e Dobramentos no Sul. Já a regionalização em 3 regiões geoeconômicas levou em conta critérios econômicos, históricos e sociais de aproximação.

d) A regionalização em 5 regiões geográficas levou em conta o processo social, os elementos naturais condicionantes e as articulações espaciais entre lugares. Já a regionalização em 3 regiões geoeconômicas levou em conta critérios econômicos, históricos, logísticos e aspectos geomorfológicos de aproximação.

e) A regionalização em 5 regiões geoeconômicas levou em conta critérios econômicos, históricos, logísticos e aspectos geomorfológicos de aproximação. Já a regionalização em 3 regiões geoeconômicas levou em conta critérios econômicos, históricos e sociais de aproximação.

2. Os conceitos de região, regionalização e regionalidade são alvos de intensos debates entre os geógrafos contemporâneos. Apesar de ainda não haver uma definição única para esses conceitos, existem alguns aspectos mais amplamente aceitos para defini-los em Geografia.

Assinale a alternativa que define corretamente os conceitos de regionalização e regionalidade.

a) A regionalização é o processo simbólico de caracterização espacial, ao passo que a regionalidade é relativa ao local de nascimento.

b) A regionalização é o processo de divisão de países em escalas de maior detalhamento, ao passo que a regionalidade diz respeito aos atributos simbólicos que algumas regiões possuem e outras não.

c) A regionalização é a atribuição de determinadas características aos habitantes de certos territórios, ao passo que a regionalidade é o recorte do espaço geográfico em parcelas coesas e articuladas.

d) A regionalização é o processo de recorte do espaço geográfico em parcelas coesas e articuladas, ao passo que a regionalidade envolve aspectos simbólicos (culturais, linguísticos, etc.) de determinadas regiões.

e) A regionalização é o processo simbólico de caracterização espacial, ao passo que a regionalidade diz respeito aos atributos simbólicos que algumas regiões possuem e outras não.

3. O conceito de *região* pode ser assimilado em Geografia como área de interesse. Sendo assim, certas regiões podem ser alvos de disputas em torno de interesses políticos ou econômicos, em um processo que envolve diversos atores e propósitos.

Dentre as afirmativas seguintes, assinale aquela em que o conceito de região é usado como área de contestação e interesse político:

- a) A região central da cidade de São Paulo possui inúmeros edifícios comerciais, muitos utilizados como escritórios empresariais.
- b) China e Japão investem pesadamente na região da América Latina, pois ela apresenta grande potencial em termos de recursos naturais.
- c) A BR 101 cruza três *regiões* do Brasil, partindo do extremo setentrional, ela cruza o Sul, em seguida o Sudeste e, por fim, o Nordeste do país.
- d) Raquel de Queiroz nasceu na *região* Nordeste em 1910, tendo executado funções de tradutora, escritora e jornalista ao longo de sua vida.
- e) As aldeias da tribo Yanomani estão localizadas numa *região* do extremo norte do Brasil, no estado de Roraima.

Regionalização do mundo I

Diálogo aberto

Prezado aluno,

Esta seção objetiva introduzir aspectos históricos da evolução do sistema capitalista, relacionando esse processo com a regionalização do espaço mundial. Veja que a situação-problema que se apresenta é mais um desafio no início da carreira da jovem professora Mariana, recém-contratada para lecionar Geografia em uma escola técnica com perfil interdisciplinar de ensino. Nessa escola, Mariana ficou responsável por ministrar aulas para os cursos técnicos em Administração, Logística e Construção Civil.

Mariana utilizou uma abordagem histórica sobre o desenvolvimento dos meios de transporte em sua primeira aula para a turma de Logística. No início da aula solicitou aos alunos que já trabalhavam na área que explicassem um pouco de suas rotinas. Júlio, um desses estudantes, descreveu brevemente seu trabalho numa empresa de montagem de ferrovias. Segundo ele, um dos grandes desafios da área é planejar a instalação de linhas ferroviárias em locais já amplamente preenchidos com malha rodoviária. Outro estudante, que trabalha em uma transportadora marítima, argumentou que esse problema não é comum no planejamento de rotas de navegação, já que não há um modal substituto para grandes cargas, tipicamente transportadas por navios, sobretudo de commodities como soja e petróleo.

Júlio continuou, ressaltando a preocupação de seus chefes de que a empresa poderia ser fechada nos próximos anos devido à queda gradativa no faturamento. Segundo ele, a empresa havia sido fundada na Inglaterra, à época da Revolução Industrial, quando a demanda por transporte ferroviário era crescente. No entanto, com o fim da I Guerra Mundial, os transportes rodoviários entraram em ascensão, acirrando a concorrência logística. Atualmente, esse processo se torna ainda mais complexo, com a amplitude de modais disponíveis – ferroviários, rodoviários, hidroviários e aeroviários. Evidentemente, cada modal é utilizado para o transporte de cargas específicas, porém, Júlio acredita – com base nos comentários rotineiros de seus chefes – que o modal ferroviário tende a perder cada vez mais espaço no contexto de capitalismo globalizado.

Mariana pondera, explicando que a situação não é tão simples quanto parece. Embora seja verdade que a concorrência global traz grandes desafios às empresas ferroviárias, como a que Júlio trabalha, ela também traz muitas oportunidades. Nos processos de expansão regional o sistema ferroviário é

estratégico, como foi o caso da reorientação Chinesa para o interior do país, menos desenvolvido, atingindo países como o Cazaquistão e o Uzbequistão. Conforme esse exemplo ilustra, os processos econômicos, sociais e políticos que orientam decisões empresariais e a regionalização do espaço geográfico mundial devem considerar diversos elementos explicativos.

Baseado nesse cenário, como professor mediador da turma, vamos observar quais elementos contextuais e lúdicos (conceitos, eventos históricos, ferramentas, etc.) são mais interessantes para desenvolver o conteúdo, sanando eventuais dúvidas dos alunos quanto à importância da Logística para o processo de regionalização do mundo, das Grandes Navegações até a I Guerra Mundial, de forma a esclarecer se o modal de transporte ferroviário está realmente fadado à extinção.

Não pode faltar

Região e a construção do espaço a partir do desenvolvimento do Capitalismo

Giovani Arrighi (1937-2009) foi um sociólogo político italiano bastante influente nos estudos sobre a evolução histórica do capitalismo. De acordo com esse autor, o desenvolvimento do capitalismo tem relação estreita com os desenvolvimentos comerciais, financeiros e políticos de determinadas regiões do globo terrestre, na seguinte ordem progressiva: a) Cidades-Estado do norte da Itália, sobretudo Gênova e Veneza, entre os séculos XIII e XVI; b) Províncias Unidas, na região que hoje abrange os Países Baixos, no século XVII; c) a Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX; e d) os Estados Unidos, desde meados do século XX (após a II Guerra Mundial) até atualmente (ARRIGHI, 1994).

Mais recentemente, Arrighi (2007) observa que o desenvolvimento do capitalismo está passando por um processo de transição, em que os Estados Unidos diminuem gradativamente sua influência nos ciclos de acumulação internacional, ao passo que o Leste Asiático, sobretudo a China, protagoniza os processos mais dinâmicos de acumulação capitalista desde o princípio do século XXI.

Conforme Arrighi (2007, p. 2), o renascimento do Leste Asiático teve a seguinte origem:

“O renascimento ocorreu por meio de um processo de “milagres” econômicos conectados em uma sucessão de Estados do Leste Asiático, começando no Japão nos anos 1950 e 1960, na Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Malásia e Tailândia na década de 1970 e os anos 80, e culminando nos anos 90 e início dos anos

2000 no surgimento da China como o centro mais dinâmico do mundo em termos de expansão econômica e comercial.

Veja que, conforme essa dinâmica, a construção dos espaços mundiais opera de acordo com três conceitos distintos: territorialismo, hegemonia e capitalismo. O **territorialismo** (ARRIGHI, 1994; MENDES, 2013) é um sistema de expansão focado no aumento da extensão territorial de determinado Império. Naturalmente, foi o sistema em vigor nos processos de expansão das grandes civilizações antigas, como exemplifica o caso do Império Romano (27 a.C. – 395 d.C.).

Nesse processo, o interesse do Império é primordialmente militar – conquistas territoriais, escravos e expansão dos domínios políticos – e, em segundo plano, econômico. Os impérios conquistados em geral passam por um processo de destruição, e posterior assimilação ao império conquistador.

O conceito de **hegemonia**, por sua vez, só faz sentido a partir do ano 1648, com a chamada Paz de Westfália, data considerada pelos cientistas políticos como o nascimento do sistema de Estados modernos. Segundo Arrighi (1994, p. 27): “o conceito de hegemonia mundial adotado [...] refere-se especificamente ao poder de um Estado exercer as funções de liderança e governança sobre um sistema de Estados soberanos”.

Arrighi (1994) trabalha com a hipótese de que ao longo da história do capitalismo existiram duas hegemonias mundiais, quais sejam: a da Inglaterra, no século XIX e início do século XX, e a dos Estados Unidos, de meados do século XX (no pós II Guerra Mundial) até o presente.



Assimile

A Paz de Westfália foi um conjunto de tratados de paz assinados no século XVII na Europa, com o objetivo de acabar com as chamadas *guerras europeias de religião*. A maioria dos estudiosos identificam o ano de 1648, ano da assinatura do tratado, como o início do moderno Sistema Internacional, baseado no conceito de **soberania westfaliana**, e adotando como unidade política mais importante, o Estado-nação soberano.

O terceiro conceito é o de **capitalismo**. Com base nas teorias marxistas, o capitalismo seria um mecanismo político-econômico sistêmico em constante processo de desenvolvimento desde o século XIII (ARRIGHI, 1994), “visando aos lucros extraordinários, explorando a força do trabalho e progredindo no tempo através de expansões materiais (produtivas e comerciais) e financeiras” (MENDES, 2013, p. 15).

Ao longo desse processo de expansão sistêmica, diversos modos de regionalização e construção do espaço mundial podem ser verificados, sobretudo analisando essa evolução em perspectiva histórica mundial.

Segundo Wallerstein (1974), esse processo de regionalização e expansão capitalista global teve uma evolução acelerada a partir da época das Grandes Navegações, conforme verificaremos adiante.

Configuração espacial durante as Grandes Navegações e expansão do sistema capitalista

Para o sociólogo americano Immanuel Wallerstein, “foi no século XVI que passou a existir uma economia mundial europeia baseada no modo de produção capitalista” (WALLERSTEIN, 1974, p. 67, tradução livre do autor). É interessante observarmos que no século XV acreditava-se que o mundo era formado apenas por 3 continentes – Europa, África e Ásia, sendo o mar Mediterrâneo o principal acesso da Europa para o Oriente e o norte da África.

Nessa época, Gênova e Veneza detinham o controle sobre o comércio de especiarias trazidas do Oriente, prejudicando a economia de países como Portugal e Espanha, impedidos de viajarem ao Oriente pelo Mediterrâneo. Foi esse um dos motivos para o grande desenvolvimento da indústria marítima em Portugal.

Esse desenvolvimento deveu-se a algumas razões. Primeiro, muitas invenções de povos antigos foram repassadas aos portugueses pelos povos árabes, durante a conquista e ocupação da Península Ibérica (711-1492). Dentre elas, instrumentos de navegação, como a bússola, o astrolábio, a ampulheta e as velas.

Segundo, pela grande inovação que adveio do domínio da carpintaria naval, culminando na invenção das famosas caravelas. Para Gesteira (2014, p. 1013): “o uso de instrumentos foi imprescindível para as observações astronômicas relacionadas ao posicionamento geográfico das embarcações durante as viagens oceânicas, para a definição das rotas, para a confecção de roteiros e, não menos importante, para a localização das novas terras”.

Essas **novas terras** a que Gesteira (2014) se refere são o atual continente americano, que serão futuramente colonizadas por Portugal. Observemos, portanto, o vulto do empreendimento português e, para além disso, a importância do modo de produção comercial capitalista para a descoberta da América.

Não fosse o acirramento da concorrência comercial na Europa, frente aos enriquecidos mercadores Genoveses e Venezianos, Portugal não teria se

lançado às Grandes Navegações e, possivelmente, não teria colonizado terras na América do Sul.



Saiba mais

É importante salientar que o modelo de capitalismo em vigor à época das Grandes Navegações, do século XV até fins do século XVII (mais precisamente, de 1453 a 1789) é conhecido como **mercantilismo**. Esse foi o modelo de expansão territorial via exploração (sobretudo dos recursos naturais) do novo continente – a América – e dos dois outros continentes periféricos relativamente à Europa – África e Ásia.

De acordo com a caracterização de Moreira (2001), algumas categorias analíticas da Geografia podem ser utilizadas para descrever detalhes do processo de expansão capitalista iniciado com as Grandes Navegações e materializado por meio do modelo mercantilista de exploração.

A primeira categoria é a **tecnificação** ou o processo de escolha de aparatos técnicos e sua utilização na exploração de determinado território (MOREIRA, 2001). Por meio da técnica das navegações marítimas, portanto, foi possível explorar (e transportar os produtos resultantes dessa exploração) os espaços da América.

Outra categoria descrita por Moreira (2001) é o **recortamento**. Ou seja, uma fragmentação do espaço para melhorar a sua gestão, convertendo esse espaço em território. Um exemplo de fragmentação (recortamento) foi a divisão do território colonial brasileiro em Capitânicas Hereditárias, em vigor entre os anos de 1534 e 1549.

Regionalização do espaço e a hegemonia da Inglaterra

A hegemonia inglesa se inicia ao fim de uma grande disputa entre a Inglaterra e as Províncias Unidas (atual Holanda). Essa disputa baseou-se na busca, por parte da Inglaterra, pelo controle do território holandês e das cadeias comerciais gerenciadas por esse país. A França também estava engajada nessa disputa, que culminou numa espécie de luta pelo controle do Atlântico. Ou seja, Inglaterra e França buscavam conquistar os domínios daqueles que iniciaram o processo de navegação e exploração do território americano: portugueses, espanhóis e holandeses (MENDES, 2013).

Segundo Arrighi (1994), dois fatores diferenciaram a hegemonia da Inglaterra com relação aos ciclos de acumulação capitalista das Cidades-Estado italianas e das Províncias Unidas. O primeiro foi o **imperialismo**, tanto pela ausência de outras potências hegemônicas relevantes, quanto

pela consolidação do império territorial da Grã-Bretanha na Índia. O segundo foi o **liberalismo comercial**:

“O regime britânico unilateral de livre comércio ligou o mundo inteiro à Grã-Bretanha. Esta se tornou o “mercado” mais conveniente e eficiente para obter meios de pagamento e de produção e para colocar produtos primários (...). Além disso, como em todos os ciclos sistêmicos de acumulação anteriores, a intensificação das pressões competitivas acarretada pela fase de expansão material associou-se, desde o início, a uma grande guinada do comércio e da produção para as finanças, por parte da classe capitalista britânica. (ARRIGHI, 1994, p. 169, tradução nossa).

Além do poderio comercial da Inglaterra, “na produção maciça de bens manufaturados e na imposição desses produtos aos demais países” (MENDES, 2013, p. 25), o país contava com uma série de vantagens geoestratégicas que o alçaram à condição de potência hegemônica. A principal dessas vantagens foi a conformação do território inglês – uma ilha.

A ausência de fronteiras físicas (e, portanto, vizinhos próximos) evitou que o país tivesse que conter outras potências europeias em suas lutas constantes por expansão territorial. O fato de o território inglês não enfrentar tantos conflitos internos se comparado aos outros grandes Estados-Nação europeus, propiciou-lhe fôlego para engajar-se em sua expansão marítima.

Veja que as disputas constantes entre os próprios Estados-Nação europeus não apenas possibilitaram a expansão marítima inglesa, como também foram cruciais para sua ascensão à condição de potência.

Primeiro, porque mesmo com o processo de independência dos Estados Unidos, “a Inglaterra continuava lucrando enormemente com os impostos cobrados da ex-colônia, bem como das demais, além dos lucros com as vendas de mercadorias manufaturadas, já que era praticamente a única fornecedora mundial” (MENDES, 2013, p. 25).

Além disso, Londres tornou-se rapidamente o principal centro financeiro mundial, possibilitando à Inglaterra o controle dos mercados financeiros e das práticas especulativas – *haute finance* (ARRIGHI, 1994).



Refleta

Observe que o modelo mercantilista de expansão do império britânico pelo globo era baseado na criação de colônias além-mar. Por isso

mesmo, ficou conhecido como **colonialismo** – isto é, a prática de estabelecer colônias nos continentes conquistados – América, África e Ásia. Sobre o colonialismo, quais as suas características principais? Todas essas colônias serviram aos mesmos propósitos às metrópoles? Além disso, que outras potências imperiais, além da Inglaterra, estabeleceram colônias em regiões fora da Europa?

Outro processo de grande importância ocorrido durante a hegemonia inglesa foi a Revolução Industrial. Iniciado na segunda metade do século XVIII, esse processo foi marcado por uma transição radical nos meios e processos de produção manufatureiros. De processos simples e artesanais, passou-se a empregar máquinas a vapor, criando novos processos de produção e revolucionando os transportes – sobretudo ferroviário e, logo em seguida, rodoviários. Esse processo teve início na Inglaterra, fornecendo ao país condições para a sua expansão imperial.

Figura 1.3 | Império Britânico no Século XIX



Fonte: <https://bit.ly/2ygzWYB>. Acesso em: 5 out. 2018.

A configuração espacial no início do século XX e a Primeira Guerra Mundial

O império inglês passou por uma série de configurações e reconfigurações espaciais ao longo dos séculos XVIII e XIX, assim como outros impérios europeus. Em 1776, a maior colônia inglesa, os Estados Unidos, obtém formalmente a independência, iniciando um processo de descolonização que se expandirá para outras colônias nos próximos séculos.

No início do século XX, especificamente em 1920, Mahatma Gandhi começa um longo processo de luta pela independência da Índia, que somente se livrará oficialmente do colonialismo inglês em 1947. Outras colônias inglesas tornam-se independentes após essa data: a Birmânia, em 1948, e a Malásia, em 1957.

Ainda no século XX, outros impérios terão, no processo de independência de suas colônias, uma reconfiguração espacial considerável, sobretudo a França, que perde seus domínios na Indochina (Vietnã, Laos e Camboja) e na África (por exemplo, na Argélia); a Holanda, que perde seus domínios no grande arquipélago da Indonésia, em 1941; e Portugal, que perde seu domínio sob países como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Esses são apenas alguns exemplos do profundo impacto que o processo de descolonização da África, Ásia e América teve na reconfiguração espacial dos impérios europeus, sobretudo ao longo do século XX (HOBSBAWN, 1994).

Muitos autores consideram o imperialismo como uma das grandes causas da Primeira Guerra Mundial – que não apenas resultou na descolonização de vastas regiões na África e Ásia, como também causou profundas reconfigurações territoriais na Europa.

No início do século XX, a Alemanha passava por um elevado crescimento econômico, o que acirrou sua concorrência com a Inglaterra, maior potência industrial da época. No entanto, França e Alemanha rivalizavam desde o final da guerra Franco-Prussiana (1870) pelo controle do território da Alsácia-Lorena.

Em meio a esse processo de disputas políticas, na chamada *Belle Époque* (1871 – 1914), os impérios europeus se engajaram na chamada Paz Armada, isto é, uma corrida armamentista sem que houvesse uma guerra oficialmente declarada. Nesse contexto, em 1914 eclode a Primeira Guerra Mundial, em que Alemanha une-se ao Império Austro-Húngaro e à Itália (que mais adiante muda de lado), formando a Tríplice Aliança, ao passo que Inglaterra e França (inimigas históricas) unem forças com a Rússia, formando a Tríplice Entente (HOBSBAWN, 1994).

Observe que, ao final da Primeira Guerra Mundial, uma série de reconfigurações espaciais ocorre na Europa, sobretudo nos países derrotados – Tríplice Aliança. Ocorre uma reconfiguração importante nos territórios do império inglês pouco após o fim da guerra: além de algumas colônias conquistarem independência, a Irlanda separa-se oficialmente do Reino Unido, tornando-se um Estado independente.

Há também o desmembramento progressivo do Império Turco Otomano, do qual a Grécia e a Turquia são os maiores resultados – sendo que atualmente mais de 40 países são resultados desse desmembramento.



Exemplificando

O domínio colonial europeu em vastas regiões da África, América e Ásia resultou em aspectos culturais e linguísticos nas antigas colônias. Assim,

é comum uma ex-colônia falar o mesmo idioma que a antiga metrópole. Exemplos são abundantes: o Português que falamos no Brasil, que remonta à época da colonização por Portugal; o Inglês falado nos EUA, de origem da ex-metrópole, Inglaterra; além do fato de muitos países na Europa falarem francês, inglês ou alemão, de acordo com a metrópole que assumiu o controle de seus territórios ao longo dos séculos XIX e XX.

Após a Primeira Guerra, com o Tratado de Versalhes, a Alemanha perde uma série de territórios coloniais além-mar, além de parcelas de seu território na Europa para França, Bélgica e Polônia. A partir de 1918, com o Tratado de Brest-Litovsk, a Rússia também abre mão de territórios, formando países como: Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Bielorrússia e Ucrânia. Do desmembramento do império Austro-Húngaro, resultaram dois Estados (Áustria e Hungria), além de territórios que foram anexados a países vizinhos, como a Transilvânia (anexando-se à Romênia), a Tchecoslováquia, a Iugoslávia e a Albânia (HOBSBAWN, 1994).

Figura 1.4 | Europa: divisão política em 1921



Fonte: Cotrim (2016, p. 20).

Com base nesses apontamentos, você pode perceber que a Primeira Guerra Mundial causou profundas modificações na regionalização do espaço mundial, nas metrópoles europeias e nos arranjos coloniais que se multiplicaram pelo globo entre os séculos XIX e XX.

Sem medo de errar

A professora Mariana verifica que, mais uma vez, a dinâmica de sala de aula pode ser mais desafiadora do que normalmente aparenta. Ao conversar com seus alunos da turma de Ensino Médio Técnico em Logística sobre os impactos de eventos como as Grandes Navegações e a Primeira Guerra Mundial, no desenvolvimento dos modais de transporte, Mariana surpreende-se com o depoimento de Júlio, um de seus alunos.

Júlio trabalha em uma empresa ferroviária em sério risco de falência, haja vista, segundo o estudante e seus chefes, a crescente concorrência global de outros modais de transporte, como o rodoviário, marítimo e aeroviário.

Ao tratar do tema do desenvolvimento do capitalismo através de grandes eventos históricos, como as Grandes Navegações e a Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de conectar esses desenvolvimentos à situação apresentada por Júlio, Mariana poderá utilizar duas ferramentas das metodologias ativas, uma após a outra.

A primeira é um *storytelling* por meio da apresentação de imagens dos períodos históricos que estão sendo tratados, via PowerPoint. Ao longo da apresentação das imagens, Mariana vai percebendo a reação de seus estudantes, incitando-os a expressarem suas opiniões sobre as fotos e sobre o que elas significam. Para tanto, a professora deverá selecionar imagens/fotos na mesma sequência temporal evolutiva do conteúdo teórico apresentado, nas seguintes etapas:

1. Partindo do uso das caravelas (logística marítima altamente eficiente para os padrões do século XV) pelos portugueses e espanhóis à época das Grandes Navegações, ocasionando grandes desenvolvimentos ao comércio internacional da época e o desenvolvimento de atividades econômicas, como o famigerado comércio de escravos, o comércio de especiarias trazidas do Oriente e o açúcar vindo das Américas do Sul e Central.
2. Continuando com os desenvolvimentos técnicos e científicos ocorridos na Revolução Industrial, durante a hegemonia inglesa, levando à invenção do motor a combustão e à montagem dos primeiros trens (modal ferroviário) e carros (modal rodoviário).

Com esse sistema de transportes mais sofisticados, as cidades puderam crescer, e o processo de urbanização expandiu-se, sobretudo na Europa. Podemos associar, portanto, a expansão do capitalismo e a evolução nos modais de transporte com o aumento da urbanização.

3. Concluindo a sequência de imagens com o uso estratégico dos aviões (modal aéreo) na Primeira Guerra Mundial, sobretudo para reconhecimento aéreo e bombardeio. É importante que, ao apresentar tais imagens, Mariana ressalte a importância dos desenvolvimentos logísticos (e suas tecnologias correlatas) para a expansão do sistema capitalista, a sofisticação das técnicas e dos modais de transportes, e a consequente expansão do regionalismo em escala mundial.

Após o *storytelling*, Mariana poderá aplicar uma segunda ferramenta da metodologia ativa. Nesse caso, a professora solicita que os alunos se dividam em equipes de 3 a 4 alunos, e que saiam do ambiente da sala a fim de dialogarem mais tranquilamente sobre as imagens recém-apresentadas.

Mariana deve orientar os estudantes para que o debate gire em torno de uma possível resposta à dúvida de Júlio sobre a possibilidade de a empresa para a qual trabalha falir, diante do declínio no uso dos transportes ferroviários. Após o tempo de 15 minutos, todas as equipes deverão retornar à sala, elegendo 1 membro por equipe para apresentar sucintamente os resultados do debate.

Após as falas de todos os representantes de equipe, Mariana deverá abordar brevemente a situação de Júlio, observando que a preocupação de seus chefes, embora legítima, não se sustenta com base nas evidências históricas apresentadas. Sobretudo, porque desde o início do século XX, os vários modais de transportes coexistem, sem a extinção de nenhum deles. Na realidade, apesar de a utilização do modal poder variar de objetivo (por exemplo, à época da Primeira Guerra Mundial, o modal ferroviário era muito utilizado para transportar pessoas, ao passo que atualmente é mais utilizado para o transporte de cargas, como as *commodities*), alguns deles ainda são praticamente insubstituíveis hoje em dia – a exemplo do modal aeroviário, pela sua rapidez.

Podemos observar que a situação-problema desta seção e os debates em sala contribuirão para o entendimento do processo de regionalização associado ao desenvolvimento do capitalismo, de maneira que a existência e evolução dos diferentes modais de transporte possibilitam novos modos e novas velocidades de ocupação dos espaços, processo bastante acelerado entre o período das Grandes Navegações e a Primeira Guerra Mundial.

1. Giovanni Arrighi foi um sociólogo italiano que trabalhou o capitalismo do ponto de vista dos ciclos sistêmicos de acumulação. Esses ciclos sistêmicos derivam da teoria marxista que considera que o capitalismo evolui nas sociedades mediante duas etapas: uma expansão material, e uma expansão financeira. Além disso, derivam dos desenvolvimentos seminais do historiador francês Fernand Braudel, que dividiu a Sociedade em três níveis hierárquicos: a vida material quotidiana, a economia de mercado, e o capitalismo (ou antimercado). A esse respeito, considere o excerto seguinte:

“O principal suporte em que Arrighi se apoiou para dar início a seu plano investigativo foi a nada convencional posição de (Fernand) Braudel a respeito do capitalismo, entendido como a camada mais elevada de um todo composto por três níveis hierarquicamente estruturados e interligados: a vida material, a economia de mercado e o capitalismo ou o “antimercado”. Do mesmo modo que Braudel, Arrighi também não se interessou por investigar os modos como esses níveis se articulam, concentrando a atenção naquele plano superior, naqueles lugares e situações em que os “grandes predadores” interagem íntima e continuamente com o Estado, locais onde Braudel ambientou o espaço sociopolítico do capitalismo. Com isso, ao excluir do campo de investigação tudo o que não era capitalismo, Arrighi deixou de lado os outros dois níveis de práticas socioeconômicas, o da vida material e o do mercado, além dos seus modos de inter-relacionarem-se. (BRUSSI, 2011, p. 385-386)

Com base no excerto, os ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi levam em consideração:

- As relações entre o Estado e a sociedade civil organizada.
- O papel dos grandes comerciantes e financistas, sem considerar o Estado.
- A articulação entre os três níveis hierárquicos em que Braudel divide a sociedade.
- Pequenas empresas de base familiar, focadas na produção de bens de consumo.
- A verdadeira identidade do capitalismo, ou seja, o “antimercado”.

2. A Inglaterra foi considerada uma potência hegemônica desde o final do século XVIII até o século XIX, e início do século XX. A maioria dos autores argumenta que a hegemonia dos Estados Unidos, que seguiu a inglesa, realmente só ocorreu a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Com relação às características e vantagens da Inglaterra que ajudaram em seu processo de ascensão hegemônica, podemos destacar elementos geoeconômicos e geoestratégicos. Utilize a notação abaixo para cada um deles:

- Elementos Geoeconômicos (1)
- Elementos Geoestratégicos (2)

Partindo dessa categorização, associe cada uma das sentenças seguintes à categoria mais adequada.

- () O território inglês situa-se no interior de uma ilha, facilitando suas práticas de defesa e monitoramento de fronteiras.
- () Londres era a capital financeira do mundo, tornando a Inglaterra um país com domínio de complexas transações de capital e práticas especulativas.
- () Formação de um regime de comércio internacional ao mesmo tempo abrangente e eficiente, incorporando tanto a Europa quanto as colônias.
- () Possibilidade de cobrança de impostos à sua ex-colônia, os Estados Unidos, mesmo após o processo de independência estadunidense.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta de preenchimento da associação anterior:

- a) 2, 2, 1, 1.
- b) 1, 2, 2, 2.
- c) 2, 1, 1, 1.
- d) 1, 2, 2, 1.
- e) 2, 1, 2, 1.

3. Analise o texto e a imagem que seguem:

Texto I

“É consenso entre historiadores que a 1ª Guerra Mundial mudou a geopolítica e as sociedades que dela participaram para sempre, alterando de forma radical o mapa-múndi – uma transformação que ainda reverbera em nossos dias. Os 1.567 dias de carnificina marcaram a queda da era dos grandes impérios – alemão, austro-húngaro, russo, turco –, resultaram em um genocídio – na Armênia – e em uma revolução – na Rússia –, devastaram cidades, regiões e países e abalaram por décadas a Europa, abrindo as portas, após o Tratado de Versalhes, para a emergência de Adolf Hitler e do nazismo, para a 2ª Guerra Mundial, para o holocausto e para o mundo tal como o conhecemos hoje. ‘O tratado de paz de fato impôs condições muito duras à Alemanha, que foram vividas de forma realmente humilhante pelos alemães’, disse Karine McGrath, diretora dos Arquivos do Palácio de Versalhes. (ESTADÃO, 2015, [s.p.])

Figura 1.5 | Shop for Machining 15-Inch Shells, by Anna Airy



Loja de usinagem de conchas de 15 polegadas.

Fonte: <https://www.iwm.org.uk/learning/resources/british-art-of-the-first-world-war>. Acesso em: 4 set. 2018.

O texto e a imagem acima se referem à Primeira Guerra Mundial, retratando algumas de suas consequências. Assinale a alternativa que sintetiza corretamente a relação entre essas duas referências.

- a) Segundo o texto I, a emergência de Adolf Hitler como uma imagem política tão forte na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial é consequência direta da Revolução Russa, que instaurou o socialismo como modelo político viável na Europa, instigando a Alemanha a adotar uma revolução similar. Nesse contexto, a produção armamentista após a Primeira Guerra aumenta consideravelmente na Europa.
- b) O Tratado de Versalhes impôs duras condições à Alemanha, acendendo a fagulha para a emergência do nazismo hitleriano, conforme expõe o texto I. Por outro lado, outras potências europeias tornaram-se verdadeiros celeiros industriais armamentistas, como ilustra a Figura 1.5, mostrando uma antiga fábrica de bens de consumo Inglesa convertida em fábrica de bombas durante a Primeira Guerra Mundial.
- c) A ideia de que o Tratado de Versalhes foi uma das grandes causas da Segunda Guerra Mundial é errônea e simplista, como ilustra o texto I. As maiores causas da Segunda Guerra Mundial foram o genocídio na Armênia e a Revolução Russa. Por outro lado, fábricas de armamentos, como a ilustrada na Figura 1.5, fecharam as portas em massa ao final da Primeira Guerra Mundial.
- d) A dissolução dos vários impérios exemplificados no texto I foi um dos mais importantes resultados da Primeira Guerra. De fato, é a partir daí que o termo Estado-Nação passa a ser utilizado oficialmente como representação política dos países. No entanto, ainda que esses impérios tenham sido extintos ao fim da Primeira Guerra, a produção armamentista apenas aumentou, como ilustra a Figura 1.5.

e) O texto I exemplifica porque a Alemanha da Primeira Guerra Mundial era muito mais poderosa do que a Alemanha hitleriana da Segunda Guerra. Nesse sentido, era considerada um verdadeiro império. Por outro lado, a Figura 1.5 enfatiza uma das práticas que se tornaram rotineiras em toda a Europa durante a Primeira Guerra Mundial: a conversão de fábricas de bens de consumo em fábricas armamentistas.

Regionalização do mundo II

Diálogo aberto

Prezado aluno,

Neste momento abordaremos as resultantes espaciais de um dos maiores conflitos que o mundo já enfrentou: a Segunda Guerra Mundial. Analisaremos detalhes de como essa guerra afetou as configurações regionais na Europa e nas ex-colônias de países europeus, bem como os desdobramentos do fim da URSS. Observe que Mariana, a jovem professora encarregada de lecionar Geografia para alunos do ensino médio técnico, depara-se rotineiramente com desafios didáticos em sala de aula. Na terceira aula da professora, sobre a temática da Segunda Guerra e seus regionalismos, não foi diferente.

Mariana propõe uma dinâmica com o objetivo de estimular o debate e elaborar um diagnóstico acerca dos conhecimentos dos alunos de Construção Civil. Para isso, ela introduz o tema da regionalização do mundo a partir da Guerra Fria, a fim de verificar o que a turma conhece sobre os acontecimentos que se sucederam na Europa após o fim da URSS. A professora parte de uma lógica inversa, apresentando figuras contendo as bandeiras e os nomes das 15 ex-repúblicas soviéticas e solicitando aos alunos que posicionem tais países contemporâneos num mapa-múndi em branco.

Para a sua surpresa, a maioria dos estudantes posicionou quase todos os países no continente asiático, apesar de todas as bandeiras possuírem os nomes. Ou seja, Mariana inferiu que os estudantes associam a URSS a um regionalismo essencialmente asiático, apenas tangenciando as fronteiras da Europa. Além disso, esse experimento em sala de aula revelou que os alunos desconhecem a relação próxima entre a Segunda Guerra Mundial (centrada na Europa), seus desdobramentos e a formação da URSS (dividida entre Europa e Ásia). A dinâmica demonstrou que os alunos não associam as ex-potências soviéticas à Europa, embora 10 desses países sejam europeus, ou seja, a grande maioria.

Diante desse impasse, Mariana questiona qual a melhor abordagem para ensinar sobre os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, sua estreita relação com a Guerra Fria e a conformação da URSS. Além disso, reflete sobre a melhor maneira de contextualizar o desmembramento da URSS com o apogeu da hegemonia dos Estados Unidos, e com a regionalização do mundo entre países centrais e periféricos.

Vamos conferir como Mariana poderá mostrar a seus alunos que a grande parte das ex-repúblicas soviéticas são países europeus, e não asiáticos, como supunham. Assim, vamos acompanhá-la na busca por uma abordagem que seja capaz de promover a compreensão sobre o desmembramento da URSS e os processos de regionalização do espaço que o seguiram, bem como a sua relação com o fim da segunda Guerra Mundial, com a Cortina de Ferro e com a hegemonia dos EUA.

Não pode faltar

A Segunda Guerra Mundial e os novos arranjos regionais

Após os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, a situação de paz na Europa permanecia tênue no final da segunda década do século XX, com muitos países insatisfeitos, sobretudo a Alemanha, com as duras imposições sofridas com o Tratado de Versalhes. Porém, foi nesse momento que se iniciaram importantes desdobramentos políticos e econômicos em dois países que, ao longo da segunda metade do século XX, apresentariam a maior rivalidade da história: Estados Unidos e Rússia.

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, os EUA passavam por uma enorme prosperidade econômica. Arrighi (1996, p. 279) aponta os principais elementos para isso, sobretudo como os Estados Unidos construíram um enorme poderio financeiro após o conflito:

“No fim da guerra, portanto, os Estados Unidos haviam recomprado por uma pechincha alguns dos investimentos maciços que tinham construído a infraestrutura de sua própria economia doméstica no século XIX e, além disso, haviam acumulado imensos créditos. Ademais, nos primeiros anos do conflito, a Grã-Bretanha fizera empréstimos enormes a seus aliados mais pobres, sobretudo a Rússia, enquanto os Estados Unidos, ainda neutros, haviam tido plena liberdade para substituir com rapidez a Grã-Bretanha como principal investidor estrangeiro e intermediário financeiro da América Latina e em partes da Ásia. Terminada a guerra, esse processo tornara-se irreversível. A maior parte dos US\$ 9 bilhões de créditos líquidos de guerra dos Estados Unidos era devida pela Grã-Bretanha e pela França, relativamente solventes; porém, mais de 75% dos créditos líquidos de guerra da Grã-Bretanha eram devidos pela falida (e revolucionária) Rússia, e tiveram que ser majoritariamente cancelados como incobráveis. (ARRIGHI,1996, p. 279)

Na Rússia, em 1917, eclode uma das maiores revoluções do século XX, estabelecendo as bases para a formação do primeiro Estado Socialista da História: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. A Revolução Russa foi um grave conflito civil ocasionado pelo colapso da economia do país após dois anos de início da Primeira Guerra. A maioria de seus meios de transporte e de sua produção agrícola foi completamente destruída. Essa situação levou ao início da Revolução Russa, em 15 de março de 1917. Dentre seus resultados, os mais relevantes foram sem dúvida o fim ao czarismo e instauração do socialismo na Rússia que, junto às demais repúblicas, formaria a União Soviética. É importante ressaltarmos, porém, que ao final da Revolução de 1917 a economia e a sociedade russas estavam arrasadas.

Se na década de 1920 os Estados Unidos prosperaram economicamente, na década de 1930 essa situação mudou de forma considerável, com a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929. Europa e Rússia, como vimos, enfrentavam graves crises sociais e econômicas, desde a década anterior. Em paralelo, os regimes totalitários (como o fascista, preponderante na Itália, Portugal e Espanha, e o nazista, em vigor na Alemanha) ascendiam rapidamente em diversas partes do mundo.

Foi nesse contexto que se iniciou a Segunda Guerra Mundial, um conflito travado majoritariamente entre potências europeias, ocorrido entre 1939 e 1945. Foram mais de 50 países envolvidos em batalhadas ocorridas na Europa, África e Ásia Oriental. Uma das principais causas que desencadearam tal conflito está diretamente ligada à expansão territorial de alguns países europeus. A Itália invadiu a Etiópia em 1936 e anexou a Albânia em 1939. A Alemanha ocupou a Renânia em 1936, anexou a Áustria ao território alemão em 1938, e reivindicou também a Tchecoslováquia, entre 1938 e 1939. Em 1931, o Japão invadiu o reino da Manchúria, entre a China e a União Soviética (HOBSBAWM, 1994).

A guerra foi iniciada oficialmente em setembro de 1939, quando a Alemanha invadiu a Polônia, despertando a preocupação das chamadas Potências Aliadas.



Assimile

A Segunda Guerra Mundial foi travada entre dois blocos de países:

- Potências do Eixo: Alemanha, Itália e Japão.
- Potências Aliadas: Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra, e a China (*os quatro grandes*)

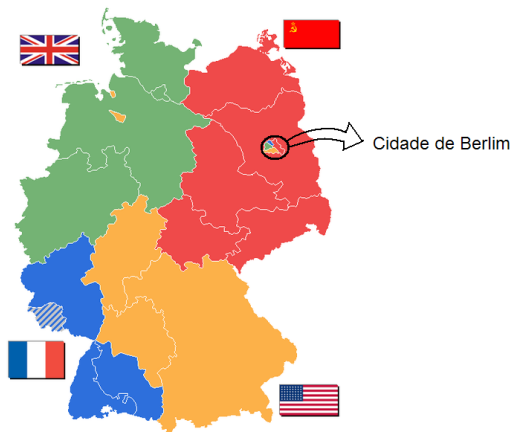
O conflito possuiu duas fases marcantes: a primeira, (1939-1941), rápida e eficiente com a ofensiva alemã, que ocupou muitos países europeus; e a segunda (1942-1945), na qual os Estados Unidos e a União Soviética entraram no conflito, contribuindo consideravelmente para a vitória dos Aliados.

A Segunda Guerra Mundial coincidiu com uma reconfiguração bastante significativa do mapa da Europa, com o surgimento de uma grande quantidade de novos Estados-Nação. Além disso, esse continente saiu do conflito econômica e politicamente debilitado, fato que será fundamental para o desenvolvimento na Política Internacional – e, em consequência, para a regionalização do espaço mundial – durante toda a segunda metade do século XX.

A Guerra Fria, a OTAN, o COMECON e a Cortina de Ferro

O período que sucede o fim da Segunda Guerra Mundial ficou conhecido como **Nova Ordem Internacional**. O pós 1945 apresentou algumas consequências marcantes desse conflito: 55 milhões de mortos, avanço científico e tecnológico sem precedentes na história da humanidade, desenvolvimento de avançadas tecnologias militares, e a divisão da Alemanha em Ocidental e Oriental (vide Figura 1.6). Em 1948, o presidente estadunidense Harry Truman (1884-1972) apresenta o **Plano Marshall**, que incluía um Plano de Recuperação Europeia, para a reconstrução dos países aliados aos EUA e que estavam destroçados ao final da guerra.

Figura 1.6 | Divisão da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial



Nota: observe que a Alemanha foi dividida entre 4 países aliados: França e Estados Unidos (ao sul), Inglaterra e URSS (ao norte).

Fonte: adaptada de <https://bit.ly/2zeorkQ>. Acesso em: 29 out. 2018.

Após a Segunda Guerra Mundial, duas potências sobressaíram-se na liderança política e ideológica internacional. Por um lado, os Estados Unidos passaram a exercer a liderança incontestável sobre os países capitalistas, dentre eles, a destrozada Europa Ocidental, cuja recuperação econômica e financeira dependeu enormemente de investimentos estadunidenses. Por outro lado, a URSS detinha a liderança sob o bloco socialista, auxiliando na recuperação econômica desses países após a Segunda Guerra.

Naturalmente, essa disputa pela influência em várias regiões do mundo (sobretudo na América Latina, África e Ásia) tornou-se uma grande rivalidade, a qual a maioria dos estudiosos denominou como **Guerra Fria** (HOBSBAWM, 1994). A Guerra Fria inicia-se em 1946 e é marcada pela rivalidade extrema entre dois países que, conforme acusações mútuas, pretendiam dominar política e ideologicamente o mundo. Graças a esse contexto bélico, Estados Unidos e URSS aumentaram suas forças nucleares e constituíram alianças militares com diversos países do mundo.

Nesse sentido, em 1949 foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma organização militar, com finalidade de defesa dos países da Europa Ocidental e da América do Norte. Inicialmente, assinaram o tratado: Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, França, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Itália, Noruega, Dinamarca e Islândia. Atualmente, a OTAN possui um total de 29 países signatários (Estados-Membro), tornando-se um dos principais blocos estratégicos de segurança e defesa do mundo.

No bloco dos países soviéticos também foi fundada uma organização internacional importante ao início da Guerra Fria. Foi o chamado Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON), fundado por Joseph Stalin (1878-1953) em Moscou, em janeiro de 1949. A principal finalidade do COMECON era propiciar a integração econômica dos países do Leste Europeu, de modo a limitar o avanço do Plano Marshall na região. Alguns historiadores argumentam que o COMECON foi uma resposta à formação da Organização Europeia para Cooperação Econômica (OEEC), uma organização precursora do que viria a ser a Comunidade Econômica Europeia (CEE, fundada em 1957) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, fundada em 1961) (HOBSBAWM, 1994).



Refleta

Veja como o período da Guerra Fria foi relevante para a conformação da atual União Europeia (UE). Desde o Plano Marshall e a fundação da CEE, a Europa Ocidental foi gradativamente se constituindo num bloco econômico cada vez mais coeso e integrado.

Baseado nessa reflexão, quais acordos/tratados sucederam a CEE até a conformação oficial da UE? É possível identificar que

elementos políticos e econômicos contribuíram para a adoção da moeda comum europeia, o Euro, em 1999, atualmente utilizado por 19 dos 28 Estados-Membro da UE?

A essa divisão entre Europa Ocidental e Europa Oriental, os historiadores atribuíram o epíteto **Cortina de Ferro**. A expressão designa, portanto, o domínio da URSS sob os países do leste da Europa, ao passo que os Estados Unidos exerciam grande influência sob aqueles da Europa Ocidental.

Regionalização do espaço, o fim da União Soviética e a hegemonia dos Estados Unidos

Criada em 1922, a URSS permaneceu pelas três primeiras décadas com relativo progresso nas áreas econômica e social, com um estado central planejado. Stalin era cultuado pela população como um grande líder, e o principal responsável pela restauração do país. No entanto, com a sua morte em 1953, sobe ao poder Nikita Krushev (1874-1971), que governou de 1953 a 1964. Krushev defendia uma ruptura considerável com o modo stalinista de governar; particularmente, defendia uma certa liberalização da economia e a necessidade de uma coexistência pacífica entre capitalistas e socialistas.

Apesar da relativa liberalização promovida por Krushev, seus sucessores Brejnev (que governou de 1964 a 1982), Andropov (que governou de 1982 a 1984) e Tchernenko (que governou de 1984 a 1985) mantiveram o país sob rígido controle ditatorial, sob os auspícios do Partido Comunista. Nesse período, a URSS passa por uma etapa de estagnação econômica.

Em 1985, Mikhail Gorbachev torna-se o principal dirigente da URSS, com o objetivo de revigorar a economia. Para tanto, adota simultaneamente um mecanismo de liberalização política, em direção a um regime mais semelhante a uma democracia (**Glasnost**, que significa transparência), e a reestruturação econômica (**Perestroika**).

Porém, ao longo desse processo, Gorbachev sofre profunda resistência das classes mais radicais. Em dezembro de 1991, a URSS finalmente é desmembrada, criando-se a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), composta pela maioria das 15 ex-repúblicas soviéticas.

Com o fim da URSS, outras ex-repúblicas socialistas passam por uma série de reformas democratizantes, o que coloca um fim aos regimes socialistas na Europa. Essas transformações foram iniciadas pela Polônia, que adota uma economia de mercado em 1989, continuando com a queda do

muro de Berlim em 1989, que reuniu a Alemanha Oriental (socialista) à Ocidental (capitalista) e, em seguida, na Iugoslávia, que originou outros seis países: Sérvia, Croácia, Macedônia, Eslovênia, Montenegro e Bósnia-Herzegovina, Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia e Tchecoslováquia que, em 1993, desmembra-se em República Tcheca e a Eslováquia. Em 1991, com o fim da URSS, os três países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia) também se tornam novamente independentes.

Veja que, conforme Moreira (2001) observa, a **unidade** é uma ideia importante para a Geografia, atribuindo ao Estado o papel de unificar a nação, formando o Estado-Nação. Isso é claramente exemplificado com o desmembramento da **unidade** da URSS, após o qual as 15 repúblicas que constituíam o bloco se tornam territórios autônomos, ou seja, Estados-Nação autossuficientes. Essa fragmentação política da URSS reduziu consideravelmente o poder do socialismo no meio internacional, o que abre espaço para a vitória do maior representante do capitalismo global no final do século XX: os Estados Unidos (ARRIGHI, 1994; MENDES, 2013).

Uma série de autores reconhece que a hegemonia dos Estados Unidos entrara em vigor logo após o fim da Segunda Guerra Mundial (ARRIGHI, 1994), quando esse país se torna a principal potência econômica global em face à Europa destruída. Além de possuir a moeda mais forte como meio de trocas internacionais: o dólar.

No contexto da Guerra Fria, os EUA instalaram bases militares em todo o globo, priorizando regiões estratégicas com o Sudeste Asiático. Assim, constituiu um poderio militar apenas comparável ao da URSS. Além disso, foi responsável por uma série de empréstimos de longo prazo, tanto para as potências destruídas na Europa, quanto para países do então Terceiro Mundo – sobretudo na América Latina e África – desenvolverem suas economias. Aponta-se, ainda, a centralidade dos Estados Unidos na criação de organizações internacionais importantes com a função de defender o liberalismo econômico, dentre elas as principais seriam o Fundo Monetário Internacional (FMI), criado em 1945, e o Banco Mundial, criado em 1944.

Com base nisso, autores como Arrighi (1994) e Mendes (2013) argumentam que a hegemonia americana vigora de 1945 até os dias atuais – em que se vê ameaçada pela emergência de novas potências ascendentes, como a China (ARRIGHI, 2007).



Dica

A ascensão dos Estados Unidos pós-Segunda Guerra Mundial, seu papel hegemônico na segunda metade do século XX e o que exerce atualmente são temas importantes para pensarmos a regionalização do espaço mundial.

Desse modo, recomendamos a leitura das páginas 27-40 da monografia de graduação. *As teorias dos ciclos sistêmicos de acumulação e da estabilidade hegemônica: uma análise comparada*, do professor Marcos Vinícius Mendes.

MENDES, M.V. **As teorias dos ciclos sistêmicos de acumulação e da estabilidade hegemônica: uma análise comparada**. 2013. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Comércio Internacional) – Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas.

Alguns autores argumentam que a partir da década de 1970 uma série de fatores passou a minar a hegemonia dos Estados Unidos. De acordo com Wallerstein (2004), quatro elementos apontam para esse declínio: a) a derrota dos EUA na Guerra do Vietnã, após consideráveis investimentos militares; b) o declínio de alguns movimentos populares que, com as revoluções de 1968, elimina a justificativa para o projeto imperialista estadunidense; c) o fim da URSS e a queda do Muro de Berlim, enfraquecendo o inimigo comum, de modo a tornar desnecessária a existência de uma potência hegemônica combatente; d) os ataques de 11 de setembro de 2001, representando a falha dos EUA em defender seu território e uma grande insatisfação com a presença estadunidense no Oriente Médio.

Apesar de contestada por muitos autores, a tese dos que defendem o fim da hegemonia dos Estados Unidos tem fortalecido a crença em novas reconfigurações geoeconômicas e geopolíticas importantes no sistema internacional. Por exemplo, a emergência da China, as crises econômicas ferozes pelas quais passam a Europa e os Estados Unidos, novas tecnologias e a extrema financeirização da economia apontam para novas possibilidades futuras no que tange à organização do espaço mundial.

Países centrais e periféricos

A noção de países centrais e países periféricos é atribuída à Teoria da Dependência, consolidada na América Latina e que é considerada internacionalmente como modelo de análise da relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Segundo Theotonio dos Santos (1970, p.232), no período pós-Segunda Guerra, um tipo particular de dependência se consolidou nos

países latino-americanos, “baseado em corporações multinacionais, que começaram a investir em indústrias focadas nos mercados internos desses países; esta forma de dependência é basicamente dependência tecnológica e industrial.”

A ideia central da Teoria da Dependência é que países periféricos não dispõem de capacidade econômica nem de conhecimento tecnológico para a sua inserção produtiva efetiva nos mercados globais. Essa condição leva à dependência com relação a importações de produtos tecnológicos e de alto valor agregado dos países centrais, ao passo que são reduzidos à condição de exportadores de matérias-primas e recursos naturais.



Exemplificando

Contemporaneamente, a categorização dos países em centrais e periféricos recebe outro tipo de denominação: países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Essa categorização é baseada não apenas em aspectos industriais e tecnológicos, também levando em consideração indicadores nas áreas de saúde, educação e longevidade. Um indicador, nesse sentido, é o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Exemplos de países nessas categorias são: a) desenvolvidos: Estados Unidos, Alemanha, Noruega; b) subdesenvolvidos: Angola, Somália, Iêmen, Haiti; c) em desenvolvimento: Brasil, Índia e China.

Desse modo, podemos verificar que em geral os processos de regionalização do espaço mundial seguem a categorização (centro-periferia ou, mais recentemente, desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos). Exemplos de destaque são: União Europeia, composta totalmente por países desenvolvidos; Mercosul, composto em sua maioria por países em desenvolvimento; América Central, composta em sua maioria por países subdesenvolvidos.

Sem medo de errar

Relembremos que Mariana propôs uma dinâmica aos seus alunos, em caráter diagnóstico, a fim de verificar seus conhecimentos sobre os processos de regionalização na Europa após o fim da URSS. Nesse contexto, ao levar um mapa-múndi em branco à sala de aula, acompanhado com figuras das bandeiras das 15 ex-repúblicas soviéticas, Mariana propôs que os estudantes as dispusessem na posição onde se localizam os países. Foi aí que ela constatou que havia bastante dificuldade na turma: boa parte posicionou as ex-repúblicas soviéticas na Ásia, quando na realidade elas estão, em sua maioria, na Europa.

Com isso em mente, a ideia de Mariana é ressaltar no mapa a linha que ficou conhecida como Cortina de Ferro, que dividiu a Europa em Ocidental e Oriental após a Segunda Guerra Mundial. Ela deixa claro que a porção Ocidental tinha forte influência dos Estados Unidos, ao passo que a Oriental estava sob influência da União Soviética. Assim, ela utiliza um pincel vermelho para representar tal linha, a fim de reforçar a compreensão da localização espacial da maioria das ex-repúblicas soviéticas.

Na sequência, Mariana propõe uma dinâmica para estimular um entendimento mais apurado do tema pelos alunos. Nesse contexto, ela solicita que eles se dividam em grupos de 3 a 4 membros, totalizando 15 equipes. Após isso, distribui uma figura com a bandeira de cada uma das ex-repúblicas soviéticas a cada equipe, de modo que haja 1 bandeira diferente por equipe. Após feita essa distribuição, Mariana solicita que a turma realize uma pesquisa em sites da internet sobre o respectivo país. Os estudantes deverão pesquisar 3 temas: a economia (moeda, principais atividades produtivas), aspectos da sociedade (etnias, religiões) e físicos (tipo de relevo, vegetação e clima). A ideia é que os alunos realizem a pesquisa usando seus próprios celulares, e que seus resultados sejam utilizados como insumos para o debate em cada equipe. Após isso, cada equipe elege um porta-voz para apresentar à sala as impressões sobre o país investigado. Nesse caso, cada equipe precisa posicionar corretamente o seu país no mapa, e apresentar brevemente os resultados das pesquisas.

Ao final dessa dinâmica, Mariana retoma a regência da sala, apresentando as seguintes considerações sobre a atividade: 1. A importância de entender aspectos da economia e da sociedade desses países, bem como sobre a geografia física; e 2. A partir desse entendimento, é possível verificar porque, até hoje, essas ex-potências soviéticas ainda são consideradas periféricas com relação à Europa Ocidental.

Após isso, a professora lembra que, apesar das 15 ex-repúblicas soviéticas se dividirem entre Europa e Ásia, elas resguardam muitos aspectos comuns, tais como a fronteira com a Rússia, que é verificada na maioria; em geral, são países em desenvolvimento ou pouco desenvolvidos, além de similaridades linguísticas (muitos falam línguas de raiz eslava) e geomorfológicas.

Baseado nesses aspectos, é possível verificar que uma série de elos históricos se unem para formação dos conceitos de região e regionalismo. A partir da Segunda Guerra Mundial, desenha-se uma nova ordem global na qual o Ocidente e Oriente engajam-se numa nova espécie de Guerra – a Guerra Fria. A ascensão dos regimes socialistas em uma série de países e regiões influencia as redes de relações diplomáticas que são construídas, sobretudo na Europa. Nesse caso, a conformação da URSS representa uma clara resposta ao papel hegemônico dos Estados Unidos. Assim, os regimes políticos e econômicos

(do capitalismo ao socialismo) e o histórico de embates e guerras entre os Estados-Nação influenciaram fortemente os padrões de regionalização mundial no século XX.

Faça valer a pena

1. As relações internacionais e a regionalização do espaço mundial lidam com muitos aspectos diferentes do Sistema Internacional. Um desses aspectos diz respeito à sociedade global. Sobre esse conceito, analise o seguinte excerto de texto:

“A sociedade global já tem sido objeto de estudos e interpretações, em seus aspectos históricos, políticos, econômicos, culturais, geográficos, demográficos, geopolíticos, ecológicos, religiosos, linguísticos, artísticos e filosóficos. Além das indicações e intuições que frequentemente aparecem nos estudos sobre a sociedade nacional, multiplicam-se as reflexões sobre as configurações e os movimentos da sociedade global. Já são muitos os que pensam a sociedade em âmbito transnacional, mundial ou propriamente global, mesmo quando não estão utilizando esta noção, mesmo quando continuam a pensar a nação. Em forma sintética, pode-se dizer que essa problemática está presente nos estudos e interpretações sobre relações internacionais, geopolítica, integração regional, sistema-mundo, economia-mundo, três mundos, quatro mundos, guerra fria, fim da guerra fria, fim da história, nova divisão internacional do trabalho, fábrica global, cidade global, aldeia global, shopping center global, disneylândia global, planeta terra, norte e sul, ONU, Unesco, Unicef, FAO, FMI, BIRD, GATT, OTAN, NAFTA, Mercosul, Casa da Europa, Estados Unidos da Europa, espaço europeu, espaço do Pacífico, imperialismo, pós-imperialismo, dependência, nova dependência, interdependência, multilateralismo, multinacional, transnacional, ascensão e queda das grandes potências, Ocidente e Oriente, ciclo Kondratiev, telecomunicações, mídia mundial, indústria cultural, cultura internacional popular, marketing global, globalização e fragmentação, novo mapa do mundo, modernidade-mundo, pós-modernidade. (IANNI, 1994, p.248)

Fonte: IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estud. av.**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 147-163, ago. 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141994000200009&script=sci_arttext. Acesso em: 18 out. 2018.

Sobre a sociedade global, assinale a alternativa correta, considerando a divisão do espaço europeu após a Segunda Guerra Mundial.

- a) A sociedade global transnacional tornou-se mais etnicamente miscigenada durante e após a Segunda Guerra, se considerarmos o contingente de cidadãos europeus (sobretudo judeus) que imigraram para outros continentes.
- b) O conceito de globalização emerge a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, referindo-se à fragmentação da maioria da população europeia por outros continentes do mundo – formando uma sociedade global.
- c) A sociedade europeia se torna muito mais integrada a partir de 1945, com o final da Segunda Guerra. Um dos indicadores desse processo foi a fundação da Comunidade Econômica Europeia – já na década de 1940.
- d) Instituições como a OTAN e o COMECON fomentaram a criação de uma sociedade global após a Segunda Guerra Mundial, pois ambas visavam à integração regional – sobretudo econômica – das potências do Eixo e Aliadas.
- e) A sociedade global apontada no excerto só faz sentido quando pensamos na hegemonia estadunidense e na globalização da década de 1990, e não se relaciona com a integração europeia iniciada no pós-guerra.

2. A hegemonia dos Estados Unidos é constantemente referenciada como um dos motivos pela relativa estabilidade no sistema internacional, sem a presença de guerras de grande proporção, tais a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. No entanto, por vezes o poder de polícia exercido pelos Estados Unidos causa conflitos consideráveis no sistema internacional. Nesse sentido, analise o excerto de texto que segue:

“O bombardeio da Iugoslávia pela OTAN/EUA, os ataques aéreos ao Iraque, o lançamento de mísseis contra a Somália e o Afeganistão, a ampliação do grupo de membros da OTAN para incluir países que limitam com a Rússia, a incorporação na OTAN de 23 novos integrantes como associados na paz, a incontestada hegemonia dos EUA sobre a Europa Ocidental, exercida mediante a OTAN, são sinais de crescente militarização e exercício unilateral do poder de polícia mundial pelos EUA. Este poder imperial ressurgente está intimamente relacionado com o formidável crescimento do domínio econômico norte-americano nos anos 90. (RAMPINELLI, 2001, p. 288)

Fonte: RAMPINELLI, Waldir José. Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v.21, n.40, p.287-289, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100016&lng=pt&nm=iso. Acesso em: 30 nov. 2018.

Julgue, com V ou F, os itens a seguir, com base na hegemonia dos Estados Unidos e no texto anterior:

() A hegemonia estadunidense não tem apenas um viés militar, como o excerto demonstra, mas também um componente econômico forte, como o domínio do dólar, principal moeda internacional.

() Entende-se que a hegemonia estadunidense passou a ser exercida com maior vigor a partir do fim da II Guerra Mundial, apesar da existência da Guerra Fria e da presença do chamado inimigo soviético.

() O Plano Marshall, também conhecido como Plano de Recuperação da Europa, foi uma tentativa de estabelecimento de uma hegemonia global já a partir do fim da I Guerra Mundial.

() A presença de bases militares em pontos estratégicos do globo terrestre é uma política explícita estadunidense, com a justificativa de proteger países militarmente vulneráveis, como o Japão.

A alternativa que apresenta a ordem correta de preenchimento é:

- a) V - V - F - F
- b) V - F - V - F
- c) F - V - F - V
- d) V - V - F - V
- e) F - F - V - V

3. Analise os dois excertos seguintes, o primeiro referindo-se à concepção de centro-periferia na América Latina, e o segundo, referindo-se ao Brasil:

TEXTO I

“No pós-guerra, a questão nacional na América Latina teve como fulcro a problemática do desenvolvimento/subdesenvolvimento e as suas diferentes interpretações. No ILPES (órgão da Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) como no Cesó (Centro de Estudios Socio Económicos da Universidade do Chile), produziram-se as primeiras tentativas de elaboração de uma teoria do subdesenvolvimento. Os esforços consistiram na atualização dos estudos sobre o capitalismo como categoria econômica histórica, o neocolonialismo e a expansão do capitalismo central na periferia. Seu maior mérito foi o de colocar a economia, antes tratada como matéria autônoma, relacionada com o processo de dominação internacional, no quadro das Ciências Políticas. (MACHADO, 1999, p. 200-201)

Fonte: MACHADO, L. T. A teoria da dependência na América Latina. **Estud. av.**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 199-215, abr. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2018.

“ No pós-guerra, a questão nacional na América Latina teve como fulcro a problemática do desenvolvimento/subdesenvolvimento e as suas diferentes interpretações. No ILPES (órgão da Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) como no Cesó (Centro de Estudios Socio Económicos da Universidade do Chile), produziram-se as primeiras tentativas de elaboração de uma teoria do subdesenvolvimento. Os esforços consistiram na atualização dos estudos sobre o capitalismo como categoria econômica histórica, o neocolonialismo e a expansão do capitalismo central na periferia. Seu maior mérito foi o de colocar a economia, antes tratada como matéria autônoma, relacionada com o processo de dominação internacional, no quadro das Ciências Políticas. (MACHADO, 1999, p. 200-201)

Fonte: MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.28.

Assinale a alternativa que melhor sintetiza a visão dos dois autores quanto à concepção centro-periferia na América Latina e no Brasil.

- a) As visões são convergentes, pois ambos observam que o pós-guerra foi o período a partir do qual se inicia um movimento na América Latina que buscava compreender a dependência estrutural com relação aos países centrais.
- b) As visões são divergentes, já que para o primeiro autor a dicotomia centro-periferia é um processo mais amplo (envolvendo neocolonialismo e capitalismo); o segundo autor entende que o capitalismo é o principal elemento dessa dicotomia.
- c) As visões são convergentes, pois ambos entendem que as relações econômicas de dominação são um componente central para a divisão centro-periferia, exemplificado sobretudo por regras internacionais predatórias.
- d) As visões são divergentes, pois autor do primeiro texto entende a dicotomia centro-periferia como um processo mais recente, datando do pós-guerra, ao passo que o autor do segundo texto caracteriza o processo tão antigo quanto a independência do Brasil.
- e) As visões são convergentes, pois permitem concluir que a categorização centro-periferia aplica-se somente à América Latina, como o caso do Brasil exemplifica, sobretudo a partir do seu processo de independência.

- AIRY, A. **Shop for Machining 15-Inch Shells**. 1 pintura, tela em óleo, 1828mm x 2133mm, 1918. Disponível em: <https://www.iwm.org.uk/collections/item/object/103>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BERTOLLI, E. Divisão da Alemanha começou logo após a Segunda Guerra. **Folha Online Mundo**. 30 set. 2005. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2005/reunificacaoalema/o_muro-segunda_guerra.shtml. Acesso em: 14 out. 2018.
- BRUSSI, A. J. E. Recorrência e evolução no capitalismo mundial: os ciclos de acumulação de Giovanni Arrighi. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 5, p. 383-409, jul. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100014-&lng=en&nr=iso. Acesso em: 3 dez. 2018.
- CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990), **Terra Brasilis (Nova Série)** [Online], n. 3, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasiliis/990>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- CONTEL, F. B. Os conceitos de região e regionalização: aspectos de sua evolução e possíveis usos para a regionalização da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 447-460, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n2/0104-1290-sausoc-24-02-00447.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2018.
- COSTA, W. M. Políticas territoriais brasileiras no contexto da integração sul-americana. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 24-41, 1999. Disponível em: <https://geopousp.files.wordpress.com/2009/08/wanderley-messias-da-costa-politicas-territoriais-brasileiras-na-integracao-sul-americana.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2018.
- COSTA, F. R.; ROCHA, M. M. Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão, v. 1, n. 2, p. 25-56, 2010. Disponível em: http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/12/pdf_7. Acesso em: 22 ago. 2018.
- CUNHA, L. A. G. Sobre o conceito de região. **Revista de História Regional**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 39-56, 2000. Disponível em: https://www.facpr.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional56.pdf. Acesso em: 18 ago. 2018.
- ESTADÃO, **100 Anos: Primeira Guerra Mundial**. 2015. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/100-anos-primeira-guerra-mundial/>. Acesso em: 4 set. 2018.
- FILHO, S. S. G. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2015.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. O astrolábio, o mar e o Império. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 1011-1027, set. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000301011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 dez. 2018.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas.

Antares: Letras e Humanidades, Caxias do Sul, n. 3, p. 2-24, 2010. Disponível em: http://www.geografia.filch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Gloria/1s2018/3.haesbaert.pdf. Acesso em: 18 ago. 2018.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX –1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IANNI, O. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estudos Avançados**, v.8, n.21, pp.147-163, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141994000200009&script=sci_arttext. Acesso: 18 out. 2018.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estud. av.**, São Paulo, v.13, n. 35, p. 199-215, abr. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4014199900100018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 dez. 2018.

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.28.

MENDES, M.V. **As teorias dos ciclos sistêmicos de acumulação e da estabilidade hegemônica: uma análise comparada**. 2013. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Comércio Internacional) – Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas. Disponível em: https://www.academia.edu/23719429/As_teorias_dos_ciclos_. Acesso em: 3 set. 2018

MOREIRA, R. As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades. **GEOgraphia**, v.3, n.5, p. 1-18, 2001. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/index>. Acesso em: 3 dez. 2018.

RAMPINELLI, Waldir José. Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 287-289, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 out. 2018.

SANTOS, B. S. Os processos de globalização. In: SANTOS, B. S. (Org.) **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, T. The structure of dependence. **The American Economic Review**, v.60, n.2, 1970, p. 231-236. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1815811>. Acesso: 18 out. 2018.

WALLERSTEIN, I. M. **O Declínio do Poder Americano: os Estados Unidos em um Mundo Caótico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004

Unidade 2

Globalização e regionalização

Convite ao estudo

Esta unidade busca despertar o interesse pelas relações complexas entre dois fenômenos: a Globalização e a Regionalização. Observe que, após o desmembramento da URSS, a hegemonia do capitalismo sobre o socialismo ocasionou profundas mudanças no sistema internacional. A principal delas ocorreu já no início da década de 1990: a Globalização, que, em suas vertentes econômica, social e política, causou grandes impactos em nossas vidas, tais como a revolução nos transportes, que encurtou distâncias e criou a noção de que o mundo é “menor”. Além disso, a hegemonia estadunidense se tornou evidente e houve um aumento da conexão entre povos e culturas sem precedentes na história.

Ao mesmo tempo, a chamada economia-mundo acentuou processos sociais até então pouco evidenciados no curso da história. O principal deles foi, provavelmente, a desigualdade. As noções de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, norte global e sul global ou a dualidade centro-periferia são acrônimos que materializam a noção de desenvolvimento regional não uniforme. Nesta disciplina, observaremos o quanto a globalização foi uma das causas desses processos sociais tão marcantes.

É nesse contexto que você será instigado a desenvolver competências essenciais para o geógrafo. O entendimento de como a globalização afetou e tem afetado os processos de regionalização do espaço é essencial. Ele será alcançado ao abordarmos a globalização em suas perspectivas econômica, política e social, o processo de desmembramento da URSS, bem como a divisão do espaço mundial em regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Além disso, observaremos como os processos transnacionais de financeirização, a atuação de corporações multinacionais e a emergência de questões ambientais se originam com a globalização e afetam profundamente a regionalização do espaço. Nesse sentido, é essencial pensar em uma abordagem multidisciplinar para as análises espaciais que proporcionem a compreensão das intrincadas relações derivadas da globalização.

Para o desenvolvimento dessas competências, vamos acompanhar o trabalho do professor Paulo, um geógrafo bastante interessado em questões econômicas e políticas. Desde que se formou, Paulo trabalha como consultor

técnico do Banco Mundial (BM) alocado no Brasil. Ao longo de seus mais de dez anos de trabalho nesse local, ele teve a oportunidade de fazer viagens técnicas para países da África, Ásia e América Latina. Geralmente, essas viagens são focadas na prospecção de projetos de desenvolvimento local e regional. Apesar desse enfoque, Paulo conseguiu desenvolver, nesse tempo e por meio dessas viagens, uma grande sensibilidade a oportunidades e desafios voltados ao desenvolvimento regional nesses continentes, e por esse motivo, provavelmente, foi convidado a ministrar aulas de Geografia em um curso de licenciatura; logo, acumulará duas funções: a de consultor do BM durante o dia e a de professor de Geografia durante quatro noites por semana.

O consultor e, a partir de agora, professor Paulo terá uma grande oportunidade de compartilhar seu conhecimento técnico sobre regionalização do espaço mundial com estudantes de Geografia. Ainda assim, e apesar de ser um geógrafo com bastante experiência prática, ele está preparado para enfrentar o conjunto de desafios que surgirão em sua nova empreitada.

Dessa forma, como Paulo analisará as questões econômicas e políticas surgidas com a globalização considerando sua ampla experiência prática? De que forma os trabalhos desenvolvidos junto ao Banco Mundial serão convertidos em exemplos em suas aulas? Como a globalização pode afetar, positiva e negativamente, o desenvolvimento regional?

As três seções desta unidade estão organizadas de forma a proporcionar o entendimento de como a globalização tem afetado os processos de regionalização. Na primeira seção, caracterizaremos a nova ordem global, que emerge após o desmembramento da URSS. O fenômeno da globalização e a regionalização intensificada por tal acontecimento também serão explorados. Na próxima seção, apresentaremos a perspectiva do sistema-mundo, um modelo de análise essencial para refletir sobre a regionalização dos espaços desiguais. Aplicaremos essa perspectiva para analisar brevemente a economia da informação, tema em crescente destaque nas ciências humanas e sociais. Por fim, na última seção, abordaremos os processos de descentralização político-econômica do Estado e como essas regiões dentro dos Estados são afetadas pelos processos de financeirização transnacional, pelas questões ambientais e pela atuação de corporações transnacionais.

A nova ordem global

Diálogo aberto

A globalização é um fenômeno marcante nas ciências humanas e sociais. Para a maioria dos estudiosos da globalização contemporânea, seu início é reconhecido a partir da década de 1990, a partir dos processos de abertura econômica e liberalização dos mercados em perspectiva global. Esse fenômeno traz muitas implicações para as sociedades contemporâneas – por exemplo, o crescimento acelerado do comércio internacional. No seu dia a dia, você participa desse processo quando, por exemplo, compra um tablet pelo site da Amazon. Mesmo que seja produzido há milhares de quilômetros de onde você mora, o produto, provavelmente, chegará em sua casa em poucos dias. A globalização econômica explica esse processo por meio de conceitos, como a transnacionalização dos fluxos de capitais e de produtos.

Relembremos brevemente o caso do professor Paulo. Recém-contratado para lecionar Geografia para uma turma de licenciatura, ele acredita que sua vasta experiência como consultor do Banco Mundial poderá auxiliá-lo na preparação de suas aulas. Ele reservou duas aulas seguidas para introduzir aos alunos o fenômeno da globalização. Seu objetivo é apontar como esse fenômeno causou tão profundas mudanças no sistema internacional contemporâneo a partir da década de 1990. Em sua primeira aula, o professor apresentou exemplos de fenômenos associados à globalização: aumento dos fluxos de comércio internacional por meio de práticas, como o *e-commerce*; crescente facilidade para se fazer viagens internacionais aéreas, “diminuindo” as distâncias entre os diversos locais do planeta, e propagação de certas “culturas globais”, como a estadunidense, por intermédio de músicas e hábitos alimentares, como o fast-food.

Apesar de o professor deixar bem claro que esses processos não ocorreram de forma homogênea nas diversas partes do mundo, ele logo percebeu que seus alunos não haviam compreendido dessa forma. Um deles, por exemplo, lembrou de um documentário que havia visto e comentou com a turma o tema e a história. Segundo o aluno, o filme mostrava o problema da fome em muitos países africanos e as iniciativas tomadas pela ONU para dirimi-lo. O documentário abordava, ainda, que após a década de 1990, as desigualdades entre ricos e pobres no mundo aumentaram consideravelmente. O aluno mostrou alguns trechos desse documentário por meio do próprio celular para o professor.

Já outro aluno discordou, observando que a globalização levou a um aumento da riqueza global. Ele citou e apresentou ao professor, também por

meio de seu smartphone, uma matéria jornalística publicada recentemente, comentando que as grandes empresas e bancos nunca tiveram receitas tão grandes quanto as alcançadas a partir da década de 1990. Diante dessas duas visões, um terceiro aluno apontou que os países mais pobres não souberam aproveitar as oportunidades trazidas pela globalização e pelos grandes investimentos feitos em todo o mundo.

Por meio desses comentários, Paulo compreendeu que o conceito de globalização se provou mais complexo do que ele inicialmente supunha. Os estudantes apresentaram leituras pouco críticas, muito influenciadas pelo documentário e pela matéria jornalística que acessaram. Como o documentário apresentou uma perspectiva muito mais crítica que a matéria, o aluno que o assistiu esboçou um entendimento um pouco mais apurado sobre a questão, ao passo que o que leu a matéria apresentou argumentos menos consistentes.

Portanto, Paulo verificou que seria preciso pensar em uma maneira diferente para apresentar o conceito de globalização em toda a sua complexidade aos alunos. Outra aula sobre o tema seria necessária, a fim de trazer uma oportunidade adicional para preencher essa lacuna na aprendizagem dos alunos sobre esse processo.

Dado esse contexto, vamos seguir os passos do professor Paulo, verificando quais estratégias e métodos de ensino serão utilizados em sua terceira aula, a fim de tornar o complexo conceito de globalização mais claro aos seus estudantes. Nesse sentido, Paulo deverá abordar os conceitos de globalização econômica, política e social, bem como as noções de Norte versus Sul global, muito importantes para o esclarecimento.

Não pode faltar

Regionalização e mundialização

O economista francês François Chesnais (1934-) definiu o conceito de **mundialização** da seguinte forma: “uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, **e só a elas**” (CHESNAIS, 1996, p. 32, grifo do autor). Com base nesse prisma, podemos observar que o autor considera a mundialização como uma parte do fenômeno da internacionalização (ou globalização) do capital. Portanto, a priori, não pondera que a mundialização tenha chegado a regiões consideradas como não rentáveis, ou seja, não produtoras de bens, serviços ou recursos, tampouco detentoras de mercados consumidores.

Muito atento às dinâmicas do comércio internacional, Chesnais (1996) aponta que a mundialização se caracteriza pela exigência de proximidade

da produção e das oportunidades proporcionadas pelos grandes mercados continentais – União Europeia e NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte). Além disso, o autor observa que a produção também busca se aproximar dos mercados finais em um arranjo de concorrência oligopolista. Ou seja, a **regionalização** do comércio internacional ocorreria de forma muito evidente no que Chesnais (1996) chamou de tríade de países desenvolvidos – Estados Unidos, países da União Europeia e Japão –, os quais se tornam polos controladores dos fluxos globais de comércio.

Chesnais (1996, p. 33) observa ainda que “o movimento da mundialização é excludente”. Por um lado, ele posiciona os países industrializados em um patamar central. Tais países possuem alta produtividade de trabalho, de modo a se manterem internacionalmente competitivos. Por outro lado, ocorre um processo de marginalização de países em desenvolvimento, impossibilitados pelas próprias forças globais de comércio e investimento de efetuarem mudanças em sua produtividade. Desse modo, o autor pontua que a mundialização ocasionou uma redução considerável nos **Investimentos Externos Diretos (IEDs)** em direção a países em desenvolvimento acompanhada da baixa transferência de tecnologias. O resultado desse processo foi que tais países ficaram à margem dos sistemas internacionais de intercâmbios financeiros e comerciais, especializando-se na produção e exportação de *commodities* de baixo valor agregado no mercado internacional.



Assimile

Os Investimentos Externos Diretos (IEDs), mais conhecidos pela sigla em inglês *Foreign Direct Investments (FDIs)*, são investimentos do tipo controle de propriedade de um negócio situado em um país por uma entidade situada em outro. Assim, fusões e aquisições, construção de novas fábricas, reinvestimento de lucros ganhos de investimentos internacionais e empréstimos intraempresariais, por exemplo, são tipos de IEDs. Ou seja, os IEDs estão associados à noção de **propriedade direta**. Distinguem-se notadamente dos Investimentos Externos em Portfólio (IEPs) ou *Foreign Portfolio Investments (FPIs)*, porque estes estão associados à noção de investimentos agrupados, compartilhados, em ativos, tais como: ações, títulos do tesouro nacional e os equivalentes em dinheiro.

Alguns processos adicionais caracterizam a mundialização. Primeiro: a tecnologia e sua influência na relação capital-trabalho. Os processos de automação industrial, que, inevitavelmente, levarão à diminuição de postos de trabalho e a modificações consideráveis nos sistemas de produção, acarretaram exclusões marcantes no mercado de trabalho.

Em segundo lugar: um duplo mecanismo de polarização. Internamente aos países, certas regiões (geralmente em torno das capitais) desenvolvem-se e se tornam centros econômicos dinâmicos às expensas de regiões do interior. No contexto internacional, regiões centrais se distinguem das periféricas, basicamente, por controlarem os oligopólios mundiais da produção.

No bojo dessas características, Chesnais (1996, p. 40) reconhece uma “civilização da mundialização”. Personificada no ideal de civilização propagado pelos Estados Unidos – em valores como homogeneização da demanda, desenvolvimento tecnológico e industrial convertido em produtos altamente atraentes ao público, abertura comercial e internacionalização produtiva e financeira, etc. –, esse modelo de civilização faria do “século XXI um século americano”.

Globalização política, econômica e social

Boaventura de Souza Santos (1940-) observa:

“A globalização atual, ou as formas de globalização atuais, têm diferentes aspectos (...) Mas se a gente olhar para sua forma hegemônica, que é a forma do capital global em final de século, é evidente que esta globalização tem uma virtualidade particular que ela produz, o que se tem vindo a designar de uma compressão espaço-tempo. (GANDIN; HYPOLITO, 2003, p. 6)

Os autores consideram que, ao longo desse processo de compressão espaço-tempo, inúmeras contradições, tensões e conflitos presentes aconteceram entre o que se chama de “globalizadores” e os “globalizados”. Nesse processo histórico, portanto, houve constantemente uma assimetria de poder, que “deu-se no domínio econômico, deu-se no domínio político, e deu-se no domínio cultural” (GANDIN; HYPOLITO, 2003, p. 7).

Em termos políticos, a globalização remete, ainda no contexto espaço-temporal, a passados e futuros bem específicos. O advento da colonização em vigor a partir de fins do século XV é uma das facetas mais marcantes desse processo. Analisando o processo de expansão ultramarina e a organização das “colônias” europeias, novos territórios foram constituídos na América, África e Ásia, e, assim, podemos considerar a colonização como uma primeira etapa da globalização política – porque advogava pelo domínio de novos territórios submetidos, comercial, política e culturalmente, aos domínios da metrópole.

Se pensarmos em termos contemporâneos, a globalização política encontra refúgio em práticas, como a conformação de blocos regionais de integração, como os casos evidentes da União Europeia e do Mercosul. Pautado na existência de similaridades políticas e econômicas, além de afinidades culturais, linguísticas e fronteiriças, Nascimento (2007, p. 1) reconhece, nesse processo, o “fortalecimento da cooperação entre os países com vista ao estabelecimento de políticas globais para fazer face aos desafios do mundo moderno”.



Exemplificando

Podemos associar as tipologias de Globalização apresentadas com fatos do nosso dia a dia, tais como:

- **Globalização política:** o Brasil participa do Mercosul, um bloco regional constituído para, dentre outros motivos, fortalecer os quatro países participantes frente à competitividade do mundo globalizado.
- **Globalização econômica:** hoje, é possível fazer carreira em corporações multinacionais com capital de origem não brasileira, mesmo trabalhando em território brasileiro, sem a menor necessidade de viagens ao país de origem da empresa.
- **Globalização social:** sob o viés cultural/linguístico, presenciemos a globalização em nosso dia a dia ao verificarmos a quantidade de escolas de idiomas – sobretudo, de inglês – presentes em nossas cidades, refletindo a importância marcante atribuída pelas pessoas ao “idioma global” (GARRIDO, 2010, p. 2) e às oportunidades internacionais que o inglês possibilita.

Quando refletimos sobre a globalização na perspectiva econômica, novos elementos se acrescentam. Dois deles são particularmente relevantes. Primeiro, a emergência e expansão de gigantescas corporações multinacionais (também conhecidas como empresas ou corporações transnacionais) nos moldes do modelo estadunidense a partir da segunda metade do século XX.

Essas corporações multinacionais contribuíram para a globalização econômica de muitas formas. Por meio da montagem de uma extensa cadeia de subsidiárias em diversas localidades do globo, incluindo países em desenvolvimento, ainda que suas matrizes, bem como seus centros de decisão, continuassem concentrados nos países desenvolvidos. Além disso, sabemos que a vasta maioria dos lucros auferidos é igualmente direcionada a esses centros. Outro elemento intensificado a partir dessas corporações foram as aberturas comerciais, fomentando o comércio internacional e, por consequência, os fluxos globais de mercadorias, serviços e capital.

O segundo elemento de destaque na globalização econômica foi a emergência de mercados financeiros hiperdesenvolvidos em um processo caracterizado, por Bresser-Pereira, (2018) como financeirização da economia (ou, também, como capitalismo financeiro-rentista). No excerto seguinte, o autor deixa bem claro como ocorre o processo de financeirização globalizada e quem são os responsáveis:

“ Na primeira parte do século, os altos tecnoburocratas substituíram os empresários na gestão das grandes empresas; a partir dos anos 1980, os capitalistas rentistas, muitos deles herdeiros, substituíram os empresários na propriedade dessas empresas. Para administrar sua riqueza surgiu uma classe especial de profissionais, os financistas, jovens brilhantes formados nas melhores universidades, que assumiram também o papel de ideólogos ou intelectuais orgânicos dos rentistas e adotaram o neoliberalismo como ideologia e ou a teoria econômica neoclássica, ou a austríaca, como justificação supostamente científica. (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 17)

Por fim, analisemos o fenômeno da globalização em termos sociais (ou culturais). Nesse sentido, vale a pena retornar ao pensamento de Souza Santos (2002), que diferencia os **localismos globalizados** dos **globalismos localizados**. No primeiro caso, ele destaca os processos culturais locais que, com a globalização, tornam-se planetários. Um exemplo interessante são os Estados Unidos cuja moeda, idioma e muitos aspectos culturais (elementos locais) são difundidos globalmente, em escala sem precedentes na história, após o fim da Segunda Guerra Mundial, bastante intensificado pelo fenômeno da globalização.

Por outro lado, os **globalismos localizados** são considerados, por Souza Santos (2002), como o complemento dos localismos globalizados, ou seja, remetem à apropriação e fixação em escalas locais de aspectos culturais tidos como globais. Assim, quer seja nos nomes de marcas, nos nomes próprios, na culinária, ou em expressões linguísticas, muitos aspectos globais são incorporados aos locais – sobretudo, as referências estadunidenses são utilizadas em muitos locais dos países em desenvolvimento.

Desmembramento da URSS e os novos arranjos regionais

O desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ocorreu em 1991, conformando-se na chamada Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

A CEI era composta pela maioria das 15 antigas repúblicas soviéticas que, mais adiante, uma a uma, tornariam-se adeptas de sistemas políticos democráticos, abrindo suas economias e, por conseguinte, adotando o modo de produção capitalista.

Em termos de arranjos regionais, pode-se afirmar que o desmembramento da URSS gerou consequências consideráveis. Se verificarmos que os Estados Unidos – e o arcabouço institucional e ideológico do ocidente capitalista/democrático – saíram vitoriosos desse processo, o fim da disputa entre socialistas e capitalistas traz bastante flexibilidade para a atuação estadunidense na política internacional. Isso inclui uma maior abertura para parcerias com o Oriente, já alicerçado pela aliança Estados Unidos – Japão, que emerge no pós-Segunda Guerra Mundial. Além disso, identificamos também que, logo após o desmembramento da URSS, foram assinados importantes acordos de integração, em seus mais diversos enfoques, sobretudo econômico, destacando-se o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), que, em 1994, integrou Estados Unidos, Canadá e México em uma perspectiva de liberalização comercial.

Além dos Estados Unidos, com o fim da URSS, duas outras potências econômicas emergiram: a União Europeia (uma integração entre 28 países que só negociam acordos econômicos conjuntamente) e o Japão.

Chamados por Chesnais (1996) como a “Tríade”, essas três regiões do globo passaram a deter os centros de comando e controle do capitalismo global. Assim, assumiram as rédeas da distribuição de fluxos de investimentos internacionais, o controle de importantes instituições internacionais, como FMI e Banco Mundial, e, naturalmente, tornaram-se o centro de maior prestígio econômico e financeiro na política internacional.

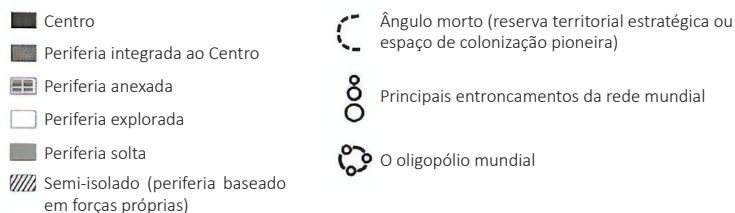
A bipartição norte global e sul global

A imagem seguinte ilustra muito bem a hierarquização do mundo em regiões industrialmente desenvolvidas, que, como vimos, após o fim da URSS, são mais expressivamente representadas por: Estados Unidos, União Europeia, Japão e regiões periféricas.

Por meio da legenda, verificamos que o norte global e o sul global não são, necessariamente, o norte e o sul geográficos, considerando os hemisférios Norte e Sul do globo terrestre. Sendo assim, o norte global pode ser considerado sinônimo dos países centrais, desenvolvidos ou industrializados, independentemente de se localizarem no Hemisfério Norte ou não. Assim, uma parcela considerável da Austrália, por exemplo, é considerada como pertencente ao norte global, uma vez que esse país tem a economia e os aspectos políticos, culturais, demográficos e educacionais mais semelhantes à “Tríade” do que aos países em desenvolvimento.

Por outro lado, o sul global também não está necessariamente relacionado à localização no Hemisfério Sul do planeta. Países, como México, Índia e China, ainda que situados no Hemisfério Norte, fazem visivelmente parte do sul Global.

Figura 2.1 | Centros e periferias do mundo (1992)



Fonte: Durand, Levy e Retallé (*apud* CHESNAIS, 1996, p. 38).

Ainda de acordo com o mapa da figura anterior, verificamos que as áreas pontilhadas – Amazônia, Ártico, Andes, Saara e Sibéria – são territórios estratégicos. Isso se dá por dois motivos: primeiramente porque já passaram por fases históricas de disputas territoriais, uma vez que se tratam de áreas

fronteiras entre diferentes estados. As fronteiras do norte da Amazônia, por exemplo, já foram alvo de extensas negociações entre o Brasil e seus vizinhos para a demarcação atual. Segundo, porque algumas dessas regiões apresentam áreas de exploração de recursos naturais. A Sibéria, por exemplo, possui enormes reservas de petróleo, e a Amazônia, uma riquíssima biodiversidade, atualmente alvo de biopirataria em nível internacional.



Reflita

Considerando os conceitos de norte global e sul global, de que maneira é possível aplicá-los ao Brasil? Você considera que o Brasil pertence a qual dessas tipologias e por quê? Além disso, essa caracterização é legítima para rotular os países, considerando a heterogeneidade regional (em termos de desenvolvimento) comuns entre as diversas partes de um mesmo país?

Sem medo de errar

Em sua segunda aula sobre o tópico Globalização, o professor Paulo verificou que o entendimento sobre esse conceito não estava claro. Por meio do relato de experiências de dois de seus alunos – um que havia assistido a um documentário e outro que havia lido uma matéria jornalística sobre o mesmo tema –, ele identificou, por exemplo, que a turma apreendeu a globalização como uma espécie de homogeneização do desenvolvimento capitalista em escala mundial. Outros estudantes consideraram que o motivo pela existência de países pobres e pouco desenvolvidos teria sido um relapso, ou falta de perspicácia deles, no sentido de “aproveitarem” a globalização para se desenvolver.

Partindo desse problema, Paulo abordou temas que poderão ser utilizados para desenvolver melhor o conceito de globalização, bem como viabilizar o entendimento acerca dos processos de desenvolvimentos desiguais dos lugares e das distintas propostas de regionalização que direcionaram a criação dos mais diversos blocos regionais/econômicos/comerciais a partir da década de 1990. Diante disso, desenvolveu a seguinte estratégia metodológica em três passos, a serem aplicados progressivamente ao longo de sua aula.

Primeiro: Paulo iniciou com a apresentação de um mapa-múndi em uma escala que permitiu a eles a identificação dos países. Em seguida solicitou que os estudantes se voluntariassem a ir à lousa, selecionar aleatoriamente um país e responder se ele pertencia ao sul global ou ao

norte global. Em seguida, cada estudante teve que justificar a sua classificação. Os países que já foram citados não podiam ser repetidos, de maneira que cada um foi selecionado apenas uma vez. Ao longo dessa dinâmica, Paulo anotou na lousa as razões citadas pelos alunos para categorizarem tais países de determinada forma.

Segundo: ao finalizar essa dinâmica, Paulo socializou com a turma todas as características citadas para categorizar os países em norte global e em sul global, apontando aquelas que fazem sentido e as que não fazem, justificando com as referências teóricas apresentadas na aula. Nesse processo, antes de apontar se cada referência fazia sentido, Paulo pediu aos alunos que comentassem se concordavam ou não com a categorização resultante da etapa 1 da dinâmica. Ao final desse processo, Paulo julgou interessante abrir o debate, a fim de esclarecer dúvidas e questionamentos dos alunos.

Terceiro: Paulo trouxe excertos da obra *Por uma outra globalização* (SANTOS, 2001), socializando-os com a turma. Nela, Milton Santos apresentou três facetas da globalização: a globalização como fábula, a globalização como perversidade e a globalização como possibilidade. Em seguida, o professor traçou um paralelo entre o texto e as características citadas para os países do sul global e as do norte global. Para tanto, foi preciso ser breve, destacando os elementos da globalização apontados em Santos (2001), relacionando-os aos aspectos econômicos, políticos e sociais do país. Ao longo dessa terceira etapa, Paulo deixou explícito que a globalização não ocorre de maneira homogênea no planeta, e que os países do norte global possuem vantagens em termos políticos, econômicos e sociais em relação aos países do sul global.

A partir do entendimento das dinâmicas da globalização política, econômica e social, no pensamento de autores, como Boaventura de Souza Santos e Milton Santos, os alunos têm mais elementos para refletir e analisar criticamente sobre os processos de regionalização do espaço mundial. Nesse sentido, tanto a conformação de blocos econômicos, particularmente expressa a partir do processo de globalização, quanto a classificação do mundo em norte global e sul global, servirá de exemplo de aplicação das complexas relações entre a regionalização do mundo e o processo de globalização.

Faça valer a pena

1. No livro *Por uma outra globalização*, Milton Santos (2001) descreve três tipos de globalização: a globalização como fábula, como perversidade e como possibilidade.

Utilize a categorização descrita a seguir para cada uma dessas tipologias:

- (1) Globalização como fábula.
- (2) Globalização como perversidade.
- (3) Globalização como possibilidade.

Agora, leia atentamente os três excertos da Introdução do livro de Santos (2001, p. 18-20):

- A) “Considerando o que atualmente se verifica no plano empírico, podemos, em primeiro lugar, reconhecer um certo número de fatos novos indicativos da emergência de uma nova história. O primeiro desses fenômenos é a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes.”
- B) “Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias — para aqueles que realmente podem viajar — também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos.”
- C) “A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção.”

Assinale a alternativa que apresenta as associações corretas:

- a) 1B – 2A – 3C.
- b) 1C – 2A – 3B.
- c) 1A – 2C – 3B.
- d) 1B – 2C – 3A.
- e) 1C – 2B – 3A.

2. Acerca do sul global, analise o excerto seguinte:

“As novas perspectivas e visões de mundo, provenientes do Sul, refletem também as expectativas atuais em torno dessa nova tendência da cooperação internacional, intitulada cooperação Sul-Sul. Para tanto, esse fenômeno político internacional deve estar acompanhado e baseado em novas teorias científicas a respeito das motivações dos atores globais em cooperar solidariamente e que não estejam mais orientadas por disputas de poder entre as nações, conforme as teorias que anteriormente serviam de base e que costumavam inspirar as análises. Além disso, a presença do Sul global nos foros e regimes políticos internacionais abre a oportunidade para propostas inovadoras

com vistas à efetiva evolução da civilização global, atenta à promoção e concretização do desenvolvimento humano. (CAIXETA, 2014, [s.p.])

Sobre o objeto descrito no texto, analise as afirmativas seguintes:

- I. A cooperação do sul global, necessariamente, tem que ocorrer com os países do norte global.
- II. Países do sul global têm participado mais ativamente em foros e regimes internacionais.
- III. A emergência do Sul Global incita um novo tipo de cooperação mais solidária e humana.
- IV. Um dos pressupostos da cooperação Sul-Sul são particularidades inerentes ao sul global.

Assinale a alternativa que apresenta somente a(s) afirmativa(s) correta(s):

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I e III.

3. Examine a imagem seguinte:



Fonte: <https://mronline.org/2018/03/08/the-world-market-north-south-relations-and-neoliberalism/>. Acesso em: 18 out. 2018.

Assinale a alternativa que traz o título mais adequado para essa imagem, baseado no conceito de globalização e nas dinâmicas da regionalização norte global versus sul global:

- a) “Globalização sob as lentes de um futuro caótico”.
- b) “Capitalismo e poluição no Brasil contemporâneo”.
- c) “O Sul Global dependente do capitalismo selvagem”.
- d) “A falência bancária dos Estados Unidos da América”.
- e) “Agricultura global e o capitalismo monetário dependente”.

A economia-mundo

Diálogo aberto

Você, provavelmente, já se deparou comprando algum produto importado da China e, possivelmente, era um certo aparelho eletrônico. Já imaginou por que, há alguns poucos anos, começamos a consumir esses produtos de forma tão expressiva? Por que a China passou a vender tanto para o Brasil ou, em outras palavras, por que o Brasil passou a importar os produtos chineses, especificamente eletrônicos?

Nesta seção, você aprenderá que a China faz parte de um grupo de países denominados “em desenvolvimento”. Em geral, esses países utilizam amplas estratégias econômicas para expandirem sua representatividade no Sistema Internacional. A China, assim como o Brasil, são dois exemplos de países em desenvolvimento que, nos últimos 20 anos, despontaram como grandes promessas na economia internacional. Quais outras categorizações de países você crê que existam? Como essas categorias influenciam a regionalização dos espaços mundiais?

Para ajudá-lo a responder a essas questões, vamos nos lembrar do professor Paulo, que foi recentemente contratado para lecionar Geografia em um curso de licenciatura, mas que, ao mesmo tempo, continua a trabalhar em seu cargo de Consultor do Banco Mundial, profissão que exerce há dez anos. Paulo atua em projetos de desenvolvimento local em países e regiões da África, Ásia e América Latina. Veja que os conceitos de países centrais e periféricos (assim como desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos) são muito importantes para se compreender os processos de regionalização dos espaços. Porém, dada a complexidade do tema, Paulo propôs uma dinâmica em sua aula: levou para a sala seis fotografias com imagens de distintas atividades da economia: 1 – mineração extrativista; 2 – agropecuária; 3 – plantas de montagem de automóveis; 4 – laboratório farmacêutico de pesquisa; 5 – escritório central de um reconhecido banco de investimentos; 6 – laboratório de desenvolvimento de inovações tecnológicas.

Após apresentar as fotos, Paulo dividiu os alunos em seis grupos, atribuindo uma imagem a cada um deles. Pediu para que debatesses em quais países cada uma dessas atividades econômicas é predominante, dentre as opções: África do Sul, Estados Unidos, México, Peru, Coreia do Sul e China. Ao fim da atividade, Paulo percebeu que houve uma completa desconexão entre as atividades e os países por conta dos seguintes aspectos: o grupo que ficou com a imagem 2 (agropecuária) associou tal atividade à

Coreia do Sul. Segundo os alunos, a Coreia do Sul é um país cuja economia se concentra no meio rural, como uma considerável parte dos países asiáticos, por isso, desenvolve majoritariamente atividades agrícolas. Já o grupo que ficou com o México o associou ao laboratório de desenvolvimento de inovações, negligenciando Estados Unidos e China, que são opções mais diretamente relacionadas a esse tipo de atividade. Para esses alunos, o México, por integrar anteriormente o NAFTA, junto aos Estados Unidos e Canadá, deve possuir níveis de desenvolvimento similares a esses países.

Por meio dessas conexões errôneas, Paulo percebeu que os estudantes tinham pouco conhecimento sobre os níveis de desenvolvimento industrial, tecnológico e econômico dos países em contexto mundial. Sendo assim, ele concluiu que há uma discrepância na compreensão dos alunos entre as atividades econômicas predominantes em países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Uma hipótese inicialmente pensada pelo professor é que essas colocações indiquem problemas na categorização desses países por parte dos alunos. Diante desses impasses, Paulo decidiu explorar mais a fundo essa temática em sua aula.

Vejam os quais estratégias de ensino e recursos didáticos serão utilizados por esse docente para esclarecer esse conteúdo a seus alunos à luz dos referenciais teóricos apresentados pela disciplina. A compreensão desses elementos auxiliará o entendimento dos processos mais complexos de regionalização do espaço mundial que serão desenvolvidos nas demais seções e unidades da disciplina.

Não pode faltar

A perspectiva do sistema-mundo de Wallerstein

Por volta da década de 1970, o sociólogo americano **Immanuel Wallerstein** (1930-) publicou o primeiro volume da obra que consolidaria uma nova perspectiva teórica sobre as ciências sociais e humanas: *O Sistema Mundial Moderno - A Agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. A perspectiva teórica que aí se inaugurou ficou conhecida como **sistema-mundo**, que nasceu em um contexto de grande instabilidade social ilustrada pelas revoluções de maio de 1968 e capitaneadas por estudantes franceses (e, posteriormente, de outros países europeus e dos Estados Unidos) que se rebelaram contra a Guerra do Vietnã e em favor da liberalização sexual e dos movimentos pela universalização dos direitos civis.

Nesse contexto de Guerra Fria, centralmente marcada pelos ideais liberal-democráticos estadunidenses em contraposição à ameaça do

socialismo, representada pela URSS, passou-se a questionar a “inevitabilidade do progresso”, central para o ideário neoliberal. Com base nesse cenário, Wallerstein (1974) se propôs a **analisar as origens do sistema-mundo moderno**, também para entender a situação de crises da época. De acordo com Mariutti (2004), Wallerstein explorou a conexão entre a **economia-mundo** baseada no modo de produção capitalista do Ocidente e a expansão das ciências sociais (antropologia, ciência política, geografia, economia, etc.) para legitimar a especialização do conhecimento “civilizado” ocidental em relação às demais regiões do sistema-mundo.



Assimile

Para Mariutti (2004, p. 97), “uma economia-mundo é um sistema-mundo que não é englobado por nenhuma entidade política unitária”. Ou seja, uma economia-mundo não é um Estado, tampouco o sistema interestatal (conjunto de todos os Estados), mas está acima desse sistema, de forma que reflete toda a sociedade internacional – desde os Estados formalmente constituídos até as pessoas/consumidores, empresas/ organizações de produção e os mercados.

Para justificar seu entendimento acerca da ascensão do Ocidente, Wallerstein (1974) encontrou explicações civilizacionais e conjunturais. As primeiras buscavam elucidar os motivos pelos quais uma herança judaico-cristã supostamente conduziria a uma condição de superioridade. A segunda tentou afirmar o período de decadência do sistema feudal na Europa Ocidental (aproximadamente entre os anos de 1250 e 1450) como a época na qual acreditou encontrar elementos embrionários ao sistema capitalista (MAIRUTTI, 2004).

O **sistema-mundo moderno** é, portanto, resultado de um processo de evolução capitalista que data de meados do século XV (WALLERSTEIN, 1974). É composto por uma economia-mundo que, ao longo do curso da História, pode: 1) desintegrar-se ou 2) converter-se em um império-mundo. **Império-mundo** seria uma situação na qual uma única estrutura política envolveria a economia-mundo. Na história moderna, não houve impérios-mundo. “Em termos sintéticos, o que caracteriza um sistema-mundo é o fato de sua dinâmica ser, em grande medida, interna (autocontida). Desse modo, o próprio sistema representa a unidade em torno da qual qualquer análise deve se estruturar” (MARIUTTI, 2004, p. 96).



Refleta

Baseado na perspectiva do sistema-mundo de Arrighi (1996), você é capaz de citar ou analisar algum império-mundo que tenha existido? Como considera, por exemplo, que o Império Romano possa ser categorizado pela perspectiva do sistema-mundo: um império-mundo, uma economia-mundo ou nenhum dos dois? Por quê?

A divisão internacional do trabalho é central na perspectiva do sistema-mundo, e não apenas em termos de especializações dos tipos de atividades produtivas, mas também baseada em especializações regionais. “(...) ela reflete uma hierarquia de tarefas que demandam níveis distintos de qualificação e de capitalização, determinando assim a transferência extensiva da mais valia da periferia para o centro.” (MARIUTTI, 2004, p. 97).

Além de centro e periferia, há uma **semiperiferia**. Os países da semiperiferia ocupam uma posição intermediária entre o centro (para o qual a semiperiferia é periférica) e a periferia (para a qual a semiperiferia ocupa posição central). É com base nas dinâmicas de disputas entre esses três tipos de países que o sistema internacional opera.

Por fim, outro conceito relevante na perspectiva do sistema-mundo é o de ciclos conjunturais, que, no caso da economia-mundo capitalista, operam conforme os **ciclos de Kondratieff**. Esses ciclos duram 50 anos e possuem fases A, de expansão, e fases B, de contração. Além disso, Wallerstein (1974) também trabalha com a ideia de **ciclos hegemônicos**. Para esse autor, o sistema-mundo moderno vivenciou três ciclos desse tipo: o holandês, o britânico e o estadunidense. Assim, nas disputas entre centro, periferia e semiperiferia que ocorrem na economia-mundo, destacam-se as transições hegemônicas (ou sistêmicas), quando um país líder global entra em declínio e outro toma o seu lugar.

Países desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento (ou emergentes)

Em 1948, foi fundada a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas. O objetivo da CEPAL é contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina de modo que, analisando brevemente alguns aspectos da história dessa instituição, perceberemos como a situação de muitos países latino-americanos passou de subdesenvolvimento para em desenvolvimento ou emergente.

O primeiro grande foco de atuação da CEPAL, na década de 1950, foi no processo de substituição de importações. O objetivo era desenvolver, nos países latino-americanos, indústrias manufatureiras para substituir (ou pelo menos diminuir) a dependência com relação a produtos importados. Na década de 1960, foram priorizadas ações para desobstruir a industrialização, ou seja, que tipos de investimentos e quais setores deveriam receber atenção estratégica. Nos anos de 1970, a ideia foi promover uma certa homogeneização social, em direção à diminuição das desigualdades regionais, e uma diversificação da pauta de exportações. Nos anos 1980, os esforços da CEPAL focaram a superação do problema do endividamento externo, sem desviar a atenção das estratégias de desenvolvimento. Nos anos 1990, retoma-se a discussão da equidade social e das estratégias de transformação produtiva.

Perceba que, por meio da atuação da CEPAL, os grandes gargalos para o desenvolvimento latino-americano foram expostos internacionalmente (CEPAL, 2018). Apesar disso, heranças históricas e modelos político-econômicos barraram o desenvolvimento pleno da região.

Cabe observar que Furtado (2000) pondera que o advento do **desenvolvimento industrial** da Europa, no século XVIII, provocou uma ruptura na economia mundial naquela época. Isso afetou os desenvolvimentos econômicos posteriores em quase todas as partes do mundo. Três ações ilustram essa dinâmica. Primeiro, o processo de desenvolvimento da própria Europa ocidental, que se caracterizou, em certos períodos, pelo alto nível de produtividade, e as tecnologias que passam a ser condicionadas à existência de fatores de produção nesses centros industriais. Segundo, o desenvolvimento característico de certas áreas coloniais, como Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos, que seguiam modelos diferenciados das áreas de exploração, viabilizando a industrialização. Terceiro, as tentativas de se transferir esses modelos de desenvolvimento para as periferias do sistema – densamente povoadas com sistemas econômicos, em sua maioria, agroexportadores – não seguiram a mesma lógica, muitas vezes restringiram-se ao ISI (Industrialização para Substituição das Importações). Foi nesse terceiro tipo de dinâmica que o subdesenvolvimento se evidenciou mais claramente.

“O contato das vigorosas economias capitalistas com essas regiões de antiga colonização não se fez de maneira uniforme. Em alguns casos, o interesse limitou-se à abertura de linhas de comércio. Em outros houve, desde o início, o desejo de fomentar a produção de matérias-primas, cuja procura crescia nos centros industriais. O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e

da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. (FURTADO, 2000, p. 253)

Note, porém, que a visão de Furtado é criticada por alguns autores que a classificam como eurocêntrica. Ou seja, consideram a colonização e a dependência dos países subdesenvolvidos com relação à Europa como causas do subdesenvolvimento, focando menos nas particularidades históricas e nas singularidades locais dessas regiões. A visão da CEPAL é entendida por muitos autores como uma vertente da teoria do imperialismo, que vê nas grandes potências centrais, imperialistas, a causa do subdesenvolvimento latino-americano.

Veja ainda que, mais contemporaneamente, optou-se por classificar vários desses países subdesenvolvidos como “**em desenvolvimento**”, como uma sinalização de que eles estão em franco processo de ascensão econômica. Exemplos de países em desenvolvimento incluem o famoso BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

A teoria da dependência e a dualidade centro-periferia

Enquanto o pensamento da CEPAL, norteado por autores como Furtado, é considerado como um modelo de desenvolvimento de origem imperialista, a **teoria da dependência** é considerada como uma formulação crítica e marxista, porém, não-dogmática. Desenvolvida entre as décadas de 1960 e 1970, também foi notoriamente estruturada por teóricos latino-americanos. Os principais expoentes dela foram os brasileiros Ruy Mauro Marini (1992) e Theotônio dos Santos (1970), o alemão André Gunder Frank e o americano Berry Gills (1996).

A grande novidade trazida pelos teóricos da dependência foi a noção de **dualidade centro-periferia**. Há países que estão no centro do sistema econômico mundial, chamados de países centrais, localizados em regiões onde os meios técnicos e científicos são avançados, os meios de produção altamente sofisticados e os fluxos produtivos e financeiros ocorrem de modo acelerado. Por outro lado, em outras regiões estão os países da periferia. Dotados de limitadas capacidades tecnológicas e produtivas, boa parte de sua subsistência advém de interações com os países centrais. As periferias importam, por exemplo, parcelas consideráveis dos bens de consumo e de

capitais necessários para o funcionamento de suas economias. A noção de dependência é sinônimo de **subordinação** ou desenvolvimento limitado pelas ações de elites locais (por exemplo, grandes latifundiários interessados na manutenção de um sistema produtivo essencialmente agrícola) que se beneficiam com essa situação de dependência.

A visão da teoria da dependência ilustra os distintos padrões de desenvolvimento dos países do Norte (marcadamente, Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental) e os do Sul (América Latina, África e Ásia). No entanto, ao refletirmos criticamente sobre ela, notamos que outros elementos sociais, culturais e políticos, que, notoriamente, contribuem para o subdesenvolvimento, não são elaborados. Portanto, tal teoria falha em apresentar uma noção mais ampla sobre as causas do subdesenvolvimento desses países, concentrando-se muito na mera dualidade centro-periferia.

Diferentemente do pensamento da CEPAL, que advogava pelo desenvolvimento por meio da modernização industrial, pelo fim da condição agrário-exportadora e da herança pré-capitalista desses países, a teoria da dependência defende que a **ruptura** com esse status de subdesenvolvimento é o único caminho para o desenvolvimento efetivo. Além disso, enquanto os teóricos da CEPAL viam o subdesenvolvimento e o desenvolvimento como estágios ao longo de uma escala evolutiva dos países, os teóricos da dependência analisam que esses padrões são **posições funcionais dentro da economia internacional**. Em outras palavras, de acordo com os teóricos da dependência, a periferia é necessária, quer seja como exportadora de recursos naturais e commodities a preços baixos, quer seja como dotada de mão de obra barata para, por exemplo, receber as filiais de corporações transnacionais sediadas no centro a fim de que este exista como tal.

Verifique, também, que as noções de centro-periferia se aproximam da perspectiva do sistema-mundo de Wallerstein (1974), para o qual, além do centro e da periferia, existem os países que constituem a **semiperiferia**, ou seja, ambas são profundamente eurocêntricas em sua essência.

“Nota-se portanto que a divisão do trabalho que articula a economia mundo não é somente ocupacional, mas sobretudo regional: ela reflete uma hierarquia de tarefas que demandam níveis distintos de qualificação e de capitalização, determinando assim a transferência extensiva da mais valia da periferia para o centro. Mas o quadro é um pouco mais complexo, pois entre o centro e a periferia da economia-mundo há uma zona intermediária razoavelmente favorecida pela divisão mundial do trabalho: a semiperiferia. Esta geralmente envolve áreas que antes faziam

parte do centro do sistema, embora a conversão de regiões periféricas em semiperiféricas não seja incomum. (MARIUTTI, 2004, p. 97)

Observe ainda que, nesse contexto de desenvolvimento assimétrico, há espaço para transições de posição no sistema internacional. O exemplo emblemático da Coreia do Sul é digno de nota. Da segunda metade do século XX até o início dos anos 2000, o país passou de subdesenvolvido à potência desenvolvida graças a fortes investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e a uma política de governo estratégica, priorizando educação de alta qualidade. Além disso, investimentos privados, sobretudo provenientes dos Estados Unidos e do Japão, foram relevantes para essa escalada econômica. Como um dos resultados desse processo, hoje, a Coreia do Sul abriga as sedes de valiosas empresas, como Samsung, LG, Hyundai e Kia.

Regionalização frente à economia da informação

A economia da informação diz respeito à centralidade do conhecimento para a economia do planeta em uma era descrita como pós-industrial (MENDES, 2018). A partir do final do século XX, verificamos uma mudança gradativa nos mecanismos de produção de riqueza, fundamentada no avanço da tecnologia da informação (TI). Esse processo tem causado alterações profundas nas estruturas produtivas e financeiras do sistema internacional por meio de dois conceitos primordiais.

O primeiro conceito é o de **bens de informação**. A informação é um bem com alto custo de produção, mas baixíssimo custo de reprodução (SHAPIRO; VARIAN, 1999). Portanto, empresas refletem estrategicamente sobre como a informação pode se tornar valiosa a ponto de pagar pelos custos de sua produção, que estimula amplos setores da economia e viabiliza o surgimento de gigantes, como Google, Facebook e Microsoft.

O segundo conceito relevante é o de **tecnologia**. A tecnologia diz respeito às infraestruturas que tornam a informação mais acessível e, portanto, mais valiosa (SHAPIRO; VARIAN, 1999). Plataformas de intercâmbio ou publicação de dados pagos, como os streamings da Netflix e do Spotify, são exemplos de como as empresas que fornecem informação e as de comunicação e mídias estão se remodelando por meio de novos modelos de negócios na Economia da Informação. Diversos outros setores poderiam ser citados, destacamos o de Educação, completamente reestruturado por meio das plataformas de *e-learning*, tais como os diversos CMS (*Content Management System* – Sistema Gerenciador de Conteúdo), que

passam por impactos consideráveis em face da modalidade de *e-commerce*, entre outros.

Partindo dessa divisão, é possível tecer alguns comentários sobre os impactos da Economia da Informação para a regionalização dos espaços mundiais. Fica bastante explícito que, com a emergência da internet e dos produtos e serviços correlacionados, a vinculação ao espaço físico, ao território, torna-se cada vez menor. Ou seja, inauguram-se os espaços dos fluxos – de pessoas, de produtos, de serviços – em escalas transnacionais. A produção, nesse contexto, fica quase que completamente descolada do consumo.

Assim, bens estratégicos – como o domínio das modernas tecnologias e da mão de obra mais qualificada – definirão quais países serão (continuarão ou tornar-se-ão) desenvolvidos e quais serão subdesenvolvidos. Esses desenvolvimentos complexos acarretam novas possíveis reconfigurações do espaço mundial. Países da Ásia concentram boa parte dos processos produtivos de alta tecnologia, sobretudo nos setores de eletrônicos, com destaque para Índia e China. África e América Latina continuam com suas posições de dependência, embora algumas exceções (como o Chile, o Brasil e a África do Sul) consigam ingressar na Economia da Informação de forma um pouco mais competitiva.

Por outro lado, os centros tradicionalmente desenvolvidos – Estados Unidos e Europa, principalmente – se veem em condições extremas, com aceleradas perdas de emprego, em atividades que se tornam cada vez mais informatizadas. Essas reconfigurações podem afetar, em um futuro próximo, as dinâmicas do comércio internacional – cuja pauta passa a ser cada vez mais expressiva em termos de serviços do que de produtos – e da formalização de blocos econômicos.



Exemplificando

O recente caso do Brexit é uma evidência das reestruturações regionais causadas pela economia da informação. Com fronteiras altamente permeáveis, ou seja, muito receptivas à entrada de pessoas de outros países, a Inglaterra assiste à chegada progressiva de imigrantes da União Europeia e de outros lugares em busca de emprego em seu território. Dessa forma, o agravamento do desemprego no país nos últimos anos foi também atribuído ao contingente muito maior de trabalhadores, não se restringindo aos ingleses, que concorriam às vagas oferecidas. Esse foi um dos estopins do Brexit – ou seja, saída da Inglaterra da União Europeia, o mais complexo processo de reestruturação pelo qual o tradicional bloco de integração europeia já passou.

Você, certamente, se recorda da dinâmica de aula proposta pelo professor Paulo e por que ela lhe sinalizou que a turma não compreendia totalmente o conteúdo. Paulo levou para a sala de aula seis fotos com imagens de distintas atividades da economia: 1 – mineração extrativista; 2 – agropecuária; 3 – plantas de montagem de automóveis; 4 – laboratório farmacêutico de pesquisa; 5 – escritório central de um reconhecido banco de investimentos; 6 – laboratório de desenvolvimento de inovações tecnológicas; dividiu os alunos em seis grupos e atribuiu uma foto representativa de cada uma dessas seis atividades a cada um desses grupos. Solicitou, a partir daí, que os alunos relacionassem cada uma dessas atividades aos países da África do Sul, Estados Unidos, México, Peru, Coreia do Sul e China. Por meio da correlação feita pelos alunos de que a Coreia do Sul era ainda um país agroexportador e de que o México contava com atividades avançadas de pesquisa e desenvolvimento, o professor identificou as dificuldades dessas associações a partir de dois problemas: primeiro, que os alunos não conheciam as principais atividades econômicas de cada um desses países a ponto de relacioná-las às figuras; segundo, eles também não eram capazes de diferenciar o grau de desenvolvimento dos países em questão.

Assim, Paulo desenvolveu a seguinte estratégia de ensino, composta por três etapas: primeiro, ele solicitou que os seis grupos se juntassem novamente. Dessa vez, porém, em vez de uma foto com uma atividade econômica, cada grupo ficou responsável por um país, dentre as seis opções já apresentadas: África do Sul, Estados Unidos, México, Peru, Coreia do Sul e China. Ao dividir esses países entre os grupos, Paulo entregou uma folha de cartolina (ou similar) a cada grupo, a fim de que fosse produzido um banner. A ideia era que cada grupo se dividisse para preparar tal banner com imagens impressas e coladas, textos escritos à mão e outros elementos que eles julgassem convenientes para apresentar seus respectivos países aos demais colegas. No banner produzido, os países deveriam ser caracterizados segundo três elementos: a) principais atividades econômicas; b) perfil da população, índices de desenvolvimento (como IDH) e algumas estatísticas sobre o nível de instrução da população; c) idioma, moeda e localização geográfica. Esses dados e informações deveriam ser pesquisados pelos alunos na internet (em seus notebooks, celulares ou no laboratório de informática da universidade).

Com o banner pronto, a segunda etapa consistiu em uma exposição na sala, de forma que todos conseguissem expor seu trabalho e também ouvir os demais. Ao final desse processo, a ideia era que todos participassem ativamente da socialização por meio dos banners.

Finalizada essa etapa, Paulo iniciou a terceira e última, na qual discutiu coletivamente com a turma sobre os países e os dados apresentados, alocando todos os banners à lousa e anotando as impressões da turma. Algumas perguntas para nortear o debate foram: dentre todos esses países, qual é o mais avançado? E o menos? Quais desses países são desenvolvidos, quais são subdesenvolvidos e quais estão em desenvolvimento? Quais são as similaridades encontradas entre os países classificados em cada uma dessas três categorias?

Assim, os estudantes foram capazes de distinguir as consequências do processo de regionalização do mundo diante da globalização, representando tal fenômeno espacialmente e, assim, compreendendo suas relações. Nesse contexto, a dinâmica proposta por Paulo torna mais tangível a divisão do mundo proposta nessas três categorias de países: desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Além disso, os alunos criaram mapas conceituais sobre as atividades econômicas mais representativas de cada categoria dos países por meio dos banners expostos em sala. Logo, as relações entre a economia-mundo e a globalização, com a consequente segmentação de atividades em países centrais (desenvolvidos), periféricos (subdesenvolvidos) e semiperiféricos (em desenvolvimento), os auxiliará na compreensão da importância da economia nos processos de regionalização espacial.

Faça valer a pena

1. O texto seguinte aborda um dos principais problemas dos países ditos “em desenvolvimento”, explorando alguns elementos pelos quais o Brasil permanece sem fôlego para uma ascensão nas listas de desenvolvimento internacional.

“O debate econômico brasileiro nos últimos anos tem tido como foco o tamanho do Estado. Porém, o principal problema do Estado brasileiro não é seu tamanho, mas a forma como ele contribui para produzir e reproduzir a desigualdade social. Embora não possa ser considerado pequeno, nosso Estado não destoa do que se vê em países desenvolvidos. Pagamos em impostos e tributos em geral o equivalente a cerca de 33% do PIB, percentual inferior ao da média da OCDE (organização que reúne as nações mais avançadas). Os gastos do governo, que chegam perto de 40% do PIB, também estão em linha com os países ricos. Fora da curva, isto sim, é a desigualdade brasileira. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, somos o décimo país mais desigual do mundo. Estima-se que o grupo dos 5% mais

ricos no Brasil fique com uma fatia da renda igual à de todo o resto da população. Pior, apenas 6 pessoas concentram juntas a mesma riqueza que os 100 milhões de brasileiros mais pobres. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018, [s.p.]

Além da desigualdade, os países em desenvolvimento compartilham uma série de outras características. Assinale a opção que inclui duas dessas características.

- a) Mercados financeiros bem regulados e população com altos níveis de instrução.
- b) Baixíssimos índices de desenvolvimento Humano e economia essencialmente agrícola.
- c) Economia em ascensão e capacidade industrial de intermediária à alta.
- d) Mercados financeiros bem regulados e capacidade industrial de intermediária à alta.
- e) Economia em ascensão e população com altos níveis de instrução.

2. Analise os dois textos seguintes sobre o pensamento da CEPAL e a teoria da dependência.

TEXTO 1

“Esses autores (os economistas da CEPAL) partem de um pressuposto de que o desenvolvimento devia ser o produto de uma estratégia nacional de industrialização. Para legitimá-lo, porém, era necessário fazer a crítica da lei das vantagens comparativas, demonstrando que, ao contrário do que pressupunha essa lei ou a teoria econômica ortodoxa, sua aplicação não permitia que os ganhos de produtividades que ocorriam com a industrialização nos países centrais se transformassem em baixa dos preços, beneficiando os países em desenvolvimento. Nos países industriais o valor adicionado já é maior porque a indústria exige um trabalho mais qualificado do que o da produção agrícola e mineradora. Somava-se a isto, o fato de que, ao contrário do que previa a teoria do comércio internacional, os aumentos de salários nos países centrais não resultavam apenas em baixa de preços, mas em aumento de salários proporcionais aos aumentos de produtividade, devido à boa organização dos trabalhadores, enquanto o mesmo não acontecia nos países em desenvolvimento com os ganhos de produtividade. Daí resultava a tese de que havia uma tendência secular à deterioração dos termos de intercâmbio nações (...) (O pensamento da CEPAL filiava-se) à ‘teoria do imperialismo’ que explica o subdesenvolvimento principalmente

como resultado da ação imperialista das grandes potências, que busca manter os países da periferia exportadores de produtos agrícolas e matérias-primas. (BRESSER PEREIRA, 2005, p. 4)

TEXTO 2

“A teoria da dependência define-se de forma distinta da teoria do imperialismo por atribuir a responsabilidade do subdesenvolvimento mais às elites locais dependentes, incapazes de serem nacionais, e menos (em diversas medidas) à capacidade do centro imperial de criar obstáculos ao desenvolvimento da periferia. Finalmente, para ficar clara a distinção entre a teoria da dependência e a teoria do imperialismo, é preciso assinalar que a primeira, ao contrário da segunda, é uma teoria originalmente marxista. Por isso, a teoria da dependência dá mais ênfase à exploração de classes do que à exploração de nações. (BRESSER PEREIRA, 2005, p. 16)

Agora, avalie cada uma das proposições seguintes acerca dessas duas perspectivas teóricas:

- I. Embora ambas as teorias tenham inspiração marxista, a teoria da dependência é mais focada na exploração das classes sociais dos países periféricos – logo, é marxista por excelência.
- II. O pensamento da CEPAL analisa os interesses e as ações das grandes potências com bastante cuidado, considerando-as responsáveis pelo desenvolvimento subordinado da América Latina.
- III. Para o pensamento da CEPAL, a principal causa do subdesenvolvimento é a baixa produtividade da mão de obra latino-americana.
- IV. A teoria da dependência advoga por maior investimento em educação, saúde e infraestrutura como eixos centrais de sua análise sobre a dependência latino-americana.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

3. Leia atentamente os dois excertos que seguem:

TEXTO 1

“O tribunal do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) condenou nesta terça-feira (16) a fabricante de sorvete Unilever, dona da marca Kibon, por prejudicar e limitar o acesso dos concorrentes aos canais de distribuição. A multa é de R\$ 29,4 milhões” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018, [s.p.]).

TEXTO 2

“A competitividade das nações é, na verdade, uma versão atualizada da teoria da vantagem comparativa, enunciada pelo economista clássico David Ricardo, em 1817. As proposições de Ricardo foram posteriormente desenvolvidas por Mill e outros. Há versões simplificadas dessa teoria em todos os textos introdutórios de comércio internacional. Ricardo demonstrou o resultado, aparentemente paradoxal, segundo o qual mesmo que uma nação fosse mais eficiente do que outra na produção de qualquer bem, ainda assim seria vantajoso para ambas que cada uma se especializasse na produção dos bens em que é mais eficiente e suprisse suas necessidades dos demais bens através de troca com o outro país. (MARIOTTO, 1991, p. 45)

Os textos abordam dois elementos de expressão na economia-mundo capitalista moderna: a concorrência e a competitividade. Assinale a opção que, sob a forma de títulos, melhor sintetiza as ideias centrais dos dois excertos anteriores, nessa ordem.

- “Os mais competitivos pagam caro” e “Economias especializadas facilitam o comércio internacional”.
- “Multa para os mais competitivos!” e “Especializem-se, todos os países da economia-mundo!”.
- “Regulação econômica é gargalo ao mercado!” e “Por que o teorema de Ricardo nunca foi utilizado?”.
- “Quem não joga conforme as regras paga caro” e “Especialização produtiva leva a uma maior eficiência comercial”.
- “Justiça comercial custa caro às empresas” e “Economia internacional sem especialização não funciona”.

A região e os espaços heterogêneos

Diálogo aberto

Caro aluno, sabemos que as características e especificidades dos lugares podem acarretar acúmulo ou perda de oportunidades comerciais e de investimentos. Veja este exemplo: a empresa ABC produz softwares e precisa contratar programadores e desenvolvedores para iniciar suas operações comerciais, porém, há duas cidades que podem instalar o escritório da empresa: uma no interior do Pará e uma no interior de São Paulo. Ambas as cidades cotadas contam com 100.000 habitantes. Qual estado você considera que traria melhores resultados para a empresa? Por quê? Aqui, abordaremos as heterogeneidades entre os diferentes espaços na tentativa de compreendermos quais são as consequências dessas diferenças para o desenvolvimento local e regional.

Relembremos brevemente o caso do professor Paulo, que se divide entre as atividades de consultoria que presta ao Banco Mundial e suas aulas de Geografia. Em seu trabalho junto ao Banco Mundial, ele foi incumbido de um novo e delicado projeto. Um grande banco de varejo estrangeiro, recentemente, instalou um edifício de escritórios em uma cidade brasileira de médio porte. A prefeitura do município cedeu a área onde foi construído o edifício, e o Banco Mundial forneceu empréstimos de longo prazo para a vinda dele para o Brasil. A principal justificativa para o empréstimo do Banco Mundial é que esse novo banco fornecerá um conjunto de produtos financeiros que são necessários para o desenvolvimento econômico da região, mas ainda não são ofertados pelos bancos locais. No entanto, após alguns meses de funcionamento do novo banco, ele foi denunciado junto ao Ministério do Meio Ambiente por desrespeitar algumas legislações ambientais no âmbito federal. A principal delas é relativa ao não cumprimento de uma regra de distância mínima do edifício a uma área de preservação ambiental, ou seja, o edifício está mais próximo a uma dessas áreas do que a lei federal permite.

Paulo foi inserido como representante do Banco Mundial em um projeto que busca tratar essa questão, mobilizando os governos municipal, estadual e federal, bem como os representantes do banco estrangeiro, na busca de uma solução para o impasse. Ele julgou conveniente apresentar o caso aos seus alunos – obviamente, sem fornecer dados ou informações que maculem a imagem da empresa. A ideia do professor era ilustrar, por meio desse caso, conceitos importantes sobre financeirização da economia, corporações transnacionais e desafios e problemas ambientais que podem surgir com

esses processos, tão característicos da globalização contemporânea. Além disso, ao apresentar o caso, o professor buscou averiguar quais estratégias seus alunos proporiam para solucioná-lo.

Nesta seção, apresentaremos teorias e autores que abordam os impactos da globalização para a regionalização, focando a financeirização da economia, as questões ambientais e a atuação das corporações transnacionais. Vamos acompanhar como o professor Paulo trabalhou o caso com seus alunos e quais são as perspectivas desses estudantes em relação ao problema. Além disso, vejamos como esses conceitos teóricos apresentados – sobre financeirização, corporações transnacionais e questões ambientais – são aplicados a esse caso real.

Não pode faltar

Estado, regionalização e descentralização político-econômica

Em Ciência Política, estudamos que a regionalização, geralmente, confere ao Estado maior capacidade de implantação de políticas públicas (ARRETCHE, 1996). Em Ciência Econômica, por sua vez, verificamos que a regionalização, inevitavelmente, confere especializações produtivas heterogêneas entre as diversas partes do território nacional, relacionadas a condições históricas, naturais, geográficas e demográficas das distintas regiões. Analisemos essas sentenças por meio de estudos já realizados sobre o tema.

A cientista política Marta Arretche (1996) observa que, após os anos de 1980, o Brasil passou por uma reforma do Estado, provocando algumas consequências relevantes para a regionalização. Primeiro, esse movimento aumentou a descentralização política, conferindo maior poder de agências aos estados e municípios. Segundo, dotados de maior autonomia, estados e municípios brasileiros passaram a atuar diretamente nas diversas etapas do ciclo das políticas públicas, sobretudo na implantação delas. Terceiro, a dinâmica desse processo pressupunha a criação de instituições regulatórias e fiscalizadoras fortes, o que não ocorreu no caso brasileiro, conforme apontam os argumentos seguintes:

- A demanda por maior descentralização acabou por fortalecer o papel das elites locais nos processos decisórios de políticas públicas, contrariando os preceitos de maior democratização no processo.
- Nesse sentido, Arretche (1996) pontua que seria necessária uma expansão seletiva da capacidade de regulação e fiscalização do Estado sobre as políticas públicas setoriais implantadas por governos subnacionais.

- Assim, a simples delegação de maior poder decisório a governos subnacionais não diminuiu expressivamente práticas clientelistas, pois não houve fortalecimento das instituições do Estado central, tornando-as mais efetivas na condução e regulação do processo.

Vejam alguns dos resultados dessa descentralização. Valle, Mizuki e Castro (2004) observaram que a descentralização preconizada pela municipalização do ensino a partir dos anos 1980 gerou consequências negativas. Os recursos financeiros permaneceram centralizados nos governos federal e estadual, ao passo que aos municípios não se delegou muita autonomia. Além disso, verificou-se uma predominância de políticas de cima para baixo (dos governos federal e estadual em direção aos municípios), porém, reduzida estrutura de apoio e recursos financeiros para a operacionalização dessas políticas no nível municipal. Stein (1997), por sua vez, identificou que, no Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990, as políticas de assistência social sofreram consideravelmente, considerando restrições sociais (foco na seletividade), econômicas (disponibilidade de recursos financeiros como condição limitante para condução de políticas sociais) e políticas (ingerência hierárquica do Estado).



Refleta

Como você considera que a descentralização do poder político, conferindo maior autonomia para estados e municípios, afetou a atuação profissional de políticos e profissionais técnicos no âmbito municipal, no Brasil, após a Constituição de 1988? Maior descentralização das decisões para os municípios implicou uma melhoria dos serviços públicos?

Veja que o pilar político da descentralização pode levar ao desenvolvimento desigual das regiões dentro de um mesmo território, como o caso do Brasil, entre os anos 1980 e 1990. No que tange à descentralização econômica, a regionalização dos espaços também é bastante ilustrativa da condição heterogênea entre as diversas parcelas do território nacional.

Cunha, Simões e Paula (2008), por exemplo, observam que a divisão econômica urbana versus rural é ilustrativa da heterogeneidade dos espaços. Isso se verificou no estado de Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX:

“O processo de conformação dos núcleos urbanos, tomando-se a relação campo-cidade, tem sentidos opostos nos séculos 18 e 19. Na primeira metade do Dezoito é o urbano que, conformado a partir do espaço original da mineração, impõe a ‘criação’ do rural. No começo do Dezenove, por sua vez, verifica-se uma

ampliação da rede urbana a partir da multiplicação de nucleações intermediárias respondendo às necessidades das áreas de expansão rural e cumprindo logo a função de entrepostos comerciais e centros de serviços, mas em termos efetivamente urbanos com características já muito diversas dos núcleos do Dezoito. (CUNHA; SIMÕES; PAULA, 2008, p. 502-503)

Desde aquela época, observa-se uma hierarquização entre o urbano e o rural, sendo o primeiro entendido como economicamente superior e mais desenvolvido. Porém, esse processo vem sofrendo reformulações consideráveis no século XXI.

Veja, por exemplo, que, atualmente, mesmo regiões menos desenvolvidas da América Latina e da Ásia contam com uma população urbana consideravelmente superior (quantitativamente) à rural. Segundo dados das Nações Unidas, em 2014, já era 55% o percentual da população mundial que vivia em cidades (ONU, 2014). Regiões como América Latina e Caribe possuíam 80% de sua população vivendo em áreas urbanas em 2016. Por outro lado, estima-se que, em 2050, a África apresentará 56% de sua população em cidades, e a Ásia, 64% (BOUSKELA *et al.*, 2016).

Quais são as consequências desse aumento da população urbana para a descentralização econômica do Estado para as cidades? O aumento do número de cidades e de suas populações, inevitavelmente, causará impactos políticos para o Estado. As cidades se tornarão mais influentes, política e economicamente, atraindo mais insumos financeiros e, por extensão, concentrarão as externalidades negativas desse processo.



Exemplificando

Um novo desenvolvimento político no contexto das cidades exemplifica bem o aumento do poder e da autonomia internacional desses atores políticos. O termo “paradiplomacia” define a atuação transnacional de cidades na construção de parcerias estratégicas com outras cidades, empresas, ONGs ou organizações internacionais. Trabalhos recentes indicam, por exemplo, que cidades como Rio de Janeiro e São Paulo têm se tornado cada vez mais autônomas – em relação tanto ao governo federal do Brasil quanto aos respectivos governos estaduais – na formalização de parcerias com entidades externas, na atração de investimentos e na aplicação de políticas públicas. Muitos autores argumentam, portanto, que a descentralização de poder político para as cidades é uma estratégia eficaz para o desenvolvimento espacial nas diversas regiões do Brasil.

Regionalização e financeirização da economia

A financeirização é um dos processos mais polêmicos do capitalismo contemporâneo. Polêmico porque, de um lado, a classe capitalista rentista (investidores individuais e institucionais) defende a todo custo essa dinâmica, por meio de investimentos em ações de empresas, títulos da dívida de governos, poupanças individuais, entre outros mecanismos de financeirização. Como resultados, governos “captam” investimentos de terceiros, que compram títulos do tesouro nacional e recebem o valor com juros adicionados. O governo utiliza essa estratégia para financiar sua dívida pública e saldar seus compromissos financeiros. Em resumo, é como se o investidor emprestasse dinheiro ao governo, que devolve esse montante após um prazo pré-estipulado, acrescido de juros.

Por outro lado, estudiosos, economistas, jornalistas e políticos em várias partes do mundo criticam esse processo. Para eles, a financeirização é a causa da ruptura na produtividade econômica que se verifica, hoje, em diversos países do mundo. Investimentos que poderiam ser direcionados a processos produtivos (industriais, comerciais, de inovações e pesquisa e desenvolvimento) acabam se tornando fluxos invisíveis de compras e vendas de ativos intangíveis em mercados financeiros e de capitais. Esses investimentos parados não estimulam a economia, gerando externalidades negativas, como quebra de empresas, desemprego estrutural, baixos níveis de crescimento econômico, aumento das desigualdades entre ricos e pobres e, por consequência, insatisfação generalizada de vários segmentos da sociedade.

Quais são as consequências do processo de financeirização da economia para a regionalização? De que maneira a falta de investimentos produtivos pode afetar o desenvolvimento das diversas regiões de um país? Quais regiões são privilegiadas para receberem investimentos produtivos e infraestruturais e por quê? E em perspectiva mundial, como o processo de financeirização impacta as regiões distintamente, sobretudo América Latina, África e Ásia?

Ribeiro e Diniz (2017, p. 367) apontam algumas dessas consequências, no que tange às cidades contemporâneas:

“ (...) o papel das cidades, como elementos centrais da vida material e como bases da reprodução geral da ordem capitalista, mudou ao longo do tempo. De parcialmente desmercantilizadas, as cidades passaram a ser tratadas como mercadorias e entraram nos circuitos da valorização financeirizada. Conforme Paulani (2016), defendemos que a contemporânea fase de expansão financeira do capitalismo ampliou a tendência geral de transformação do espaço urbano em um campo aberto para a

circulação de capitais portadores de juros, o que permite uma aliança entre proprietários de terra e capitalistas e só é possível à medida que são deslocadas as demais formas de propriedade. (...) Quer dizer, a terra urbana torna-se, a um só tempo, capital fictício e mercadoria fictícia. A cidade tende a ser, cada vez mais, não apenas um negócio, mas um negócio líquido e rentável.

Assim como a financeirização traz consequências para a cidade (que se torna produto) por meio de processos, como a especulação imobiliária e aluguéis muito elevados, ela também traz enormes consequências para os Estados-nacionais. Dado que certas cidades mais prósperas concentram os investimentos e boa parte da força de trabalho especializada, os demais espaços (e cidades menores) do país perdem investimentos e se tornam focos de preocupações governamentais – com fuga de habitantes e baixo nível de desenvolvimento.

Em termos nacionais, verifica-se, portanto, que as regiões Sul e Sudeste concentram a maior parte dos investimentos produtivos (e financeiros) do Brasil. Em relação à América Latina, países como Brasil, México, Chile e Colômbia concentram investimentos muito superiores aos demais. Comparando-se os três continentes em desenvolvimento (América Latina, África e Ásia), atualmente, a Ásia concentra um contingente de investimentos recebidos muito maior que os outros dois. Em suma, a financeirização privilegia certas regiões mais rentáveis, ao passo que os demais territórios entram em estado de degradação econômica progressiva.

Regionalização e as questões ambientais

Outro ponto relevante no que tange aos processos de regionalização são as questões ambientais. Por questões ambientais, entendemos os diversos contextos em que o meio ambiente é prejudicado pela ação antrópica (humana). Aqui, queremos traçar algumas relações entre regionalização espacial e questões ambientais, evidenciando situações em que atividades antrópicas – sobretudo atividades produtivas – e seus determinantes regionais causam impactos ambientais negativos.

Primeiro de tudo, verificamos que a segmentação entre o local, o regional e o global afeta diretamente a maneira como as questões ambientais são tratadas. Por exemplo, com o processo de globalização financeira em amplo desenvolvimento, sobretudo a partir dos anos de 1990, empresas receberam incentivos para a instalação de suas plantas produtivas em países em desenvolvimento, como o Brasil. A partir desse processo global, os níveis regional e local passaram a sofrer impactos consideráveis. Se pensarmos quais os

principais setores econômicos das empresas que atuam nos países em desenvolvimento – mineradoras, grandes empresas agrícolas e grandes conglomerados de óleo e gás em exploração do petróleo – verificamos que, em geral, são empresas extrativistas de recursos naturais. Nesses países, notoriamente, a regulação e o controle não são fortemente desenvolvidos por parte dos governos, e a atuação desses conglomerados traz consigo consequências irreparáveis para o meio ambiente local e regional.

O caso recente do desastre ocorrido em Mariana, Minas Gerais, em 2015, no qual 60 milhões de metros cúbicos de dejetos metálicos foram lançados no Rio Doce, é ilustrativo. A empresa Samarco – uma *joint-venture* entre a brasileira Vale e a anglo-australiana BHP – foi a responsável por ele, considerado o maior desastre ambiental da história do Brasil. Veja como a dinâmica global dessas empresas – que, provavelmente, escolheram o Brasil pelas legislações ambientais pouco restritivas – causou impactos consideráveis nos níveis regional (toda a extensão do foco do acidente até o Oceano Atlântico, ou seja, parte significativa do Vale do Rio Doce) e local (destruição do distrito de Bento Rodrigues e sérios impactos à cidade de Mariana – MG) (G1, 2018).

Esse caso exemplifica bem a lógica de agressão ao meio ambiente que se verifica em grandes parcelas de países em desenvolvimento, como é o caso daqueles na América Latina, África e Ásia. As corporações transnacionais são, sem dúvida, atores relevantes na canalização desses processos de agressão ambiental, ao passo que optam por não operar dessa forma em lugares da Europa, Oceania e América do Norte, por exemplo – tanto em relação às legislações muito mais restritivas quanto ao fato de que, em geral, nessas regiões se concentram as matrizes dessas empresas.



Saiba mais

No contexto brasileiro, a grande produção de soja tem causado profundos impactos ambientais e socioeconômicos em vastas extensões territoriais. Estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Rio Grande do Sul são os mais impactados, porque, historicamente, são os maiores produtores. No entanto, atualmente, a região da floresta amazônica tem sido um alvo cada vez mais visado pelos grandes produtores de soja. Isso já vem causando grandes impactos socioeconômicos na região. Além disso, as consequências ambientais serão ainda maiores, se considerarmos as vastas proporções da floresta que vêm sendo derrubadas por grandes empresas para viabilizar a expansão do setor agrícola. Leia das páginas de 9 a 14 (Seções 2 e 3) do artigo de Mariana Domingues e Célio Bermann (2012) para entender mais sobre essa questão ambiental sensível:

Regionalização e as corporações transnacionais

Vamos analisar, então, algumas das lógicas da atuação transnacional das empresas. Além disso, vale a pena verificar como essas lógicas afetam os processos de regionalização em âmbito mundial, com destaque para os países em desenvolvimento.

Como afirmou Furtado (1981), a partir dos anos de 1950, as empresas transnacionais passaram a operar em países periféricos, sobretudo na América Latina, em virtude das políticas de Estado em direção à substituição de importações. Dado que não poderiam mais vender na escala e frequência de antes para tais países, essas empresas deslocaram a produção para eles. Segundo o autor, essa transferência de plantas produtivas não requeria tanto esforço financeiro de tais empresas, dado que:

“ A barreira a entrada é inexistente (...) Para penetrar no mercado de um país periférico uma empresa transnacional não necessita mobilizar mais do que uma pequena fração de seus recursos e a subutilização de capacidade durante uma primeira fase não significa para ela um grande esforço financeiro. (...) Graças a essas circunstâncias, a penetração das empresas transnacionais no setor industrial das economias periféricas acelerou-se a partir dos anos 50. O instrumento essencial dessa penetração foi o controle da tecnologia, concebida esta em seu sentido amplo: pesquisa e desenvolvimento, engineering, produção de equipamentos, montagem e operação das usinas, etc. (FURTADO, 1981, p. 44-45)

Passaram-se a constituir oligopólios em muitos setores produtivos, com destaque para o automobilístico e o metal-mecânico. Ao passo que as empresas transnacionais montavam suas plantas produtivas em regiões como a América Latina, as empresas locais perdiam competitividade, tornavam-se obsoletas e, em muitos casos, faliam. Em certa medida, a presença dessas empresas internacionais em regiões periféricas possibilitou um novo tipo de colonialismo econômico-financeiro. Nesse caso, em vez de apenas remessas de matérias-primas desses países em direção aos centros desenvolvidos, as regiões periféricas (com seus mercados consumidores em franco crescimento, dado o aumento da população e a consolidação de grandes centros de consumo, como as metrópoles do sudeste brasileiro, por exemplo)

tornaram-se também fonte de produção de capitais, para envio às matrizes dessas grandes corporações, situadas, sobretudo, na Europa e nos Estados Unidos.

Alguns impactos dessa dinâmica para o processo de regionalização são claros. Em países com grande extensão territorial, como o Brasil, a concentração dos investimentos se dá em grandes metrópoles do Sul e do Sudeste, relegando às demais regiões do país uma condição ainda mais periférica. Isso ocasionou a migração em massa das populações do país para essas duas regiões mais privilegiadas, acentuando as desigualdades no desenvolvimento regional do país. Nos demais países da América Latina, África e Ásia, os investimentos se deram de acordo com estratégias similares a essa.



Assimile

Em Organização Industrial, três condições são rotineiramente identificadas nos mercados. A primeira delas é a situação de **concorrência**. Nesse caso, há uma ampla variedade de fornecedores levando os preços a se equilibrarem em relação aos custos de produção e às quantidades produzidas. Por outro lado, em uma situação de **monopólio**, verifica-se uma concorrência imperfeita. Há ausência de empresas competidoras e apenas uma empresa domina a produção de determinada mercadoria ou serviço. Ela define os preços conforme suas preferências, não necessariamente relacionando-os a custos de produção. Na situação de oligopólio, também se verifica uma concorrência imperfeita. Nesse caso, um pequeno número de empresas atua no mercado, também definindo preços conforme seus interesses específicos.

Sem medo de errar

Relembremos brevemente que Paulo trabalha, ao mesmo tempo, como consultor do Banco Mundial, em projetos de investimento para o desenvolvimento regional e local, e como professor de Geografia para uma turma de licenciatura. Recentemente, o Banco Mundial concedeu financiamento a um grande banco estrangeiro para a instalação de uma filial em um município de médio porte no Brasil, porém, pouco tempo após o início das operações do banco nessa cidade, ele foi denunciado ao Ministério do Meio Ambiente por infringir uma regulação ambiental grave: o prédio construído para o funcionamento da área administrativa fica a uma distância irregular de uma área de proteção ambiental que é menor daquela permitida pela lei. Assim, o governo municipal, o banco estrangeiro e o Banco Mundial estão em negociação para solucionarem esse impasse da melhor forma possível. Como Paulo tem trabalhado no caso, ele foi convidado a participar da discussão.

Para tanto, ele realizou uma dinâmica ao estilo negociação em sala de aula em três etapas: na primeira, Paulo apresentou brevemente as linhas de contexto e os interesses de cada uma das três partes interessadas (o banco estrangeiro, o Banco Mundial e a prefeitura da cidade). Por meio de três slides em Power Point, um para cada parte interessada, ele observou que os interesses na mesa de negociação eram os seguintes:

- Banco estrangeiro: não receber multa, não ter sua imagem prejudicada na mídia e não perder clientes por ser taxado como uma empresa socioambientalmente irresponsável.
- Banco Mundial: certificar-se de que o empréstimo será pago de volta e auxiliar o governo do Brasil e do município afetado a solucionarem o impacto ambiental.
- Governo municipal: solucionar o impacto ambiental por meio da demolição sustentável do prédio do banco e aplicação de multa equivalente aos transtornos socioeconômicos e financeiros sofridos pelo município.

Na segunda etapa, Paulo dividiu a turma em três grandes grupos – cada um representando uma das partes interessadas. Cada grupo elegeu um negociador e um conselheiro, que foram responsáveis por representar a respectiva parte interessada na mesa de negociação. Aos grupos foi atribuído o tempo de 20 minutos para a seleção do negociador e do conselheiro, bem como para a discussão das estratégias de negociação a serem executadas. Paulo certificou-se de acompanhar de perto os trabalhos nos três grupos, auxiliando-os quando necessário, respondendo dúvidas e eventuais questionamentos dos alunos.

A terceira etapa foi uma rodada de negociação. Os negociadores e conselheiros responsáveis pelas três partes interessadas se dirigiram ao centro da sala, onde estava posicionada uma mesa e seis cadeiras. Os demais estudantes foram posicionados em torno da mesa, em círculo, de modo que pudessem ouvir e acompanhar a negociação. Paulo acompanhou o processo anotando as principais estratégias discutidas. Ao final da negociação, as partes, necessariamente, chegaram a uma decisão quanto à atuação futura de cada parte interessada em relação à reparação do dano ambiental causado. A decisão final teve de atribuir um encaminhamento a cada um dos beneficiários em jogo, de cada parte interessada, conforme apontado.

A situação-problema e a estratégia apresentada para resolvê-la conectam-se aos resultados de aprendizagem da unidade a partir de duas ênfases. Primeiro, ilustram o complexo inter-relacionamento entre a globalização e os fluxos transnacionais de investimentos externos, muitas vezes causando conflitos para as regiões e locais para onde esses fluxos se direcionam. Os

conflitos ambientais, conforme ilustrado no exemplo, estão entre os mais comumente causados por esse processo de transnacionalização do capital. Segundo, a situação-problema facilita a compreensão sobre as distintas relações e as várias partes interessadas nesses conflitos – no âmbito privado e transnacional (representado pelo banco estrangeiro), no âmbito público e nacional/local (representado pelo governo do Brasil e pela prefeitura municipal) e no âmbito público-privado internacional (representado por uma relevante organização internacional atuante na área de desenvolvimento econômico, o Banco Mundial).

Faça valer a pena

1. O acidente com o vazamento de dejetos metálicos provenientes de uma represa da empresa Samarco, ocorrido em 2015, na cidade de Mariana/MG, causou uma série de danos à sociedade e ao meio-ambiente, sobretudo a contaminação de uma vasta área do Rio Doce. A empresa também vem sofrendo as consequências desse grave erro:

Segundo a Samarco, a empresa já gastou até o mês passado mais de R\$ 4 bilhões com ações de compensação e reparação em cidades ao longo do Rio Doce” (G1, 2018, [s.p.]).

Baseado nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente um dos fatores que contribuem para acidentes como esse, considerando o contexto socioeconômico e político de países em desenvolvimento.

- a) Baixo nível de investimento governamental na produção de leis.
- b) Dificuldade de atração de empresas socioambientalmente responsáveis.
- c) Inexistência de agências de governo para regular questões ambientais.
- d) Frágeis sistemas regulatórios no que tange à proteção ambiental.
- e) Liberalização econômica de mercados, atraindo empresas multinacionais.

2. Examine as afirmações seguintes, acerca da financeirização da economia e das consequências desse processo para a atuação das empresas transnacionais:

- I. Empresas transnacionais contribuem com a financeirização da economia ao fazer investimentos externos diretos em países em desenvolvimento.
- II. A financeirização da economia diz respeito a práticas especulativas, culminando na criação de capital fictício, como a compra de ações, investimentos imobiliários e títulos do governo.
- III. Grandes bancos transnacionais contribuem com a financeirização ao fornecerem produtos financeiros específicos, com possibilidade de ganhos especulativos, via mercado de créditos.

- IV. Empresas transnacionais contribuem com a financeirização da economia quando efetuam investimentos em portfólio (compra de ações e títulos), mas não quando fazem investimentos diretos externos (produtivos).

Assinale a alternativa que contém somente proposições corretas:

- a) II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.
- e) II e IV.

- 3.** Leia atentamente o excerto seguinte acerca do processo de democratização recente no Brasil e as consequências desse processo para o desenvolvimento regional:

“Desde a década de 1990 tem-se multiplicado o número de experiências e de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento local regional. Essas experiências são marcadas pela descentralização governamental e pela aproximação menos vertical à sociedade, representando um sintoma da democratização brasileira. Tais processos de descentralização político-administrativa não chegam a ser exclusividade dos regimes políticos abertos. Todavia, são muito mais frequentes em ambientes políticos não restritivos à participação e à liberdade e marcados por uma cultura de cooperação e de mobilização sem constrangimentos institucionais aos direitos políticos. (BIRKNER, 2008, p. 297)

Assinale a afirmativa que resume corretamente o argumento central do excerto anterior:

- a) A descentralização política afeta negativamente o desenvolvimento regional.
- b) Democracias fomentam políticas públicas de desenvolvimento regional.
- c) Ambientes políticos restritivos contribuem para o desenvolvimento regional.
- d) A cultura política vertical e hierárquica facilita o desenvolvimento regional.
- e) Apenas na década de 1990 são aplicadas políticas de desenvolvimento regional.

ARRETCHE, M. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 31, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2PKBl4X>. Acesso em: 18 out. 2018.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

BIRKNER, W. M. K. Desenvolvimento Regional e Descentralização Político-Administrativa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 297-311, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/18.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

BOUSKELA, M. *et al.* **Caminho para as smart-cities**. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Ow87S7>. Acesso em: 19 out. 2018.

CAIXETA, M. B. **O Sul Global na política e academia**. 17 out. 2014. Disponível em: <http://www.obs.org.br/cooperacao/662-o-sul-global-na-politica-e-academia>. Acesso em: 18 out. 2018.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **História da CEPAL**. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/historia-de-la-cepal>. Acesso em: 15 out. 2018.

CUNHA, A.; SIMÕES, R.; PAULA, J. História Econômica e Regionalização: contribuição a um Desafio Teórico- Metodológico. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 493-524, jul./set. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2SRp3WF>. Acesso em: 19 out. 2018.

DOMINGUES, M.; BERMANN, C. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 1-22, maio./ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n2/02.pdf>. Acesso em: 22 out. 2012.

FOLHA de São Paulo. **Cade condena dona da Kibon em R\$ 29,4 milhões por barreiras no mercado de sorvetes**. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/cade-condena-unilever-em-r-294-por-criar-barreiras-no-mercado-de-sorvetes.shtml>. Acesso em: 16 out. 2018.

FOLHA de São Paulo. **Problema do Estado não é tamanho, mas injustiça, afirma economista**. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/07/problema-do-estado-nao-e-tamanho-mas-injustica-afirma-economista.shtml>. Acesso em: 16 out. 2018.

FRANK, A. G.; GILLS, B. **The World System: Five Hundred or Five Thousand?** Florence: Routledge. 1996.

FURTADO, C. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica. **Revista de Economia Política**, v. 1, n. 1, p. 41-49, jan./mar. 1981. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/1-3.PDF>. Acesso em: 22 out. 2018.

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000.

G1. **Desastre Ambiental em Mariana**. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/>. Acesso em: 19 out. 2018.

GANDIN, L.; HYPOLITO, A. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento – uma entrevista com Boaventura de Souza Santos. **Currículo sem Fronteiras**,

v. 3, n. 2, p. 5-23, 2003. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/boaventura.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

GARRIDO, J. Lengua y globalización: inglés global y español pluricéntrico. **Historia y Comunicación Social**, v. 15, 2010. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/HICS/article/view/HICS1010110063A>. Acesso em: 24 out. 2018.

MARINI, R. M. The paths of Latin American integration. **Social Justice**, [S.l.]. v. 19, n. 4, p. 34-48, 1992.

MARIOTTO, F. O conceito de competitividade da empresa: uma análise crítica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 37-52, abr./jun. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901991000200004. Acesso em: 23 out. 2018.

MARIUTTI, E. Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 69, p. 89-103, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/2360459/Considera%C3%A7%C3%B5es_sobre_a_perspectiva_do_sistemamundo. Acesso em: 23 out. 2018.

MENDES, M. V. Is it the end of North-American hegemony? A structuralist perspective on Arrighi's systemic cycles of accumulation and the theory of hegemonic stability. **Brazil. J. Polit. Econ.**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 434-449, jul./set. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572018000300434&script=sci_arttext. Acesso em: 23 out. 2018.

MONTEIRO, S. O. Financeirização altera capitalismo após a década de 1980. **Agência Usp de Notícias**. São Paulo. 14 fev. 2012. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/?p=88247>. Acesso em: 15 nov. 2018.

NASCIMENTO, V. Globalização política e os desafios da formulação de políticas econômicas no mundo globalizado. **Meritum**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/view/765>. Acesso em: 18 out. 2018.

O Globo. **Vazamento da BP no Golfo do México completa um ano**. 3 nov. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/vazamento-da-bp-no-golfo-do-mexico-completa-um-ano-2793457>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PEREIRA, L. C. B. Capitalismo financeiro-rentista. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 92, p. 17-29, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142018000100017-&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 18 out. 2018.

PEREIRA, L. C. B. **Do ISEB à CEPAL à Teoria da Dependência**. 23 mar. 2005. Disponível em: https://celsofurtado.phl-net.com.br/artigos_scf/Bresser_Pereira_2005.pdf. Acesso em: 30 out. 2018.

RIBEIRO, L.; DINIZ, N. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 351-377, maio./ ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cm/v19n39/2236-9996-cm-19-39-0351.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento crítico à consciência universal**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, T. The structure of dependence. **The American Economic Review**, EUA, v. 60, n. 2, p. 231-236, 1970.

SHAPIRO, C.; VARIAN, H. R. **Information Rules**. Boston: HBSP, 1999.

SOUZA SANTOS, B. de. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

STEIN, R. H. **A descentralização como instrumento de ação política**: o caso da Assistência Social. 1997. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-046.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

UN News. **More than half of world's population now living in urban areas, UN survey finds**. 10 jul. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2JLQVYc>. Acesso em: 19 out. 2018.

VALLE, I.; MIZUKI, G.; CASTRO, I. Democratizar, descentralizar, municipalizar: a expansão do ensino fundamental catarinense. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p.187-212, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/v34n121/a09n121.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World System**. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, I. **O Sistema Mundial Moderno**. A Agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Edições Afrontamento, 1974.

Unidade 3

A globalização e as novas regionalizações

Convite ao estudo

Nesta unidade vamos abordar novas configurações regionais que emergem e são possibilitadas pelo processo de globalização. Os blocos regionais de integração política e/ou econômica serão nosso foco de estudo, e nesse sentido vamos selecionar os mais relevantes existentes no mundo, o que inclui: a União Europeia, o Mercosul, o Nafta, dentre outros mais recentes, como o TPP (Parceria Transpacífico), um acordo de livre-comércio firmado entre um conjunto de países com costa para o Oceano Pacífico. Esses blocos nos ajudam a interpretar as influências da globalização para os processos de regionalização mediante diversos indicadores, por exemplo: padrões de fluxos comerciais e de serviços, padrões de migrações de trabalhadores, análise de quais países conformam outras formas de integração, para citar apenas alguns.

Essa compreensão visa, primeiramente, a entender os blocos regionais como uma forma adicional e complementar de regionalização dos espaços. Em segundo lugar, é preciso entender quais processos políticos, históricos, econômicos e culturais contribuíram para a conformação dos mais importantes blocos econômicos do mundo. Por fim, é preciso assimilar a importância do processo de globalização para a constituição desses blocos.

Vamos conhecer Joana, que é estudante em etapa final do curso de licenciatura em Geografia e, ao mesmo tempo, trabalha como estagiária em uma consultoria de negócios. O foco dessa consultoria é o comércio internacional, de maneira que Joana consegue aplicar e implementar muito da teoria e dos conhecimentos apreendidos no curso em seu contexto de trabalho. Recentemente ela foi convidada pela empresa a participar de uma longa viagem de prospecção de negócios, na qual visitou a Europa, a América do Norte e uma série de países da América do Sul. Dessa forma, ela conseguiu analisar de perto a influência de blocos como a União Europeia, o Nafta e o Mercosul nas relações comerciais dos países localizados nessas regiões, tal como o Brasil.

Denise, sua professora, quando soube de suas viagens de trabalho, pediu que ela socializasse suas impressões com a sala. Joana, então, coloca que, logo em seu primeiro desafio, precisou inferir sobre a influência da criação da União Europeia para o aumento do comércio internacional dos países do

bloco com o Brasil. Em seguida, despertou polêmicas ao relatar a extinção do Nafta, por ela percebida, após seu retorno de sua viagem de prospecção de negócios à América do Norte. Por fim, relatou a influência do TPP para o comércio internacional do Brasil.

A professora quer saber de que forma essas viagens influenciaram a percepção de Joana sobre o funcionamento e a operacionalização desses blocos econômicos de integração comercial? Quais são as influências possíveis desses blocos para o Brasil? As viagens prospectivas de negócios foram bem-sucedidas, no sentido de desenvolver em Joana percepção estratégica sobre como sua empresa poderia atuar em cada um desses mercados?

Para pensar acerca desses questionamentos, a unidade está circunscrita em torno de três seções. Nosso foco, na Seção 3.1, é a União Europeia. Vamos abordar desde o histórico político econômico do pós-II Guerra (que originou a arquitetura institucional que conformou o bloco) até temas recentes como o Brexit. Na Seção 3.2, nosso interesse é discutir outros dois blocos de grande importância: o Mercosul e o Nafta. Vamos debater sobre a origem histórica, institucional e econômica de cada bloco, bem como apresentar suas principais configurações atuais. Também, na Seção 3.2, vamos estudar a Alca. Por fim, vamos dedicar a Seção 3.3 aos blocos econômicos construídos em torno do Oceano Pacífico, em particular a Apec (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), o TPP e o Pacto Andino.

Perceba que se extrapola a noção descritiva da importância política desses blocos, abordando uma amplitude maior que inclui as influências econômicas, culturais e regionais desses blocos, no sentido de avaliar em que medida eles fortaleceram os processos de integração regional, entendendo, por exemplo, por que alguns desses blocos têm sido extintos na atualidade.

A constituição dos blocos econômicos – União Europeia

Diálogo aberto

Olá! Nesta seção nosso foco será centrado no processo de constituição e no funcionamento da União Europeia, o bloco de integração político econômico cujo estágio de integração é considerado o mais avançado do mundo. Você já refletiu, por exemplo, se a União Europeia tem alguma relação de semelhança ou proximidade de relações com o Mercosul, do qual o Brasil faz parte? Ou, de outra forma, você já viajou para algum país da União Europeia e se deparou com o fato de que eles usam uma moeda comum, o euro?

Vamos tomar o exemplo de Joana, uma estudante de último ano do curso de licenciatura em Geografia, que faz estágio em uma consultoria de negócios. Recentemente, ela, que está matriculada na disciplina Geografia Regional, ministrada pela professora Denise, foi convidada pela empresa em que estagia a participar de uma viagem de prospecção de negócios, que a levou a trabalhar algumas semanas em países da América do Norte, da Europa e da América do Sul.

Durante o processo de preparação, aprendizado e leituras para sua viagem, Joana verificou a grande importância do processo de integração político-econômica da União Europeia para o comportamento comercial do bloco europeu como um todo. Isso, é claro, considerando que a vasta maioria das relações comerciais da Europa com o restante do mundo provém dos países que compõem a União Europeia, ou seja, 28 dos 50 países do continente.

Poucas semanas antes de sua viagem, porém, Joana ainda tinha muitas dúvidas sobre a União Europeia. Uma empresa que é cliente da qual Joana trabalha precisa e deseja aumentar as exportações de suco de laranja de sua fábrica no Brasil para o mercado da União Europeia. Logo, é necessário que Joana entenda em profundidade as tendências do comércio internacional entre o Brasil e esse bloco econômico, para que possa fazer as recomendações mais efetivas para os representantes desse importante cliente.

Em uma das aulas da professora Denise, justamente sobre a temática comercial, algumas dessas dúvidas vieram à tona, quando a docente fez a seguinte pergunta aos alunos: “Nos últimos 20 anos, o comércio internacional entre Brasil e a União Europeia aumentou ou diminuiu?”. Nesse momento, Joana percebeu que a resposta a essa pergunta seria essencial para a atividade que ela desempenharia algumas semanas adiante, em sua viagem de prospecção comercial à Europa.

Joana, então, argumentou que, pelo que ela havia lido, a União Europeia é um bloco político-econômico, criado para estimular a integração entre os países europeus. Porém, não acreditava que a relação comercial da União Europeia com o restante dos países do mundo, e com o Brasil, também havia se beneficiado dessa integração. Ou seja, a sua suspeita era de que esses fluxos com o Brasil não aumentaram, uma vez que a União Europeia estimulou, sobretudo, o aumento dos fluxos comerciais entre os próprios países do bloco. Além disso, Joana questionou se o comércio internacional do Brasil com a Ásia, com a América do Norte e os demais países da América do Sul também teriam se mantido constantes nos últimos 20 anos.

O comentário e a dúvida trazidos por Joana levaram a professora a explorar mais as consequências da União Europeia para o comércio internacional, intrabloco e extrabloco. Vejamos como a professora desenvolveu essa investigação e se Joana realmente conseguiu realizar a articulação entre essas teorizações e a sua preparação para a viagem de negócios.

Bons estudos!

Não pode faltar

A Ceca (Comunidade Europeia do Carvão e Aço), o Benelux e a CEE (Comunidade Econômica Europeia)

Após a II Guerra Mundial, a Europa enfrentou um contexto grave de **crise econômica**. Em um período de recursos extremamente escassos, a Alemanha Ocidental e a França se engajaram em uma série de conflitos e disputas por recursos minerais, em particular o aço e o carvão. Esses recursos estavam em disputa pois eram estratégicos para o desenvolvimento econômico e industrial futuro. Para solucionar essa questão, foi criado o **Plano Schuman**, que definia uma série de ações e políticas para regular e administrar a utilização conjunta desses recursos minerais.

Nesse contexto, a **Comunidade Europeia do Carvão e Aço (Ceca)** é fundada em 1951 pela Alemanha Ocidental, França e Itália e pelos países da organização chamada Benelux. A fundação da Ceca foi efetivada pelo **Tratado de Paris**, assinado em 18 de abril de 1951.

O **Benelux** é uma organização econômica que congrega a Bélgica, os Países Baixos e Luxemburgo – a sigla deriva das iniciais desses três países: **BE** – *Belgium*, **NE** – *Netherlands*, e **LUX** – *Luxembourg*. O tratado que estabeleceu a união comercial foi assinado em 1944, logo após o fim da II Guerra. Em 1948 a união comercial entrou em efeito. Mais recentemente, em 2008, o tratado de estabelecimento desse bloco foi renovado e em 2010 entrou

em vigor novamente. Três são as principais instituições que constituem o bloco: o Parlamento do Benelux, criado em 1955; o Escritório de Propriedade Intelectual do Benelux e a Corte de Justiça do Benelux (COSTA, 2017).

Juntamente com o Benelux, a Alemanha Ocidental, a França e Itália fundaram a Ceca, cujo principal objetivo foi estabelecer a livre circulação de carvão, ferro e aço entre seus países-membros. Outro elemento importante da comunidade de países trata-se das políticas para estabelecimento de indústrias siderúrgicas na região compreendida por seus territórios.



Refleta

Por que, após a II Guerra Mundial, a Europa, destroçada política e economicamente, optou por um processo de integração para se recuperar? Que tipos de políticas você julga serem mais efetivas em quadros de crises político-econômicas: protecionismo e isolamento (como é o caso dos Estados Unidos sob o governo do presidente Donald Trump, segundo o Estadão (O ISOLACIONISMO..., 2017)) ou integracionismo (como ocorreu na Europa do pós-II Guerra)?

À medida que a Ceca se estruturava e se desenvolvia, outras comunidades semelhantes eram incorporadas. Em 1957, todas elas foram reunidas pelo **Tratado de Roma**, que instituiu a **Comunidade Econômica Europeia (CEE)** (COSTA, 2017).

A CEE foi uma organização internacional cuja principal finalidade foi estabelecer um mercado comum europeu. Em específico, algumas das **políticas comuns** estabelecidas por esse tratado foram: mercado e impostos alfandegários comuns, políticas agrícolas comuns e políticas relacionadas à movimentação de trabalhadores e de transportes entre esses países. Além disso, foram fundadas algumas **instituições comuns**, com a finalidade de proporcionar desenvolvimento econômico.

O Tratado de Roma e o Tratado de Maastricht

As comunidades e os blocos econômicos no contexto europeu são instituídos por tratados, assinados pelos Estados que se engajam nessas iniciativas. Vimos como o tratado de Paris, assinado em 1951, foi fundamental para a criação da Ceca. Passemos, agora, a estudar de forma mais extensiva, o Tratado de Roma e o Tratado de Maastricht.

O **Tratado de Roma** pode ser considerado o precursor do que virá a se tornar a União Europeia. Basicamente, existiram dois tratados que, em conjunto, foram constituídos sob os auspícios do Tratado de Roma.

O primeiro foi o Tratado Constitutivo da **Comunidade Econômica Europeia (CEE)**, que estabeleceu uma união aduaneira, ou simplesmente um “mercado comum”, eliminando as barreiras alfandegárias entre os Estados membros. Estabeleceu ainda uma política agrícola comum, com a livre circulação de produtos e mercadorias agrícolas entre os Estados da CEE, políticas protecionistas, evitando a concorrência de produtos agrícolas estrangeiros.

O segundo tratado, menos expressivo que o anterior, foi o Tratado Constitutivo da **Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom)**. A Euratom é uma organização internacional autônoma, com estatuto legal próprio, não fazendo parte da União Europeia. Entretanto, compartilha as mesmas instituições da União Europeia e é governada por seus Estados-membros.



Assimile

Veja que a União Europeia integra um conjunto de instituições supranacionais, dentre elas o Parlamento Europeu e o Banco Central Europeu. São supranacionais porque estão acima do controle do governo de um Estado específico, sendo coordenadas e gerenciadas por decisões conjuntas de vários estados. Outros exemplos de instituições supranacionais são a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Esses tratados ajudaram a consolidar as bases, de forma progressiva, para o estabelecimento futuro da União Europeia. Fomentaram a integração por diversos mecanismos políticos e econômicos que, mediante a construção de **instituições supranacionais**, contribuíram para que parte da soberania dos Estados-membros fosse transferida para o bloco de Estados. Algumas dessas instituições foram: a Comissão Europeia, o Conselho Europeu, o Parlamento Europeu, dentre outras.

No que tange ao **Tratado de Maastricht**, efetivamente foi o que instituiu a União Europeia (UE). Elaborado pelo Conselho Europeu ao longo de 1991, foi assinado em fevereiro de 1992, entrando em vigor em novembro de 1993. Por meio desse tratado foi criada a União Europeia e foram montadas as bases para a união monetária, que se consolidaria mais adiante com o estabelecimento do euro.

Três pilares constituem a arquitetura institucional da **União Europeia (UE)**. O **primeiro** refere-se às comunidades europeias, ou seja, as políticas institucionais, econômicas e sociais que de fato constituem o bloco,

incluindo a união alfandegária, a política agrícola comum e regras de transporte de veículos e movimentação de pessoas, dentre outros. O **segundo** pilar envolve uma política externa e de segurança comum. Assim, mediante esse pilar, a política externa (de direitos humanos, os valores democráticos e republicanos) e a política de defesa e segurança do bloco são estruturadas. O **terceiro** pilar diz respeito à cooperação policial e judiciária em assuntos penais, respondendo por questões relativas ao terrorismo, comércio de drogas e outros ilícitos, corrupção e crime organizado transnacional.

O Tratado de Maastricht já sofreu uma série de emendas, sendo oficialmente substituído pelo Tratado de Lisboa, de 2009 (COSTA, 2017, p.148).

A união monetária

Do total de **28** países-membros da UE, **19** adotam o **euro** como moeda oficial. São eles: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

A união monetária, por meio do estabelecimento do euro como moeda comum, remonta ao ano de 1999. Segundo Mendonça (2004), há cinco fases que ilustram longitudinalmente o **processo de adoção da moeda comum europeia**. Elas são apresentadas no quadro seguinte:

Quadro 3.1 | Cinco fases da adoção do euro como moeda comum da União Europeia

FASE	CARACTERÍSTICAS
I	Uma primeira fase vai do fim do conflito mundial até o final de 1958. É uma fase marcada pelo processo de reconstrução da Europa e das suas relações econômicas internas e pela criação de condições para a plena integração das moedas europeias no sistema monetário internacional acordado em Bretton Woods.
II	Uma segunda fase vai do início de 1959 a 1971, mais precisamente até 15 de agosto desse último ano, quando se decidia, unilateralmente, a suspensão da convertibilidade do dólar pela administração americana. Essa fase corresponde também à plena integração das moedas europeias no sistema monetário internacional, ainda que com algumas particularidades resultantes do processo interno de integração econômica.
III	Uma terceira fase estende-se de agosto de 1971 até março de 1979, altura em que começa a funcionar o novo sistema monetário europeu. Fase de crise monetária internacional aberta, resultante da derrocada do sistema de Bretton Woods, mas, simultaneamente, fase de afirmação das tendências monetárias autonomistas que conduziram ao lançamento pela França e Alemanha do chamado novo sistema monetário europeu.
IV	Uma quarta fase vai de março de 1979 a dezembro de 1998. Corresponde ao período de vigência do novo sistema monetário europeu, marcado ainda por várias subfases que refletiram o processo complexo de afirmação do sistema monetário europeu no plano interno e internacional.
V	Finalmente, uma quinta fase tem início com a introdução do euro em 1 de janeiro de 1999 e a fase atual.

Fonte: adaptado de Mendonça (2004, p. 1-2).

A denominação da moeda foi oficialmente adotada em dezembro 1995, e em 1999 a moeda passou a operar em mercados financeiros internacionais. Relativamente ao dólar, a partir de 2002 o euro passou a operar em cotações superiores. Atualmente, o euro é a **segunda moeda mais forte do mundo**, em termos de transações financeiras internacionais, ficando atrás somente do dólar.



Exemplificando

O dólar e o euro são as duas moedas mais fortes do mundo. Por conta disso, são utilizadas nos mercados financeiros internacionais, tais como operações conduzidas em bolsas de valores, compras de ativos de empresas no mercado internacional e a compra e venda de títulos do governo. Apesar de o dólar ser mais forte que o euro, este último tem sido uma moeda cada vez mais utilizada nesse tipo de transação. Atualmente, o Renminbi, a moeda da China, tem adquirido crescente status no sistema internacional, devido à escalada hegemônica dessa grande potência no sistema político-econômico mundial.

O termo **Zona do Euro** designa a região composta pelos 19 países que adotam essa moeda como oficial. Países com território muito pequeno, como Andorra, Mônaco e o Vaticano, assim como aqueles extremamente recentes, como o Kosovo (oficialmente independente apenas em 2008), adotam o euro e, portanto, também pertencem à Zona do Euro. A emissão da moeda é executada pelo **Banco Central Europeu**, com sede em Frankfurt, na Alemanha.

Com o colapso financeiro mundial de 2008 e a crise da dívida pública da Zona do Euro em 2009, cria-se o **Fundo Europeu de Estabilização Financeira** e adotam-se várias reformas no bloco, com o intuito de estabilizar a moeda europeia no pós-crise.

O Brexit

Brexit é o termo em inglês, relacionado à saída da Inglaterra da União Europeia. Vem da combinação das palavras **Britain** (Grã-Bretanha) + **exit** (saída). Essa saída foi decidida de acordo com um referendo, ou consulta popular, realizado em 2016 com os ingleses. Por uma maioria de 51,8% dos votos, decidiu-se pela retirada da Inglaterra do bloco europeu.

Historicamente, já houve tentativas anteriores de saída da Inglaterra. Além do referendo de 2016, em 1975 foi realizada uma votação popular pela saída da Inglaterra da CEE. Porém, naquela época a grande maioria (67,2%) dos ingleses votou a favor da permanência. Mas o que levou à decisão tão

diferente no referendo de 2016? Quais desafios e problemas a permanência da Inglaterra no bloco representava à sociedade inglesa, a ponto de votarem pela retirada definitiva?

Costa (2017) observa que, sobretudo após a crise de 2008, emergiu no sistema internacional um tipo de nacionalismo extremamente radical e protecionista. Tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, a grave recessão econômica que se seguiu levou à enorme insatisfação popular e a crises dos governos chamados de “bem-estar social”. Ou seja, políticas de estímulo a imigração, políticas sociais como as previdenciárias e a profunda integração comercial proveniente de governos liberais passaram a ser duramente criticadas pela população. Em poucas palavras, essas ações representaram a diminuição do número de postos de trabalho em alguns países, como os EUA, a diminuição de salários ou os dois. Países europeus sofreram uma dura crise de desemprego após a crise de 2008. Por outro lado, a competitividade de países emergentes como a China destruiu muitas indústrias, sobretudo nos Estados Unidos. A crise previdenciária ficou muito evidente na Europa, com uma população em franco processo de envelhecimento, cujas aposentadorias terão de ser custeadas por uma população economicamente ativa que decresce a cada dia.

Esses processos levaram à ascensão de uma extrema direita no mundo ocidental desenvolvido, defendendo medidas protecionistas, anti-imigração/xenofóbicas e de austeridade fiscal. Nos Estados Unidos, o ápice desse processo foi a eleição do presidente republicano Donald Trump. Na Europa, pode-se dizer que o Brexit foi o principal resultado de tais processos.

Costa (2017, p. 52) descreve brevemente como se originou a ideia do Brexit e quais são os passos políticos para a sua execução:

“O primeiro-ministro britânico David Cameron, em janeiro de 2013, decidiu realizar um referendo sobre permanecer ou sair da UE em junho de 2016. O governo perdeu no referendo, levando à resignação de Cameron. Ele foi substituído por Theresa May, que fez grande campanha contra a situação do Reino Unido na UE: “Brexit é Brexit”. No início de 2017, o Parlamento do Reino Unido foi convocado para aprovar o Projeto de Lei da UE de 2017 (Notificação de Saída), autorizando o governo a realizar uma notificação formal com base no artigo 5032. Paralelamente, o primeiro-ministro anuncia o “Great Repeal Bill”, projeto de lei que anulará a Lei das Comunidades Europeias de 1972 e possibilitará que decretos anteriormente em vigor de acordo com a legislação da UE sejam absorvidos à legislação do Reino Unido. Ele foi criado para facilitar a transição, garantindo que todas as normas existentes, até aquelas originadas na UE, permaneçam em vigor até que sejam especificamente anuladas.

Pelo exposto, o fenômeno ainda está em processo de efetivação, e muitos resultados (positivos e/ou negativos) podem ainda ocorrer ao longo desse processo. Podemos verificar, com base nisso, que a conjuntura econômica mundial causada pela crise de 2008 teve repercussões tão profundas que chegaram a fragilizar um processo de integração que há tantos anos estava em vigor, como é o caso da União Europeia.



Saiba mais

O processo de integração da União Europeia é o mais bem-sucedido de todas as tentativas já feitas na Política Internacional. Como tal, serve de exemplo para outros processos de integração, destacadamente o do Mercosul. A integração foi robusta o suficiente para a adoção de uma moeda comum, o euro. Sobre a importância do processo de integração regional da Europa para a área de política internacional e para o desenvolvimento teórico da integração regional, leia a seção 1 (p. 9-18) do artigo de Philippe C. Schmitter, a seguir:

SCHMITTER, P. C. A Experiência da União Europeia e seu potencial para a integração regional. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, n. 80, pp. 9-44, 2010.

Sem medo de errar

Diante da questão apresentada pela professora Denise, “Nos últimos 20 anos, o comércio internacional entre Brasil e a União Europeia aumentou ou diminuiu?”, Joana argumentou que o comércio internacional entre os 28 países da União Europeia e o Brasil não foi afetado após a criação do bloco, uma vez que o estímulo maior foi justamente o aumento do comércio internacional intrabloco, e não entre o bloco e outros países. Ou seja, de acordo com Joana, o comércio internacional entre Brasil e União Europeia não aumentou nos últimos 20 anos.

Joana ainda questionou se o comércio internacional entre Brasil e Ásia, Brasil e América do Norte e Brasil e os demais países da América do Sul também teriam se mantido constantes nos últimos 20 anos.

Para solucionar essas dúvidas, a professora Denise divide a turma em quatro grupos e os leva ao laboratório de informática da universidade. Lá eles vão trabalhar com o Microsoft Excel. Dessa forma, ela atribui a cada grupo uma das relações de comércio internacional, da seguinte forma: Grupo 1: Brasil e União Europeia; Grupo 2: Brasil e Ásia, Grupo 3: Brasil e América do Norte; Grupo 4: Brasil e o restante da América do Sul.

Feito isso, Denise solicita que cada grupo elabore dois gráficos: um deles, mostrando a evolução nas **exportações** do Brasil para o respectivo parceiro comercial de cada grupo, entre os anos de 1999 e 2018 (ou seja, 20 anos); o outro, mostrando a evolução das **importações**, no mesmo marco temporal. Os gráficos deverão ser desenvolvidos em Microsoft Excel, e Denise se dispõe a orientá-los nessa construção e na operação do software, para os grupos que tenham dificuldade.

Na sequência, Denise apresenta o local onde os alunos deverão buscar a base de dados para a construção desses gráficos. O site indicado é: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas> (acesso em: 12 fev. 2019). Ao entrar no site, os alunos deverão fazer o download da planilha intitulada *Blocos e Países*. Ao abrir a planilha, eles encontrarão os dados exatos dos valores de exportações e importações do Brasil com cada um desses quatro parceiros comerciais (bem como vários outros), desde o ano de 1997 até 2018 (totalizando 20 anos). Deverão, assim, selecionar somente os dados que lhe forem necessários e proceder para a construção dos dois gráficos solicitados.

Enfim, cada grupo apresenta seus gráficos aos demais colegas da turma, projetando as planilhas na lousa, de modo que todos os alunos vejam detalhes do crescimento, manutenção, ou regressão nos fluxos de importações e exportações do Brasil para esses parceiros ao longo do tempo. Após todos os grupos apresentarem seus gráficos, o questionamento da professora Denise e as dúvidas apresentadas por Joana serão respondidas com base nessas evidências.

Essa atividade demonstra o crescimento considerável tanto das exportações quanto das importações do Brasil para a União Europeia, evidenciando a importância desse bloco econômico para nosso país. Além disso, demonstrará a tendência recente que a Ásia apresenta de evolução no comércio internacional com o Brasil, superando tanto a União Europeia quanto a América do Norte como nosso maior parceiro comercial.

Faça valer a pena

1. Analise o excerto seguinte acerca do euro (moeda oficial da União Europeia) e do dólar (moeda oficial dos Estados Unidos).

“ Já se disse que, diferentemente do dólar que se limitou a ocupar um espaço vazio, o euro, no seu processo de afirmação internacional, terá de competir com uma moeda já instalada e com uma carga simbólica que não é fácil de destronar. O dólar ainda

continua a ser o activo de reserva mais importante dos bancos centrais, representando em 2001 perto de 70% das reservas oficiais de todos os países contra cerca de 13% para o euro (se somarmos a utilização da libra, a importância da Europa passa para 17%); continua a ser a moeda mais usada para a definição de regimes cambiais por parte de terceiros países; e representa perto de metade do volume das transacções nos mercados de câmbios contra menos de 1/5 por parte do euro. O dólar é, ainda, a moeda dominante nas transacções comerciais internacionais, servindo de denominador para a fixação dos preços do petróleo e das principais matérias-primas. (MENDONÇA, 2004, p. 29)

Baseado na importância dessas duas moedas, assinale a alternativa correta quanto as relações Estados Unidos – União Europeia na geografia mundial.

- a) O texto explicita que a União Europeia vem substituir os EUA na hegemonia mundial.
- b) O único quesito em que o euro supera o dólar é na definição de regimes cambiais.
- c) Tanto o dólar quanto o euro são moedas amplamente utilizadas em trocas internacionais.
- d) Os Estados Unidos possuem uma moeda forte, mas são menos poderosos que a União Europeia.
- e) O euro e a libra, moeda utilizada na Inglaterra, são as duas moedas oficiais da União Europeia.

2. Utilize a seguinte tipologia numérica para essa questão:

- (1) Tratado de Maastricht.
- (2) Tratado de Paris.
- (3) Tratado de Roma.

Associe cada tratado aos respectivos objetos/objetivos de sua assinatura:

- () Instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, uma entidade criada logo após a II Guerra Mundial para regular a produção desses minerais.
- () Sob os seus auspícios estavam outros dois tratados: o Tratado Constitutivo da Comunidade Económica Europeia e o Tratado Constitutivo da Comunidade Europeia da Energia Atômica.
- () Foi o tratado que instituiu oficialmente a União Europeia, assinado em fevereiro de 1992, formalizando as bases estruturais e legais para a integração económica e monetária do bloco.

A alternativa que faz a correlação de maneira correta, na ordem em que aparecem anteriormente, é:

- a) 2, 1, 3.
- b) 3, 1, 2.

- c) 1, 2, 3.
- d) 3, 2, 1.
- e) 2, 3, 1.

3. Leia atentamente o texto a seguir e analise a figura, mais adiante:

“O Reino Unido deixa o bloco europeu num momento de discussões fervorosas sobre nacionalismo e identidade nacional. A globalização é um projeto em crise. Entregou muito menos do que prometeu. Desde a década de 1980, as disparidades de renda aumentaram em quase todos os países do mundo. Os grupos beneficiados com a liberalização da economia mundial são poucos. Há um ditado nordestino que diz: “em tempos de murici, cada um cuida de si”. Ele pode ajudar a explicar a emergência do isolacionismo, do nacionalismo, da intolerância, do fascismo e da xenofobia em todas as partes do mundo, inclusive no Brasil. (BUENO, 2016, p. 15)

Figura | Informatização



Fonte: Shutterstock.

Assinale a alternativa que sintetiza corretamente a relação entre o texto e a figura apresentados.

- a) A emergência do nacionalismo na Inglaterra deveu-se à falta de proteção social aos trabalhadores que perderam seus empregos devido à informatização da produção.
- b) A informatização da produção e dos serviços tem levado à redução dos postos de trabalho, gerando crises econômicas e culminando em nacionalismos, com consequências como o Brexit.
- c) Foi somente a imigração de trabalhadores que obrigou a maioria dos governos da União Europeia a informatizarem suas linhas de produção.
- d) A globalização trouxe modernidade tecnológica para um grande número

de pessoas e países, porém os efeitos negativos foram a perda de empregos e as crises econômicas.

e) A Europa, que sempre foi o continente mais tecnologicamente avançado, tem percebido a substituição da mão de obra humana por máquinas como principal causa de crises econômicas

O Mercosul e o Nafta

Diálogo aberto

A formalização de blocos comerciais pode afetar positivamente a vida de consumidores em países que ingressam nesse tipo de acordo. Por exemplo, pelo fato de Brasil e Argentina integrarem o Mercosul, os consumidores brasileiros podem comprar produtos argentinos a preços diferenciados, e vice-versa. Por outro lado, também pode haver consequências. Por exemplo, no caso do Nafta, houve massiva transferência de postos de trabalho dos EUA para o México, em função de sua mão de obra ser mais barata, causando conflitos e desemprego em uma série de setores americanos. De que outros modos há benefícios e prejuízos nesses acordos de preferências comerciais?

Em uma das aulas da professora Denise, na qual ela discutia a integração político-econômica na América, ela abordou o caso do Nafta (Tratado de Livre Comércio da América do Norte), acordo de preferência comercial assinado entre Estados Unidos, Canadá e México. Para tanto, a docente propôs uma intervenção por Skype, por meio da qual Joana fez uma participação diretamente de Los Angeles, nos Estados Unidos – onde estava havia uma semana devido à sua viagem a trabalho. O objetivo dessa participação era que Joana ilustrasse, mediante sua experiência de trabalho e viagem, o funcionamento do Nafta. Porém, para a surpresa de Denise, a maior parte da intervenção de Joana abordou a grande repercussão causada pelo mais recente movimento político do presidente estadunidense Donald Trump: a extinção do Nafta e sua substituição por acordos comerciais bilaterais mais simples entre EUA e México e, posteriormente, entre EUA e Canadá.

Joana apontou que um dos principais componentes do plano econômico que ajudou a eleger o presidente estadunidense Donald Trump foi o seu interesse em diminuir o déficit comercial entre Estados Unidos e México, ocasionado, segundo ele, pelo Nafta. A estudante observou ainda que os Estados Unidos também apresentam déficits comerciais com o Canadá, sob os auspícios do Nafta, apesar de menor que o déficit com o México. Além disso, outra questão que Joana identificou na mídia foi que o Nafta não estava cumprindo seu propósito de tornar a América do Norte mais internacionalmente competitiva, uma vez que o acordo estava enfraquecendo as indústrias estadunidenses, principal potência comercial da região.

Após a intervenção de Joana, os alunos fizeram uma série de questionamentos acerca do que ela colocou. Qual era a desvantagem do Nafta, considerada pelos Estados Unidos tão seriamente a ponto de extinguir tal acordo

recentemente? Quais são as consequências positivas e negativas do Nafta para os três países envolvidos? Qual dos três países era o mais beneficiado por esse tratado, e por quê? Quais são as repercussões possíveis da extinção do Nafta para o comércio internacional entre os três países?

Diante de tantos questionamentos, a professora Denise decidiu usar o caso do Nafta em sua aula para explicar a importância desse recente fato político-econômico, no que tange ao comércio internacional. Vamos acompanhar quais técnicas, conceitos e abordagens são utilizadas pela professora no desenvolvimento de sua aula e como ela faz para trabalhar esses questionamentos.

Bons estudos.

Não pode faltar

Antecedentes do Mercosul: ALALC e ALADI

Anteriormente, observamos a importância da União Europeia para a regionalização do espaço mundial contemporâneo. Agora, abordaremos outro importante bloco de integração político-econômica, o **Mercado Comum do Sul (Mercosul)**.

O Mercosul é uma aliança comercial intergovernamental, formalizada pelo **Tratado de Assunção**, assinado em 1991. Os quatro países fundadores do bloco foram Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Porém, antes de discutirmos mais especificamente os objetivos, a importância e as operações político-econômicas envolvidas no Mercosul, vale a pena tratar brevemente os antecedentes desse bloco.

Na década de 1960 foi efetuada uma tentativa de integração comercial da América Latina, mediante a criação da **Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)**. Inicialmente, os países que conformaram a ALALC foram Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Já na década de 1970, Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela foram agregadas à iniciativa. Na conformação da ALALC, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) teve grande influência, já que via no processo de integração uma possibilidade de fortalecimento da estratégia de substituição de importações na região, agenda defendida pela Cepal desde a sua origem.

Sendo assim, a Cepal defendia algumas **políticas, que seriam estruturadas em torno da ALALC**, destacando-se a criação de mercados nacionais mais competitivos, baseados nas capacidades produtivas de tais países, promoção de intercâmbio comercial entre as nações da região e estímulo à exportação de manufaturados. Essa estratégia fortaleceria esses países,

de modo a torná-los mais fortes (atuando coletivamente) no cenário internacional.

Com a evolução dessas agendas, em 1980 foi fundada a **Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)**. Criada pelo **Tratado de Montevidéu**, de 1980, a ALADI conta atualmente com 13 Estados-membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Com sede em Montevidéu, Uruguai, o objetivo central da ALADI é o desenvolvimento econômico e social da região latino-americana.

Com **finalidades explicitamente econômicas**, a ALADI objetiva promover a cooperação e complementação econômica na região, por meio de padrões de comércio intrarregional com regulações recíprocas. Além disso, até o momento foram celebrados cinco acordos técnicos no contexto da ALADI: Cooperação em Ciência e Tecnologia, Preferência Tarifária Regional, Acordo-quadro para a promoção do Comércio mediante a Superação de Barreiras Técnicas ao Comércio, Abertura de Mercados e Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica.

Segundo Barza (2012, p. 193-194, grifos nossos):

“Os termos do acordo que regulamentava a ALADI propunham a **continuidade do processo de integração regional**, visando o estabelecimento de um mercado comum latino-americano em longo prazo. Para tanto, a previsão do funcionamento de instituições, de órgãos, de comitês e de programas conjuntos de liberação comercial estava presente nas normas que enfatizavam comercialismo como mecanismo para superar as dificuldades do difícil contexto político dos anos 80. O resultado foi uma progressiva transformação política levando às mudanças nas relações econômico-comerciais e a implementação de um sistema regional.

Dessa forma, podemos afirmar, em suma, que a ALADI é uma organização internacional com finalidade de integração regional econômica, cujo objetivo central é o desenvolvimento social e econômico da América Latina.

A Zona de Livre Comércio, a União Aduaneira, a TEC (Tarifa Externa Comum) e o Tratado de Assunção

O **Tratado de Assunção** foi assinado em março de 1991 entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de criar um **mercado comum** entre esses países.



Assimile

Veja o quão importante foi o **Tratado de Assunção**. Assinado em 26 de março de 1991, esse tratado estabeleceu o Mercado Comum do Sul (Mercosul), ao unir Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em um acordo de preferências tarifárias, com uma tarifa externa comum. No ano de 1994, é assinado o Protocolo de Ouro Preto, no qual o Mercosul é reconhecido juridicamente como uma organização internacional.

No contexto do Mercosul, o vocabulário específico de comércio internacional será necessário para entendermos melhor os objetivos e métodos de governança do bloco. Iniciemos, portanto, pelo termo zona de livre comércio. Uma **zona de livre comércio** é um bloco econômico formado por um conjunto de países que visam a diminuir ou mesmo a eliminar taxas alfandegárias, ou seja, tributos cobrados pelos governos de todos os países sobre produtos importados e exportados. A fundação do MERCOSUL pressupunha a criação de um mercado comum, porém o que se concretizou até o momento foi uma união aduaneira, estágio mais avançado de integração.

Por **união aduaneira** entende-se uma zona de livre comércio com **tarifa externa-comum (TEC)** – uma taxa comercial padrão que vigora entre um grupo de países, em operações de importação e exportação. O Mercosul, como união aduaneira, adota assim uma TEC, tarifa utilizada pelos países-membros em transações comerciais com países de fora do bloco.

Conforme veremos, a rigidez das regras estipuladas em blocos econômicos pode levar à necessidade de negociações mais específicas e ao aumento da flexibilidade da política comercial entre os Estados-membros. No caso do Mercosul, por exemplo:

“A **tarifa externa comum**, cuja plena vigência estava prevista para 2006, foi o **resultado de intensas negociações** entre os governos dos países membros do MERCOSUL e representou, naquele momento, um equilíbrio “político” no balanço de modificações tarifárias aceitas pelos países, o que não implicou, necessariamente, uma distribuição equitativa dos benefícios e custos do livre comércio intra-regional. As permissões temporárias concedidas às mudanças na tarifa externa comum, sempre que apoiadas em argumentos macroeconômicos, propiciaram a flexibilidade necessária à execução da política comercial, contornando a rigidez imposta pela união aduaneira. (KUME; PIANI, 2005, p. 385, grifos nossos)

Seguindo nessa linha, verificamos que **argumentos macroeconômicos** são os principais motivos para a flexibilização da TEC:

“O MERCOSUL, após cumprida a fase de transição no período 1991/94, entrou em vigor em 1995, com uma tarifa externa comum (TEC) cuja plena vigência está prevista para 2006. No entanto, os países-membros têm, por vezes, tomado iniciativas que “perfuram” a TEC, baseados em argumentos macroeconômicos. (KUME; PIANI, 2005, p. 371).

O Quadro 3.2, a seguir, ajuda a entender melhor as diversas etapas de uma integração comercial. Verifique, portanto que nesse rol de possibilidades o Mercosul encontra-se em um nível intermediário de integração, conformato à já referida união aduaneira.

Quadro 3.2 | Principais tipologias para blocos econômicos

Fase	Nomenclatura	Características gerais
1	Zona de preferência tarifária	Vigoram acordos preferenciais, em que países que estão dentro do bloco gozam de tarifas comerciais mais baixas que as negociadas com países de fora. Exemplo: ALALC.
2	Zona de livre comércio	Visam à redução ou até mesmo à eliminação de tarifas aduaneiras entre os países do grupo. Exemplo: Nafta.
3	União aduaneira	Estágio superior de integração. Os países-membros eliminam completamente as tarifas entre si, ao passo que estabelecem as mesmas tarifas externas para exportação e importação (a TEC). Exemplo: Mercosul.
4	Mercado comum	É um estágio ainda superior de integração, visando à livre circulação de pessoas, mercadorias, produtos e serviços. Exemplo: Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).
5	União econômica e monetária	Nível mais elevado de integração, onde adota-se uma moeda comum, além de TEC, e eliminam-se barreiras comerciais entre membros. Exemplo: União Europeia.

Fonte: elaborado pelo autor.

O Nafta e as relações de dependência no capitalismo financeiro

O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) é uma zona de livre comércio trilateral entre **Canadá, Estados Unidos e México** que entrou em vigor a partir de janeiro de 1994. Segundo Freitas (2008, p. 6), “o acordo propôs formar uma área de livre comércio, ao longo de um período de 15 anos, a começar em janeiro de 1994, mediante progressiva eliminação das barreiras não tarifárias e das tarifas de importação entres os três países”.

Em seus antecedentes históricos, cabe ressaltar alguns detalhes importantes sobre o Nafta. O acordo deriva centralmente de uma **aproximação política e econômica dos Estados Unidos com o México**, intensificada a partir dos anos de 1980, tendo como pano de fundo a recuperação da economia mexicana após a grave crise da dívida externa na década anterior.



Refleta

Sabemos que o México é uma das maiores economias da América Latina, sustentado economicamente sobretudo pelas chamadas indústrias maquiladoras, ou seja, empresas que importam matérias-primas sem o pagamento de taxas, e cujo produto final é exportado, não sendo consumido em seu local de produção (no México). Como você avalia o papel do México no Nafta? Seria ele beneficiado ou estaria em condições de desvantagem frente aos Estados Unidos e o Canadá, países com economias muito mais consolidadas e elevados níveis de desenvolvimento?

Freitas (2008) expõe que o Nafta compreende a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias, mecanismos de salvaguarda, disposições sobre o comércio de serviços, proteção à propriedade intelectual e compras governamentais. Isso quer dizer que o acordo se insere em um contexto de **liberalização e desregulamentação econômica**, facilitando operações de importação e exportação entre esses três países. É um dos resultados das reformas neoliberais que entram em vigor em diversas partes do mundo, sobretudo na América Latina, a partir do final da década de 1980.

Assim, entre as décadas de 1990 e 2000, o México se torna uma das economias mais abertas do mundo:

“Os produtos industrializados ganharam mais espaço na pauta das exportações, chegando a representar 90% destas, consequência da expansão das maquiladoras que obtiveram um aumento de 340% nas suas exportações, respondendo por 40% do total das exportações mexicanas. Segundo dados da Cepal (2000), as exportações de bens e serviços também se elevaram. Eram 2,5% das exportações em 1990 e chegaram a 15,7% no ano 2000. (FREITAS, 2008, p. 9)

Segundo Vitor Junior (2018, p. 8), “nas duas primeiras décadas de sua vigência (do Nafta), o comércio regional aumentou significativamente, de 290 milhões de dólares em 1993 para mais de 1,1 trilhão de dólares em 2016”.



Exemplificando

O Nafta é um exemplo de zona de livre comércio. Isto é, tem finalidades estritamente econômicas, estimulando o comércio internacional entre os três países integrantes: Estados Unidos, México e Canadá.

Por outro lado, o Mercosul é uma união aduaneira. Tem uma TEC, de modo que seus países membros executam operações de comércio internacional a uma mesma tarifa. Ou seja, está em um estágio mais avançado que o Nafta de integração comercial.

Porém, desde a crise financeira e econômica que assolou o mundo desenvolvido após 2008, uma série de **críticas têm sido feitas ao Nafta**. Vitor Júnior (2018, p. 8) destaca algumas delas:

“[...] muitas críticas vêm sendo levantadas, especialmente no que se refere à dispersão de empregos da economia norte-americana. Muitas indústrias têm deslocado sua mão de obra para o México, tendo em vista a sua baixa remuneração: entre 1994 e 2010, 682.900 empregos foram transferidos dos EUA para o México, principalmente nas indústrias de motores de veículos, têxtil computadores e aparelhos elétricos.

Foi nesse contexto que, a partir da eleição do presidente Donald Trump, os benefícios do Nafta passaram a ser fortemente questionados. Recentemente, o acordo foi extinto de vez. Em substituição, no final de agosto de 2018 foi criado o **USMCA (do inglês *United States, México, and Canadá*), o acordo que substituiu o Nafta** (EUA..., 2018).

O USMCA representa uma série de negociações entre os três países, inicialmente bilaterais (EUA e Canadá, EUA e México), mas que culminaram na criação do acordo trilateral. O USMCA traz uma série de mudanças em legislações comerciais, sobretudo nos setores automotivo e de produção de leite, para fortalecer as trocas comerciais entre os três países da América do Norte e tornar o bloco mais competitivo internacionalmente. Além disso, modifica regras sobre o comércio de serviços financeiros e negócios digitais, para atender aos interesses de uma série de setores da economia.

A proposta da Alca

A Alca (**Área de Livre Comércio das Américas**) foi uma ideia concebida em 1994, a partir do presidente dos Estados Unidos à época, Bill Clinton. O objetivo da proposta era a criação de uma área (ou zona) de livre comércio

que englobasse todos os países do continente americano. Originalmente, a proposta estabelecia um prazo até 2005 para a implantação desse bloco comercial.

Por meio da ALCA, as barreiras ao comércio internacional seriam suplantadas e tarifas alfandegárias seriam extintas para os países envolvidos. Paralelamente, os blocos Mercosul e Nafta seriam incorporados ao grande bloco comercial conformado pela Alca.

Desde os primórdios da ideia, porém, a **Alca sofreu uma série de críticas, sobretudo dos governos latino-americanos**. Primeiro de tudo, a grande diferença entre a economia dos Estados Unidos e a dos demais países do continente ocasionaria uma competição econômica desigual. Segundo, seriam necessários enormes investimentos nesses países para que se tornassem economicamente fortes com relação aos EUA, sobretudo na infraestrutura, logística e produtividade. Terceiro, como a economia estadunidense é muito mais competitiva, seus produtos poderiam ser vendidos a valores muito menores que os produtos locais. Ou seja, haveria uma quebra generalizada de vários setores industriais nos países latino-americanos.

Em consonância com esses desequilíbrios, o projeto da Alca não progrediu e nem se concretizou. Mercosul e Nafta (pelo menos até 2018) continuaram existindo, e uma série de outros organismos para a integração latino-americana foram criados, como a **União das Nações Sul-Americanas (Unasul)** e a **Aliança Bolivariana para as Américas (Alba)**.



Saiba mais

O Nafta e o Mercosul são dois dos mais importantes blocos econômicos do mundo, portanto têm sido estudados extensivamente por alunos de graduação e pós-graduação, no Brasil e em outros países.

A dissertação de mestrado de Laura Zoratto, defendida junto ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio em 2004, traz uma importante contribuição nesse contexto, ao analisar cuidadosamente esses dois blocos, facilitando a compreensão do papel, a importância e os mecanismos de operação de ambos.

ZORATTO, L. **Mecanismos de solução de controvérsias no Nafta e no Mercosul**: lógicas determinantes e seus reflexos sobre as relações entre estado e empresa. 152f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 2004.

Buscamos analisar a importância do Nafta e do Mercosul no processo de integração econômica regional na América. Para tanto, estamos acompanhando Joana, uma estudante do último ano do curso de Geografia, atualmente cursando a disciplina de Geografia Regional, ministrada pela professora Denise.

Em uma de suas aulas sobre integração político-econômica na América Latina, a professora organizou uma participação via Skype da aluna Joana, que se encontra em viagem a trabalho nos Estados Unidos. Joana ficou responsável por discutir no que consistia o Nafta, no entanto, para a surpresa da professora, ela abordou a dissolução do bloco, tema tratado com muita intensidade pela mídia estadunidense entre os meses de outubro e novembro de 2018. Joana observou, com base no que leu em notícias de jornais especializados em Economia, que o Nafta contribuiu para déficits na balança comercial dos Estados Unidos, tanto com relação ao México, quanto com relação ao Canadá. Além disso, o Nafta não tornou a América do Norte mais competitiva, como era o objetivo inicial do acordo.

Em face das colocações de Joana, os alunos de Denise começaram a se questionar acerca dos motivos pelos quais os Estados Unidos extinguiram o Nafta. Quais seriam as consequências positivas e negativas desse acordo para os países envolvidos que motivaram tal decisão e qual deles seria o mais beneficiado e por que motivo? Com isso em mente, pensaram sobre as possíveis consequências da extinção do Nafta para os três países envolvidos.

Para tanto, a professora Denise prepara uma estratégia didática em três etapas.

A primeira consiste na divisão da turma em quatro grandes grupos. A cada um dos grupos será atribuída uma tarefa, diretamente relacionada com os questionamentos por eles colocados. Seguem as atribuições:

- Grupo 1 – Mapear principais razões para os EUA extinguirem no Nafta.
- Grupo 2 – Mapear consequências positivas e negativas do Nafta para Estados Unidos, Canadá e México.
- Grupo 3 – Selecionar e justificar qual dos três países é o mais beneficiado pelo Nafta, e qual o menos beneficiado.
- Grupo 4 – Construir cenários futuros possíveis das consequências da extinção do Nafta para cada um desses três países.

A segunda etapa ocorre logo após a divisão dos alunos nesses quatro grupos e a atribuição de uma das tarefas anteriores a cada um deles. Essa etapa consiste na realização da pesquisa na internet. Em seguida, os grupos

devem sistematizar as ideias principais para responder a tal questionamento em uma cartolina.

A terceira etapa, conclusiva, prevê que os quatro grupos apresentem seus resultados para a turma. O objetivo é a construção coletiva acerca do entendimento da importância, consequências, características do Nafta, bem como seus impactos para cada um dos três países componentes do bloco. Além disso, deve-se chegar a um entendimento amplo sobre a decisão estadunidense de extinguir o bloco.

A atividade está associada aos objetivos da unidade na medida que ilustra alguns dos resultados materiais da regionalização de países em blocos econômicos. No caso, os fluxos de comércio internacionais e seus resultados e impactos para a economia (mercado de trabalho, PIB de cada país, nível de desenvolvimento econômico, etc.) estão intimamente relacionados com os processos de integração regional econômica iniciados.

Faça valer a pena

1. Niemeyer e Costa (2012, p. 7) visualizam alguns dos interesses dos EUA e do México para a constituição do Nafta:

“Devemos compreender que por detrás de todos esses objetivos demonstrados oficialmente pelos contratos formalizados entre os três países do NAFTA é necessário visualizar que, principalmente, os EUA e o México obtinham objetivos implícitos na formulação desse acordo. Por exemplo, o EUA procurava uma maior capacidade de transferir suas linhas de produção que necessitassem de mais mão de obra para um país que as possuísse em quantidades elevadas por um preço baixo. Já o México, assim como tantos países da América Latina, [...] acreditava que a abertura de seus mercados ao comércio e investimento direto internacional, traria maior participação de seus países na divisão internacional do trabalho, o que, conseqüentemente, os ajudariam com seus problemas econômicos, como os de balanço de pagamentos, falta de progresso técnico e baixo crescimento econômico [...]. (NIEMEYER; COSTA, 2012, p. 7)

Com base no excerto anterior, a alternativa que melhor apresenta, respectivamente, os interesses do México e dos EUA com o Nafta é:

- a) Aumento do valor de sua mão de obra e diminuição dos passivos trabalhistas.
- b) Busca por mão de obra mais barata e maior crescimento e desenvolvimento econômico.

- c) Maior desenvolvimento econômico e busca por mão de obra mais barata.
- d) Diminuição dos passivos trabalhistas e aumento do valor de sua mão de obra.
- e) Melhora nos seus níveis educacionais e diminuição da mão de obra imigrante.

2. Avalie as proposições seguintes, assinalando (M) quando elas se referirem ao Mercosul, e (N) quando se referirem ao Nafta.

- () Os países constituintes do bloco possuem uma Tarifa Externa Comum (TEC).
- () É o bloco que apresenta o estágio mais avançado de integração dentre os dois.
- () Foi recentemente extinto, sendo substituído por um acordo mais moderno.
- () Abrange apenas países em desenvolvimento localizados no sul global.
- () É uma zona de livre comércio, estimulando o comércio entre os países membros.

A alternativa que completa na ordem correta os parênteses das proposições apresentadas é:

- a) M, N, M, M, N.
- b) N, M, N, M, N.
- c) N, N, M, M, M.
- d) M, M, N, M, N.
- e) M, N, M, N, M.

3. Analise os dois textos a seguir:

TEXTO 1

“[...] o Nafta seria mais que um conjunto de regras destinado a normatizar transações comerciais por meio de eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias, contando com um estrito mecanismo de solução de controvérsias. O Tratado visava consolidar as relações comerciais do México com os estados Unidos, contribuindo para o estreitamento das relações no âmbito da política externa. Mais ainda, no que diz respeito a relação comercial entre o México e os Estados Unidos, o Nafta veio tornar-se *de jure* uma intensidade que existia *de facto*. (FREITAS, 2008, p. 12)

TEXTO 2

“[No Mercosul] as economias dos países-membros [...] são bastante diferenciadas — os PIBs dos dois maiores países, Brasil e Argentina, respectivamente, de US\$ 498,7 bilhões e US\$ 153,9 bilhões, são muito superiores aos do Uruguai (US\$ 14,7 bilhões)

e do Paraguai (US\$ 6,5 bilhões). Quanto a suas estruturas produtivas, apenas Argentina e Brasil apresentam fortes semelhanças. O Brasil tem a indústria mais importante e o Paraguai é o mais dependente da agricultura. Os níveis de renda per capita também apresentam grandes disparidades, sendo os mais elevados na Argentina e no Uruguai. (KUME; PIANI, 2005, p. 372)

Quais elementos contextuais sintéticos acerca dos blocos econômicos podem ser extraídos com base na análise desses dois textos?

- a) É impossível a consolidação de blocos comerciais entre países política e economicamente muito distintos.
- b) Embora blocos econômicos sejam constituídos por países economicamente semelhantes, algumas diferenças são toleráveis.
- c) Similaridades políticas e econômicas entre países são condições para que não se conformem blocos econômicos.
- d) Alguns blocos comerciais são constituídos por países muito similares, ao passo que outros, por países muito distintos.
- e) Na constituição de blocos comerciais, contam mais as complementaridades que as semelhanças.

APEC, TPP e Pacto Andino

Diálogo aberto

Veja como os blocos comerciais impactam a nossa vida, sobretudo quando nos referimos a produtos importados. O caso de várias empresas multinacionais chinesas de *e-commerce* é interessante nesse sentido. Essas empresas dominam o *e-commerce* mundial, oferecendo os produtos com os preços mais competitivos no mercado internacional e competindo diretamente com empresas ocidentais, como as estadunidenses e europeias, principalmente. É muito provável que você já tenha comprado algum produto dessas empresas chinesas. Assim, vamos refletir sobre como o fato de o Brasil integrar o Mercosul impacta no preço dessas mercadorias importadas. É importante considerar as razões pelas quais a maior parte desses produtos são eletrônicos que, via de regra, apresentam preços mais baratos que os produzidos no Ocidente.

Ao longo desta unidade, acompanhamos Joana, uma estudante do último ano da licenciatura em Geografia, que faz estágio em uma consultoria de comércio internacional. Recentemente, ela fez uma longa viagem à Europa, à América do Norte e a alguns países da América Latina, para prospectar oportunidades comerciais para os clientes brasileiros de sua empresa, e ao retornar foi convidada pela professora da disciplina de Geografia Regional a apresentar alguns aspectos marcantes de sua viagem de trabalho.

Ela escolheu abordar o tema da Parceria Transpácífico (TPP) por conta da relevância identificada desse acordo para dois países andinos que ela visitou: Chile e Peru. Durante essa breve palestra, realizada no início da aula da professora Denise, Joana aproveitou para apresentar um problema que vem enfrentando em seu trabalho: dificuldades de entender as consequências possíveis do TPP para os fluxos comerciais desses dois países com o Brasil.

Em seguida à colocação de Joana, alguns alunos questionaram se a dúvida apresentada por ela era legítima. Certos alunos observaram que a Parceria Transpácífico, como o próprio nome sugere, só seria relevante para os países banhados pelo Oceano Pacífico. Como esse não é o caso do Brasil, tal parceria não faria a menor diferença no comércio internacional desse país com os dois outros países andinos visitados pela colega.

Outro aluno sugeriu que a Parceria Transpácífico fortalece o comércio internacional entre alguns países asiáticos – como a China – e países da

América com costa para o Pacífico. Portanto, como o maior país americano em termos de comércio internacional – os Estados Unidos – tem costa para o Pacífico, os demais membros do TPP não teriam por que estender a parceria para países menos relevantes, como é o caso do Brasil.

Partindo desses questionamentos – alguns dos quais bastante equivocados –, a professora Denise optou por organizar sua aula explorando o tema da Parceria Transpacífico e sua relevância para o Brasil. Vejamos quais instrumentos analíticos são utilizados por Denise na tratativa dessa questão e de que forma ela responderá aos questionamentos dos alunos.

Nesta seção discutiremos detalhes sobre a Parceria Transpacífico e por que ela é tão importante no cenário político econômico atual. Verificaremos como essa parceria influencia a ação de companhias como aquelas de e-commerce citadas anteriormente. Você com certeza será instigado a conhecer mais a fundo o tema após compreender sua grande relevância para a Geografia do espaço mundial e para ações básicas de seu dia-a-dia com a realização de compras pela internet!

Não pode faltar

Regionalização da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) e o TPP (Parceria Transpacífico)

Antes de iniciar a apreciação propriamente dita dos conceitos e características de Apec e do TPP, cabe fazer uma diferenciação importante entre os termos regionalização e regionalismo. Segundo Bacelette (2012, p. 23), **regionalização** é um processo informal de integração, “na ausência de mecanismos regulatórios e institucionais”. Por outro lado, o **regionalismo** é “um processo por meio do qual se constituem mecanismos formais para estabelecer tratados de integração e cooperação entre seus membros”.



Exemplificando

Podemos caracterizar o Mercosul e a União Europeia como exemplos de **regionalismo**, dada a variedade de arranjos institucionais formais que regimentam, unem e guiam tais blocos.

Por outro lado, blocos como o TPP e a Aliança do Pacífico, muito mais recentes e portanto sem arranjos institucionais formais, são exemplos de um processo de **regionalização** em progresso.

Por meio desses conceitos é possível compreender claramente o longo processo de estabelecimento da Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec). Até meados da década de 1990, o principal bloco de integração asiático era a **Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean)**, composta originalmente por Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia. Em 1990, também aderiram à Asean os países: Brunei, Camboja, Laos, Myanmar e Vietnã.

“Criada em 1967, em contexto de formação dos Estados nacionais asiáticos, (a ASEAN) originalmente tinha caráter político restrito às áreas de defesa e segurança regionais. A ASEAN, naquele contexto, visava garantir a independência do pós-colonialismo europeu na região, preservando seus membros das disputas hegemônicas da Guerra Fria, bem como manter a estabilidade das relações entre os países da região. (BACELETTE, 2012, p. 23, grifos nossos)

Entre as décadas de 1970 e 1980, portanto, com exceção da ASEAN, não havia instituições suficientes para caracterizar o **processo de integração** no sudeste asiático como um regionalismo. Era um processo de **regionalização** incipiente.

No entanto, a partir do final da década de 1980 o processo de integração asiático começou a adquirir **contornos mais formais, com a fundação da Apec em 1989**. Inicialmente, a Apec foi constituída por 12 países membros: Austrália, Canadá, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Nova Zelândia e seis membros da Asean – Indonésia, Malásia, Tailândia, Filipinas, Brunei e Cingapura.

Porém, segundo Oliveira (2002, p. 116), desde praticamente a fundação, a Apec caracteriza-se “pela ausência de propostas concretas que pudessem levá-lo a uma atuação mais ativa no contexto regional”. Ou seja, **a integração asiática via Apec não levou a região a uma situação de regionalismo**. Os excertos seguintes esclarecem bem o porquê:

“Entre seus principais objetivos, a APEC tinha a ambiciosa pretensão de estabelecer uma área de livre comércio entre seus membros na Ásia, na América do Norte e do Sul, a partir de cronograma gradual estabelecido em 1994. [...] Como era possível de se imaginar, essa proposta acabou por frustrar-se, devido aos inerentes conflitos de interesses que congregavam economias tão díspares: países com forte potencial agroexportador, como Austrália e Estados Unidos, e outros com fragilidades internas na produção agrícola, de estru-

tura familiar, como os insulares da Ásia. Soma-se às razões do insucesso da proposta livre-cambista da APEC o contexto em que se encontrava a economia japonesa naquele período, que passava por recessão prolongada na década de 1990 [...]. Desse modo, para muitos analistas, embora a APEC continue a existir formalmente, ela foi esvaziada politicamente, ficando indefinida quanto à sua funcionalidade. Suas atividades concentram-se, atualmente, em promover facilitação de comércio entre seus membros, por meio da eliminação de entraves burocráticos, e realização de cooperação técnica e intercâmbio de melhores práticas. (BACELETTE, 2012, p. 24, grifos nossos)

Mais recentemente, a **Parceria Transpacífico (ou TPP, *Trans-Pacific Partnership*)** apresenta-se como o principal acordo de comércio na região da Ásia e do Pacífico. Carneiro (2015, p. 13-14) descreve, de maneira sucinta, a cronologia da criação do TPP, que se deu de acordo com o seguinte mapa evolutivo:

- Em 2002, três países localizados em torno do Oceano Pacífico – **Nova Zelândia, Chile e Cingapura** –, todos membros da APEC, idealizaram o ***Trans-Pacific Strategic Economic Partnership* (TPSEP)**.
- Em 2005, o TPSEP foi oficializado, com a inclusão de mais um país: **Brunei**. Forma-se o ***Pacific Four* (P4)**.
- Em 2006, o TPSEP entrou em vigor. Em 2008, **os Estados Unidos**, por meio do *United States Trade Representative* (USTR), demonstrou interesse em unir-se ao P4. A intenção era criar uma *Free Trade Area of the Asia Pacific*, em acordo comercial que incluiria os temas: propriedade intelectual, padrões, transparência, trabalho e meio-ambiente, além do comércio internacional de bens e serviços.
- Ainda nesse ano, três outros países juntaram-se às negociações: **Austrália, Peru e Vietnã**.
- Entre março e outubro de 2010, três rodadas de negociações foram conduzidas entre esses oito países. A essa altura, a parceria já estava sendo denominada ***Trans-Pacific Partnership* (TPP)**.
- Em dezembro de 2010, ocorreu a quarta rodada de negociação no âmbito do TPP, com a inclusão de um nono membro: **Malásia**.
- Em 2011, os nove membros divulgaram um documento traçando os contornos do TPP, em um encontro em Honolulu. Nesse mesmo encontro, **Canadá, México e Japão** anunciaram que deram início a negociações para adentrar o bloco.

- Em 2012 os dois primeiros ingressaram, e em 2013 o Japão ingressou.
- Em 2015, 12 países faziam parte do TPP: “cinco asiáticos (Brunei, Cingapura, Japão, Malásia e Vietnã), dois da Oceania (Austrália e Nova Zelândia), três da América do Norte (Canadá, Estados Unidos e México) e dois da América do Sul (Chile e Peru)” (CARNEIRO, 2015, p.14).

Os níveis de desenvolvimento e a regionalização da Apec e do TPP

Atualmente, “todos os participantes (do TPP) são membros da Apec, e os membros atuais declararam que a expansão do número de componentes provavelmente privilegiaria outros membros da organização [...]. De fato, o TPP é apontado como um dos caminhos possíveis para alcançar a meta estabelecida pela Apec de se tornar, no futuro, uma área de livre comércio entre seus membros” (CARNEIRO, 2015, p.14).

Logo, perceba que a região compreendida entre a Ásia e o Pacífico ganhou um enorme impulso econômico e comercial nesse início de século XXI. Isso devido a uma visibilidade estratégica do processo de regionalização, que tem culminado em um grande processo de desenvolvimento econômico.

Vamos analisar algumas características mais marcantes desses blocos regionais. Primeiro, vale destacar que os participantes do TPP são economias muito abertas, adeptas do liberalismo econômico e conectadas às cadeias globais de valor – sobretudo os membros asiáticos.

Recentemente, **Chile, Peru e México** constituíram até mesmo um novo acordo, denominado **Aliança do Pacífico**, “criado em 28 de abril de 2011 e formalizada num Acordo Macro em junho de 2012” (ROMERO, 2014, p. 91). Ou seja, para esses três países, a integração às cadeias globais de valor se configura em um objetivo estratégico central de suas políticas de comércio exterior e desenvolvimento nacional.

Segundo, possíveis futuros países membros do TPP são Coreia do Sul e Colômbia. **Há uma prioridade para a inclusão de países membros provenientes da Apec.** Além disso, a inclusão de novos membros somente será realizada após o fim das negociações entre os 12 membros atuais, para definição das normas e prerrogativas legais do acordo.

Terceiro, **a ascensão da China é uma das principais questões em aberto** com relação ao futuro do TPP. Ao passo que alguns autores consideraram que o TPP seria exatamente uma estratégia dos Estados Unidos para conter a expansão chinesa, outros afirmam que não há evidências suficientes para corroborar tal hipótese. Outros, ainda, sugerem que houve tentativas de aproximação de ambos os lados, no sentido de engajar a China à parceria. Porém, conforme Carneiro (2015, p. 15) observa:

“[...] o potencial de contribuição do TPP para a integração econômica na região – e, em particular, a perspectiva de que o TPP possa contribuir, como mencionado, para a formação da FTAAP (*Free Trade Area of the Asia-Pacific*, ou Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico) – depende fundamentalmente da entrada da China ou da convergência com iniciativas lideradas por ela.



Refleta

Consideremos a China como a grande potência em ascensão no sistema internacional. Possivelmente, essa ascensão representa riscos à hegemonia estadunidense. Sendo assim, como podemos compreender as relações China-Estados Unidos no contexto do TPP? É de interesse dos EUA que a China faça parte dessa iniciativa? Se não for o caso, o fato de os EUA terem saído do bloco oferece maiores chances de a China ingressar no TPP?

Por fim, cabe destacar a polêmica **retirada dos Estados Unidos do acordo** em janeiro de 2017, logo após a eleição do presidente Donald Trump. A principal razão colocada pelo presidente para a saída do país é que o TPP traria consequências negativas para as indústrias estadunidenses (LINS, 2014). Apesar disso, em 2018 Trump já chegou a comentar que os EUA podem se integrar novamente ao TPP no futuro.

Regionalização do Pacto Andino

O **Pacto Andino** pode ser considerado a mais antiga iniciativa de integração de países na América do Sul. Estabelecido em 1969, com a assinatura do **Acordo de Cartagena**, o Pacto Andino visava sobretudo ao fortalecimento da integração comercial, aumentando os mercados de atuação dos países membros e estimulando a especialização industrial, para aumento de produtividade em escala.



Assimile

Observe que o Acordo de Cartagena criou oficialmente o Pacto Andino. Os **acordos internacionais** são mecanismos de aproximação entre países, sendo propagados no sistema internacional sobretudo a partir do fenômeno da globalização contemporânea (ou seja, a partir da década de 1990). Nesse contexto, inúmeros outros acordos foram assinados, por exemplo: acordos para a criação de blocos regionais, como o TPP e

a Aliança do Pacífico; acordos para mitigação das mudanças climáticas, como o Acordo de Paris; acordos para evitar guerras atômicas, como o tratado de não proliferação de armas nucleares (TNP), dentre outros.

Além disso, a união dos países andinos em uma organização supranacional lhes concederia maior poder de negociação em fóruns internacionais. Também cabe ressaltar o incremento do poder conjunto, aumentando o processo de integração, que permite um maior grau de independência política internacional (DAVIS, 1976, p. 299).

O Pacto Andino foi estabelecido em 1969, e assim foi chamado até 1996. A partir daí, passou a ser conhecido simplesmente como **Comunidade Andina (CAN)**. Originalmente, esse bloco econômico sul-americano incluía Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Porém, o Chile deixou o bloco em 1977, quando o presidente Augusto Pinochet (1974-2006) alegou incompatibilidades econômicas. A Venezuela deixou o bloco em 2006, por conta de uma decisão do presidente Hugo Chávez (1954-2013), insatisfeito com a assinatura de alguns tratados entre a CAN e os Estados Unidos. Logo, a comunidade andina é atualmente conformada por quatro países: **Bolívia, Colômbia, Equador e Peru**.

Dentre os órgãos que conformam o CAN destacam-se o **Parlamento Andino** (o principal organismo do bloco), o Conselho Presidencial Andino, o Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores, a Comissão da Comunidade Andina (órgão normativo), a Secretaria Geral da Comunidade Andina (com sede em Lima, Peru) e o Tribunal de Justiça Andino.

Apesar desses órgãos, o processo de integração andino tem sido pouco eficiente, exatamente pelo nível de funcionamento dessas instituições.

“Apesar do alto grau de complexidade institucional da integração andina e da existência de estruturas supranacionais, análogas à integração europeia, a integração andina apresenta baixo grau de eficiência em suas instituições [...]. Além disso, a falta de um país que se posicione como *paymaster* [...] da integração, ou seja, responsável pelos custos e condução deste processo, como fez a Alemanha no projeto europeu, liderando o processo de impulso político do projeto integracionista, têm impedido que os resultados políticos da integração acompanhem o desenvolvimento de suas instituições. (BRESSAN; LUCIANO, 2018, p. 63)

Essas características afetaram o processo de regionalização e integração na América Latina, nosso próximo tema de estudo.



Saiba mais

A Comunidade Andina (CAN) é um dos blocos de integração regional mais bem institucionalizados da América Latina. Apesar disso, essas instituições são muito pouco efetivas no que tange ao desenvolvimento social e econômico dos países do bloco.

Nesse sentido, o artigo *A Comunidade andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico*, de Regiane Bressan e Bruno Luciano, traz detalhes de como se estruturou, quais os problemas enfrentados e as implicações da CAN no contexto da América Latina. Leia das páginas 62 a 72 do citado artigo para entender melhor e de forma mais aprofundada as origens, os problemas e as implicações da CAN.

BRESSAN, R.; LUCIANO, B. A Comunidade andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 65, p. 62-80, 2018.

Desenvolvimento econômico e regionalização do Pacto Andino

Se no decorrer dos anos de 1970, 1980 e 1990 a integração dos países da América Latina foi marcada por projetos populistas que pendiam a certa direção – sobretudo se considerarmos os regimes ditatoriais na região –, a partir dos anos 2000 há uma mudança ideológica considerável, em que os governos passam a pender para outras direções.

Esse processo levou ao surgimento de

“[...] outros projetos de integração [...] como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), compreendidos no marco do ‘regionalismo pós-liberal’ [...], ‘pós-comercial’ ou ‘pós-hegemônico’ [...]. Este novo conceito expressa uma nova ordem de prioridades regionais e uma agenda deslocada à esquerda do eixo do poder político. (BRESSAN; LUCIANO, 2018, p. 64)



Assimile

A **União de Nações Sul-Americanas (Unasul)** é uma organização intergovernamental regional que reúne 12 países da América do Sul, com o principal objetivo de integração regional.

A **Aliança Bolivariana para as Américas (Alba)** é uma iniciativa de cooperação internacional, que visa ao desenvolvimento social, político e econômico dos países da América Latina e Caribe.

As agendas econômicas passam a ser muito direcionadas pelas agendas políticas na região. O discurso antiliberal e a ideia de desenvolvimento nacional autônomo são retomados com força, sobretudo em países como a Venezuela. Na agenda econômica:

“Novos temas são selecionados segundo critérios diversificados, mas sempre relacionados com os ideais do novo paradigma, tais como: necessidade pelo desenvolvimento e pela busca da equidade social, superação da pobreza e desigualdade, bem como a incorporação de grupos sociais que foram excluídos dos modelos liberais de integração. (BRESSAN; LUCIANO, 2018, p. 64)

No entanto, apesar dos ideais progressistas e da intenção de fortalecimento da América Latina no contexto de globalização, **a CAN vem se tornando uma estrutura cada vez mais decadente**. Primeiro porque tem baixíssima visibilidade junto às populações dos quatro países membros, o que mina sua legitimidade de atuação. Segundo porque não há uma liderança forte, nem algum planejamento de ações futuras concretas. Por último, no que tange aos aspectos econômicos e ao comércio internacional, a CAN pouco contribuiu para o aumento os fluxos comerciais intrabloco. Bressan e Luciano (2018, p. 71) são enfáticos ao abordarem os problemas enfrentados pela CAN, considerando a perspectiva de cada um de seus países membros.

“Para alguns analistas, caberia à Colômbia, com estrutura industrial mais diversa e com melhor localização estratégica, ocupar a liderança da integração regional e impulsionar a integração em termos políticos e econômicos (Puertas, 2006). O Peru, sede da Secretaria Geral, tampouco conseguiu atuar de maneira correspondente a sua responsabilidade institucional, quando assumiu a iniciativa de financiar a infraestrutura operativa deste organismo. O comércio intrabloco representou uma porcentagem relativamente pequena em relação ao seu comércio total, ocasionando por esta razão, menor interesse econômico pela CAN, e provocando maior resistência às estratégias regionais ligadas à área econômica, política e social. Por sua vez, Equador e Bolívia, que apostam em outro norte para a integração dentro

deste novo conceito, enfrentam também pequenas crises sucessivas de distintas áreas.

Cabe, por fim, com base no exemplo da CAN, repensar as estruturas e os projetos de integração político-econômica na América Latina, para que se tornem mais efetivos e de fato atendam às necessidades de desenvolvimento da região.

Sem medo de errar

Joana foi convidada pela professora da disciplina de Geografia Regional a socializar e compartilhar com os demais alunos do curso alguns aspectos marcantes de sua viagem e escolheu apresentar como as relações comerciais no cenário internacional poderão ser afetadas pelo TPP, com base no que observou quando esteve trabalhando na Europa e na América (do Norte e Latina). Durante sua fala, Joana aproveitou para apontar uma das grandes dúvidas que ela ficou após retornar da viagem. Como o TPP afetará as relações comerciais entre Chile e Peru, de um lado, e o Brasil, de outro? Ou seja, como o comércio internacional do Brasil com cada um desses países será afetado pelo TPP? Após a fala de Joana, uma série de dúvidas tomou conta dos alunos: (1) o TPP realmente afetaria o comércio internacional do Brasil de alguma forma, como Joana suspeitava? (2) O TPP fortaleceria o comércio internacional da China com os Estados Unidos? (3) Quais são as implicações do TPP para os países do continente americano sem costa para o Pacífico, como é o caso do Brasil?

Aqui temos alguns impasses, sobretudo porque o TPP é muito recente e ainda há muita indefinição sobre suas implicações futuras em termos de comércio internacional. Apesar disso, há vários meios possíveis de esclarecer melhor esses pontos questionados pelos estudantes. Nesse sentido, a professora Denise definiu um caminho pedagógico executado em três etapas.

Primeiro, a professora solicita que a turma se divida em três grandes grupos, um para cada um dos questionamentos apontados anteriormente. Cada grupo ficará incumbido de selecionar um vídeo. O vídeo deverá ser de uma matéria jornalística ou de organismos internacionais especializados em comércio internacional, abordando possíveis elementos esclarecedores de sua respectiva pergunta. Ou seja, cada grupo pesquisa (em computadores conectados à internet ou por meio de outros dispositivos) um vídeo que melhor reflita, explique ou ajude a solucionar o seu respectivo questionamento. Denise reforça que esse vídeo não poderá ultrapassar três minutos. Caso o grupo consiga apenas vídeos de maior duração, deverão escolher os três minutos mais relevantes do vídeo.

Segundo, cada um dos três grupos apresenta o vídeo para os demais integrantes da turma. Após a apresentação de cada vídeo, o respectivo grupo deve cumprir três requisitos: a) explicar por que aquele vídeo foi selecionado, observando o quão difícil foi encontrá-lo e apresentando a estratégia de busca utilizada pelo grupo; b) apontar os principais aspectos do vídeo, relacionando-os tanto ao conteúdo teórico da aula quanto ao questionamento que visavam responder; c) observar em que nível o questionamento foi respondido (se totalmente, parcialmente ou muito pouco), apontando caminhos para entender se a pergunta já tem respostas definidas ou trata-se de temas ainda em definição.

Terceiro, após as apresentações dos três grupos, a professora Denise observa se as respostas foram ou não convergentes com o conteúdo teórico apresentado na aula. Ou seja, a resposta mais apropriada para cada pergunta deverá aproximar-se de:

- O TPP realmente afetaria o comércio internacional do Brasil de alguma forma, como Joana suspeitava?

Como o Brasil não faz parte do TPP, o acordo não afetaria diretamente o comércio internacional desse país.

- O TPP fortaleceria o comércio internacional da China com os Estados Unidos?

A China não faz parte do TPP, que aliás é uma aproximação de países tentando contrabalancear a sua força no comércio internacional. Logo, é mais provável que o TPP contribua para diminuir o comércio da China com os EUA do que aumentar. Isso porque, sobretudo caso os EUA se integrem novamente ao TPP, o acordo poderá aumentar a dependência desse país com relação ao comércio internacional com os demais membros do grupo, em detrimento da China.

- Quais são as implicações do TPP para os países do continente americano sem costa para o Pacífico, como é o caso do Brasil?

Países sem costa para o Pacífico não entram no TPP. Logo, o máximo que pode acontecer com os países sem costa para o Pacífico, com o TPP, é a diminuição do comércio internacional com os (ou alguns dos) países-membros do acordo. Esses membros poderiam, por exemplo, parar de importar produtos brasileiros que fossem vendidos por preços mais baixos por outros membros do TPP.

Dessa forma, a professora Denise explora os resultados materiais (em termos de comércio internacional) de blocos e acordos regionais de comércio. Assim, por meio do TPP e da importância estratégica e de localização do Oceano Pacífico para esse acordo, bem como da Comunidade Andina (e

da referência à Cordilheira dos Andes), são construídas representações espaciais, baseadas na geografia física, sobre a relação desses aspectos físicos com os econômicos, regionais e políticos.

Com isso, completamos a análise dos principais blocos econômicos regionais do mundo e demonstramos seus impactos materiais (em termos de comércio internacional), por meio da construção de representações espaciais (utilizando mapas ilustrativos) e discursivas (mediante análise de vídeos e matérias jornalísticas – nesse exemplo, selecionados pelos alunos, com a orientação da docente).

Faça valer a pena

1. Analise o texto seguinte:

TEXTO 1

“Da assinatura do acordo de Cartagena até a década de 1980, identificou-se a prevalência de questões econômico-comerciais no processo de integração. A partir do final dos anos 1980 e início dos 1990, o sistema andino de integração passou por um novo processo de reestruturação, envolvido em um contexto de redemocratização dos países da região e de nova expansão do regionalismo no mundo e na América Latina (Cera 2009). A assinatura do protocolo de Trujillo, em 1996, modificou o acordo de Cartagena e criou a CAN, substituindo o anterior Pacto Andino. (BRESSAN; LUCIANO, 2018, p. 66)

Com base no texto, a principal causa para a substituição do Pacto Andino pela Comunidade Andina foi:

- Um misto de interesses econômicos e comerciais, com pouco interesse político.
- O avanço da globalização e prevalência de interesses econômicos na região.
- O fim da validade do acordo de Cartagena e sua substituição pelo protocolo de Trujillo.
- Uma intensificação na integração, devido ao avanço das democracias na região.
- A presença de ditaduras em todos os países da região, facilitando a integração.

2. No contexto de estabelecimento da Parceria Transpacífico (TPP) e da Comunidade Andina (CAN), uma série de outros acordos, parcerias ou blocos comerciais estão envolvidos. Utilize os seguintes códigos para cada um dos blocos indicados:

- (1) Asean
- (2) TPP
- (3) Apec

- (4) Unasul
- (5) Alba
- (6) CAN

Associe cada uma dessas iniciativas com a respectiva caracterização.

- () Inclui os 12 países da América do Sul, com intenção de integrá-los mais fortemente.
- () Surgiu a partir do Pacto Andino e atualmente é composta por Colômbia, Peru, Bolívia e Equador.
- () Organização intergovernamental composta por dez países do sudeste asiático, facilitando a cooperação entre os membros.
- () Fórum de 21 países localizado no Círculo do Pacífico, que visa a promover o livre comércio e a cooperação econômica.
- () Plataforma de cooperação internacional pautada na integração social, política e econômica na América Latina e Caribe.
- () Acordo de livre comércio estabelecido entre 12 países banhados pelo Oceano Pacífico, alcançado em 2015.

Assinale a alternativa que preenche os espaços com os códigos corretos e em sua respectiva ordem:

- a) 2, 4, 6, 5, 1, 3.
- b) 6, 5, 1, 4, 3, 2.
- c) 4, 6, 1, 3, 5, 2.
- d) 1, 3, 2, 4, 6, 5.
- e) 5, 2, 4, 1, 3, 6.

3. Analise os dois textos seguintes, sobre duas distintas razões para os países se engajarem em blocos econômicos regionais.

TEXTO 1:

“A Aliança do Pacífico surgiu em resposta a fatores externos do sistema internacional, entre os quais pode-se citar a menor influência dos EUA na região, a crise na Europa e o aumento da participação no comércio internacional dos países da Ásia Pacífico, especialmente da China, aumentando a sua influência no mercado mundial. (ROMERO, 2014, p. 95)

TEXTO 2:

“O anúncio sobre a entrada dos Estados Unidos nas negociações da PTP (Parceria Transpacífico), feito pelo presidente Obama em Tóquio, em novembro de 2009, inscreveu-se em sequência de visitas e discursos governamentais cujo assunto principal foi a **diversificação e o fortalecimento dos vínculos entre aquele país e Estados da região Ásia-Pacífico**. (LINS, 2014, p. 640, grifos nossos)

Assinale, a seguir, a alternativa que sintetiza, na ordem apresentada nos textos, dois motivos para o engajamento de países em blocos regionais de comércio.

- a) O contexto internacional e os interesses econômicos dos países.
- b) Os conflitos internacionais e os interesses políticos dos países.
- c) A competição internacional e o poder de estabilização dos países.
- d) A economia internacional e os vínculos de amizade entre os países.
- e) A hegemonia internacional e o histórico de conflitos entre países.

Referências

- BACELETTE, R. Regionalismo na Ásia: da integração produtiva à institucionalização. **Boletim de Economia e Política Internacional**, p. 21-32, 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4475/1/BEPI_n11_regionalismo.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BARZA, E. As origens do regionalismo econômico: a ALALC, a ALADI, e o processo de integração latino-americana. **Revista Duc In Altum – Caderno de Direito**, v. 4, n. 6, p. 183-224, 2012. Disponível em: <http://faculadadedamas.edu.br/revistafd/index.php/cihjur/article/view/101/93>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Blocos e países. In: BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Séries Históricas**. 2019. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BRESSAN, R.; LUCIANO, B. A Comunidade Andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 65, p. 62-80, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v26n65/0104-4478-rsocp-26-65-0062.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BUENO, C. Brexit e o novo momento para a Europa. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 4, pp. 14-16, 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000400006. Acesso em: 12 fev. 2019.
- CARNEIRO, F. Parceria trans-pacífico: um acordo megarregional na fronteira da regulação do comércio internacional? **Texto Para discussão do IPEA**, p.1-45, 2015. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121616/1/832282774.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- COSTA, O. **A União Europeia e sua política exterior: história, instituições e processo de tomada de decisão**. Brasília: Funag, 2017. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1189-Uniao_europeia_e_sua_politica_exterior.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.
- DAVIS, R. El Pacto Andino: un modelo original de integración. **El Trimestre Económico**, v. 43, n. 170(2), p. 297-320, 1976. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20856553>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- EUA, Canadá e México fecham acordo para substituição do Nafta. **Uol**, Estadão Conteúdo, 1 out. 2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2018/10/01/eua-canada-e-mexico-fecham-acordo-para-substituicao-do-nafta.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- FREITAS, V. México: da crise da dívida externa ao advento do Nafta. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. Disponível em: <https://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Vinicius%20Ruiz%20Albino%20de%20Freitas.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- KUME, H.; PIANI, G. Mercosul: o dilema entre a união aduaneira e a área de livre-comércio. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 4, p. 370-390, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v25n4/28289.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- LINS, H. N. Parceria trans-pacífico: novas geometrias do capitalismo global. **Contexto Internacional**, v. 36, n. 2, p. 623-653, 2014. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v36n2a10.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MENDONÇA, A. A integração monetária na Europa: da União Europeia de pagamentos ao euro. In: ROMÃO, A. (Org.). **Economia Europeia**. Lisboa: Celta, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/6158007/A_integra%C3%A7%C3%A3o_monet%C3%A1ria_na_Europa_da_Uni%C3%A3o_Europeia_de_Pagamentos_ao_euro. Acesso em: 12 fev. 2019.

NIEMEYER, L.; COSTA, M. **O Nafta e as assimetrias**: o caso do México. Programa de Pós-Graduação em Economia Política da PUC-SP, 2012. Disponível em: https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/economiapolitica/texto_para_discussao_nafta_e_as_assimetrias_mexico_2012.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

O ISOLACIONISMO de Trump. **O Estado de São Paulo**, 3 jun. 2017. Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-isolacionismo-de-trump,70001824346>. Acesso em: 12 fev. 2019.

OLIVEIRA, H. A. Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia. **São Paulo em Perspectiva**, v.16, n.1, pp. 114-124, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n1/12129.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ROMERO, A. Aliança do Pacífico: soberania nacional e estratégia de integração na América Latina? **Conjuntura Global**, v. 3, n. 2, p. 89-98, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/37589/22996>. Acesso em: 12 fev. 2019.

SCHMITTER, P. C. A Experiência da União Europeia e seu potencial para a integração regional. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, n. 80, pp. 9-44, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/673/67315841002.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

VITOR JUNIOR, E. J. **Uma análise das relações econômicas do Nafta**: ênfase em *commodities* energéticas. 110f. Monografia (Graduação em Engenharia de Petróleo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10024602.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ZORATTO, L. **Mecanismos de solução de controvérsias no Nafta e no Mercosul**: lógicas determinantes e seus reflexos sobre as relações entre estado e empresa. 152f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=5230@1. Acesso em: 12 fev. 2019.

Unidade 4

Novas perspectivas regionais

Convite ao estudo

Esta unidade de fechamento de nossa disciplina pretende engajar o estudante em debates contemporâneos no contexto da regionalização do espaço mundial. Seleccionamos três abordagens originais a serem aqui tratadas: o debate sobre a cooperação internacional a partir do entendimento dos países como territorialidades em busca de desenvolvimento; a (re)emergência da Ásia no contexto global; e as preocupações sobre meio ambiente no âmbito do desenvolvimento sustentável do espaço e dos territórios. Questões atuais, como: por que as tecnologias disruptivas levantam tantos debates no mundo contemporâneo? É possível estabelecer alguma relação da Ásia a essas tecnologias? O que temas, como mudanças climáticas e poluição dos ecossistemas, trazem de contribuição para a Geografia? Como os países e as regiões têm se engajado em cooperações para solucionar seus problemas de subdesenvolvimento?

Observamos que esta unidade tem a função de estimular e desenvolver competências visando à compreensão de questões ambientais, das diferentes dimensões e disputas no desenvolvimento internacional dos países, analisando como as dinâmicas da cooperação internacional se materializam espacialmente e como influenciam as diferentes escalas de análise da Geografia. Isso será vislumbrado ao abordarmos estratégias de desenvolvimentos nas escalas local, regional e global, observando os desdobramentos dos temas trabalhados em cada delas.

Nesse sentido, vamos acompanhar a professora Selma, que leciona algumas disciplinas no curso de licenciatura em Geografia. Nos últimos anos, ela e muitos colegas têm enfrentado grandes desafios em sala de aula, relacionados à presença constante de dispositivos eletrônicos, como tablets, laptops e smartphones, em sala, os quais, indevidamente utilizados, costumam gerar toda sorte de problemas para os docentes e discentes.

As próximas aulas de Selma terão como tema os processos de cooperação internacional, em relação às temáticas ambientais, o que remete à interação de técnicos, políticos e consultores especializados em suas áreas de atuação. Muitos estudantes até se sensibilizam com as questões ambientais e conseguem visualizar a importância dos debates, no entanto a articulação entre a

cooperação internacional e a urgente necessidade de atuação conjunta ainda é algo que fica no imaginário dos estudantes e restrito ao debate baseado em senso comum.

Para tratar temas de cooperação internacional entre países por meio de dinâmicas que estimulem o trabalho em equipe e a cooperação entre os próprios alunos, Selma solicitou uma pesquisa, que deveria ser realizada nos smartphones, tablets, notebooks e afins, sobre problemas ambientais que estivessem relacionados à sua própria realidade. Nesse contexto, ela destacou: as contaminações de rios que abastecem o próprio município e os circunvizinhos, comprometendo toda a bacia hidrográfica, e o descarte de produtos eletroeletrônicos (celulares, por exemplo), consumidos em larga escala, em locais inadequados, que não promovem o destino correto deles, algo que tem se intensificado nos últimos anos em função do desenvolvimento regional e da ascensão global da Ásia, como grande produtora de bens de consumo.

Essas são questões que instigarão nossa reflexão no contexto da unidade.

Para tanto, a Seção 1 está baseada no estudo da cooperação internacional e nas implicações da regionalização dos espaços para fomentar essa cooperação, nas escalas local, regional e global. Ou seja, abordaremos em que consiste a cooperação internacional em ciência e tecnologia, saúde, e segurança, bem como suas implicações para a regionalização dos espaços. A Seção 2 propicia o debate mais apurado sobre a Ásia e a crescente importância dela no contexto global. Dividimos esse continente em três macrorregiões: Sul, Leste e Sudeste, abordando aspectos culturais, políticos, econômicos e geoestratégicos dos principais países que integram cada região. Por fim, a Seção 3 se propõe a analisar como as questões ambientais vem sendo tratadas na Geografia e nas discussões sobre regionalização dos espaços. Veremos como processos de negociação política internacional, que culminam em conferências ou acordos (como o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris), se dão no que tange ao meio ambiente, além de verificar quais são os avanços e as limitações desses processos.

Bons estudos!

Regionalização e cooperação internacional

Diálogo aberto

Na atualidade, é comum notar países trabalhando em cooperação com outros em seus processos de desenvolvimento político e econômico. Contudo, há de se considerar como esses trabalhos ocorrem, do ponto de vista dos mecanismos de regionalização e cooperação internacionais.

Vamos acompanhar a professora Selma, que leciona para o curso de graduação em Geografia. Ela, assim como muitos outros colegas, sente um pouco de dificuldades em lidar com estudantes que parecem muito mais interessados em seus celulares, tablets e afins do que na aula em si. Isso costuma ser muito comum, tanto para professores do ensino superior quanto para aqueles que trabalham na educação básica.

O tema da aula a ser preparada por Selma versa sobre a cooperação internacional e logo ela se pergunta como deverá proceder diante da situação. Preocupada com os prejuízos que os usos indevidos dessas tecnologias em sala de aula podem acarretar para si e para seus estudantes, a professora adentrou a sala e apresentou a seguinte notícia à turma:

“O primeiro trimestre de 2018 trouxe boas notícias sobre o mercado de celulares: a venda de smartphones voltou a crescer nesse primeiro período do ano segundo a Gartner. O aumento de 1,3% em relação ao começo de 2017 mudou o cenário de queda nesse comércio, que teve com grandes personagens a Huawei e a Xiaomi: as gigantes chinesas foram as que mais cresceram em vendas nesse período. (FARINACCIO, 2018, [s.p.])

Com tantos aparelhos celulares disponíveis no país e com o destaque para as empresas internacionais nesse crescimento do consumo, Selma provocou os estudantes solicitando que eles pensassem como regular a entrada de mercadorias importadas em um país em um cenário no qual a cooperação internacional é fato, e a globalização do comércio é condição de existência. Em segundo lugar, eles deveriam pensar em como administrar e mediar a cooperação em áreas de tecnologia, saúde e ciência, haja vista que a produção/consumo de celulares envolve, inevitavelmente, C&T, e o descarte dos aparelhos antigos, decisivamente, é uma questão de saúde.

Vamos acompanhar como Selma realizará a mediação dessas interações. Bons estudos!

Não pode faltar

Organizações internacionais (ONU e suas agências especializadas), OMC e FMI e as configurações espaciais no mundo globalizado

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização inter-governamental, fundada em 1945, com o intuito de promover a paz e a segurança no Sistema Internacional, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na carta de fundação da ONU, está explícito qual o seu objetivo e o motivo pelo qual foi fundada (impedir que a humanidade se engaje novamente em flagelos como as duas guerras mundiais). O trecho da carta reproduzido a seguir ilustra isso:

“ Nós, os povos das Nações Unidas, resolvimos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla. (ONU BRASIL, 2018a, p.1)

A estrutura organizacional e burocrática da ONU tem 18 organizações, voltadas para a tratativa das mais diversas temáticas, desde alimentação, agricultura, aviação civil, educação, ciência, saúde, cultura, entre outras. O quadro seguinte apresenta essas agências.

Quadro 4.1 | ONU e suas principais agências especializadas

#	Sigla	Agência	Sede	Fundação
1	FAO	Organização para Alimentação e Agricultura	Roma	1945
2	FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola	Roma	1977

3	OACI	Organização da Aviação Civil Internacional	Montreal	1947
4	OIT	Organização Internacional do Trabalho	Genebra	1919
5	OMI	Organização Marítima Internacional	Londres	1959
6	OIM	Organização Internacional para as Migrações	Le Grand-Saconnex, Suíça	1951
7	FMI	Fundo Monetário Internacional	Washington, D.C.	1945
8	UIT	União Internacional de Telecomunicações	Genebra	1957
9	UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	Paris	1945
10	UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial	Viena	1985
11	UPU	União Postal Universal	Berna	1874
12	GBM	Grupo Banco Mundial	Washington, D.C.	1945
13	OMS	Organização Mundial da Saúde	Genebra	1948
14	OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual	Genebra	1967
15	OMM	Organização Meteorológica Mundial	Genebra	1950
16	OMT	Organização Mundial do Turismo	Madrid	1974
17	AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica	Viena	1957
18	PMA	Programa Mundial de Alimentação	Roma	1961

Fonte: elaborado pelo autor, com base em ONU BRASIL (2018b).

Além dessas agências, a ONU possui diversas instâncias representativas, organismos e programas contínuos. No Brasil, por exemplo, estão presentes os seguintes: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Banco Mundial, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), FAO, FIDA, FMI, OIM, OIT, OMPI, ONU Meio Ambiente, ONU Mulheres, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)/OMS, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), UIT, Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), UNESCO, Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC-Rio), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), UNIDO, Escritório das

Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) (ONU BRASIL, 2018b). Ou seja, uma vasta gama de comissões, fundos, projetos, programas, escritórios e organismos que viabilizam a cooperação internacional entre o Brasil e os outros 192 países que compõem o Sistema ONU.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma agência que “trabalha para promover a cooperação monetária global, garantir a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover o alto nível de emprego e o crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza em todo o mundo” (ONU BRASIL, 2018b, p. 1). Nesse contexto, atua em três frentes: monitoramento do sistema monetário internacional; empréstimos aos 193 países-membros da ONU; e capacitação aos funcionários responsáveis por políticas econômicas dos países membros, auxiliando-os a desenhar e implementar políticas econômicas que promovam a estabilidade e o crescimento.

Já a Organização Mundial do Comércio (OMC) não está vinculada ao sistema ONU, porém sua atuação é vital para a cooperação no comércio internacional. Segundo Nóbrega (2016, p. 1), a OMC é crucial para a cooperação internacional para o desenvolvimento, porque atua

“na promoção de um livre comércio e, com isso, possibilita o desenvolvimento dos seus Estados-Membros. Para tanto, atua no combate ao protecionismo e a barreiras alfandegárias e não alfandegárias, além de coibir práticas desleais de comércio - a exemplo do *dumping* - dentre outros obstáculos à livre condução do comércio internacional.

Sendo assim, tanto o FMI quanto a OMC atuam como mecanismos institucionais de facilitação da cooperação internacional.

Acordos de cooperação internacional em saúde, ciência e tecnologia

A cooperação internacional pode ser dar em diversas frentes temáticas, conforme pudemos observar. Aqui, abordaremos a cooperação internacional em saúde, ciência e tecnologia, dada a relevância e importância desses temas no desenvolvimento internacional dos países.

A **cooperação internacional em saúde** reflete, de muitas formas, as diferenças de riqueza e poder entre países no sistema internacional. De acordo com Buss e Ferreira (2010, p. 95),

“a maior parte das atividades em saúde internacional não é compartilhada entre nações ‘equivalentes’; elas refletem a ordem política e econômica internacional, na qual a ‘assistência’ internacional é ‘provida’ pelas nações ricas e industrializadas e ‘recebida’ pelos países pobres e subdesenvolvidos. (...) A assistência internacional reflete as relações geopolíticas e reproduz os desequilíbrios de poder e recursos. Isto significa que, como ação integrante e fundamental nas relações internacionais, a cooperação internacional reproduz as relações de poder instaladas no mundo globalizado e só será efetivamente modificada se também se alterarem as estruturas e regras da governança global em saúde.

Assim, para os autores, é importante ressaltar a distinção entre **assistência técnica** e **cooperação técnica**. “A primeira se baseia em iniciativas pré-definidas, desenvolvidas unilateralmente por doadores, com baixa ou nenhuma participação dos beneficiários; já a segunda, representa um esforço conjunto que integra doadores e beneficiários em parceria na qual as experiências prévias e as orientações estratégicas são compartilhadas.” (BUSS; FERREIRA, 2010, p. 94).

No caso brasileiro, a cooperação internacional em saúde é inserida, sobretudo, no conteúdo da **Cooperação Sul-Sul**. Esse tipo de troca de conhecimentos técnicos em saúde tem visado, sobretudo, à cooperação entre o Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, principalmente na África.

“A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) foi convocada a assumir o papel de ponto focal privilegiado nessa cooperação, confirmando seu histórico papel nacional e internacionalmente. Um Escritório Regional de Representação da Fiocruz foi inaugurado na África em outubro de 2008, em Maputo, Moçambique, com a presença do Presidente Lula e dos ministros da saúde de ambos os países, reiterando a missão internacional da instituição e o compromisso governamental. (ALMEIDA *et al.*, 2010, p. 26)



Exemplificando

Existem marcantes diferenças entre os conceitos de Cooperação Sul-Sul e Cooperação Norte-Sul.

A **Cooperação Norte-Sul** é a mais tradicional, ao estabelecer que os países do “Norte” desenvolvido são os únicos detentores de capacidades

(científicas, tecnológicas, técnicas, econômicas, etc.) para auxiliarem os países do “Sul” (subdesenvolvido) a desenvolver-se por meio da cooperação, que mais se assemelha a uma transferência unilateral de projetos. Assim, por exemplo, só faria sentido países ricos e desenvolvidos (EUA, Reino Unido, Alemanha, etc.) cooperarem com países em desenvolvimento (Brasil). Está focada em hierarquias verticais.

Por outro lado, a **Cooperação Sul-Sul** traz uma concepção contemporânea de cooperação ao reconhecer que os países do “Sul” dispõem de atributos e capacidades técnicas para o fomento à cooperação entre si. Focada em relações horizontais entre os países, desafia as hierarquias globais e empodera os países a cooperarem, independentemente de serem considerados “desenvolvidos”. Nesse sentido, insere-se a cooperação do Brasil com vários países africanos de língua portuguesa.

No que tange à **cooperação internacional em ciência e tecnologia (C&T)**, observa-se um edificante debate com centro no desenvolvimento dos setores de educação (em seus níveis básico, superior e técnico) e de intercâmbio de mecanismos e políticas bem-sucedidas de determinados países para outros.

Silva (2007) observa que a cooperação internacional em C&T ocorreu, no contexto brasileiro, de três formas distintas, de acordo com o parceiro comercial, durante os anos 2000. Na América do Sul, coube ao Brasil a maior parte do financiamento das atividades de C&T do bloco, como o Programa Sul Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia do Brasil com os Países da América do Sul (Prosul).

Segundo a mesma autora, no que tange à Cooperação Sul-Sul, ela tem sido pouco efetiva em relação à C&T, uma vez que não há engajamento ou políticas estratégicas de coordenação e cooperação entre as instituições de ciência e tecnologia mais competitivas da região.

O que ocorreu nos últimos anos, no Brasil, foi uma tendência governamental “de procurar parceiros fora do eixo tradicional, ou seja, da tríade EUA-Europa Ocidental e Japão” (SILVA, 2007, p. 19). Assim, os interesses se voltaram para países com uma economia em transição, com destaque para os membros dos BRICS nesse contexto.

Acordos de cooperação internacional em segurança

No tocante à cooperação internacional em segurança, pode-se dizer que ela se dá tanto no contexto de criação e desenvolvimento conjunto de estratégias, tecnologias e equipamentos para uso militar e de defesa quanto nas missões de

paz que certos países executam em outros em declínio político ou situação de grave risco à população (por exemplo, em contextos de Estados falidos).



Assimile

Estados falidos são países em estado de desintegração, cujas capacidades políticas dos governos entram em declínio e estágio crítico. Os padrões de vida dos cidadãos declinam a um ponto em que podem emergir guerras civis, sérios riscos à saúde e à segurança dos cidadãos e um extremo colapso na soberania dos governos. Exemplos de destaque na política internacional contemporânea são os casos do Iêmen e da Síria.

No primeiro dos casos exemplificados no texto anterior (Iêmen e Síria), os acordos bilaterais são mais comuns que os multilaterais, e são vários os exemplos de acordos de cooperação bilateral em segurança. Em 2016, por exemplo, Estados Unidos e Israel firmaram um dos maiores acordos bilaterais de segurança dos últimos anos, descrito por Costa (2016, p. 1), conforme segue:

“Após 10 meses de negociação, Israel e EUA finalizaram a redação de um Memorando de Entendimento (ME), que estabelece o envio anual de 3,8 bilhões em auxílio militar para o governo israelense entre 2019 e 2028. O valor negociado totaliza U\$ 38 bilhões, o maior negociado bilateralmente pelo governo estadunidense com qualquer outro país no setor militar. Este arranjo substituirá o acordo já existente entre os dois países, que expira em 2018 e prevê o envio de um total de U\$ 3,1 bilhões por ano em assistência militar para Israel, sem versar sobre outros aspectos. Especialistas apontam que uma das mudanças mais significativas em relação ao antigo acordo é a inclusão de um fundo de U\$ 500 milhões para programas de defesa antimísseis, antes negociado anual e separadamente. Em contrapartida, Israel concordou em se abster de pedir ao Congresso dos EUA apoio financeiro para manutenção de escudos antiprojéteis.

Já no que tange ao segundo tipo muito comum de cooperação em segurança, o engajamento das forças armadas do Brasil na chamada Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) é um caso de destaque.

Segundo a embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes, “A MINUSTAH constitui marco na cultura de operações de manutenção da paz do Brasil. O

êxito do comando militar da Missão configurou indubitável ativo diplomático auferido pelo País que o posiciona como referência de conduta e profissionalismo a ser seguido em missões de paz” (MORAES, 2017, p. 9). É possível distinguir três componentes que influenciaram a MINUSTAH, de acordo com a autora: a diplomacia, o desenvolvimento e a defesa. “O compromisso do Brasil com o Haiti estendeu-se para além da esfera militar e da segurança tradicional e seguiu enfoque eminentemente multidimensional, atento à superação das causas profundas e estruturais do conflito no país”, incluindo aspectos econômicos, políticos e sociais como causas do conflito (MORAES, 2017, p. 10).



Refleta

Como você avalia a participação de países em desenvolvimento como o Brasil em missões de paz da ONU, como o exemplo da MINUSTAH demonstrou? É possível que esse tipo de participação impacte positivamente no status internacional do país que contribuiu com a missão, de forma a auxiliar positivamente em seu desenvolvimento econômico?

Verifique que nas missões de paz há um gasto de recursos (sobretudo, humanos e financeiros) considerável por parte do país que lidera a missão. No caso brasileiro, será que esses recursos retornaram sob a forma de status internacional ou desenvolvimento econômico?

Em contexto histórico,

“o Brasil já participou de aproximadamente 50 missões das Nações Unidas, tendo enviado cerca de 50 mil militares ao exterior. Atualmente, o Brasil mantém observadores militares e oficiais de Estado-Maior em missões no Chipre, na República Centro-Africana, no Saara Ocidental, na República Democrática do Congo, na Guiné Bissau, no Sudão e no Sudão do Sul. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2018, [s.p.])

Estado-Nação e cooperação descentralizada: paradiplomacia

O termo **paradiplomacia** surge com a emergência dos governos subnacionais, ou governos não-centrais, operando no contexto internacional. Nesse interim, cidades, estados federados e regiões administrativas são exemplos de governos não-centrais.

Esse termo foi desenvolvido, inicialmente, no contexto de atividades internacionais executadas por províncias do Canadá. O fenômeno pode ser relacionado ao processo de globalização na medida em que este possibilita que **governos não-centrais**, dentre eles as cidades, tornam-se corresponsáveis pela atração de investimentos internacionais.

No caso do Brasil, tanto governos estaduais quanto municipais são exemplos de governos não-centrais. De acordo com Nunes (2005, p. 17), o Direito Internacional Público “estabelece que somente o Estado soberano pode manter relações com outros países ou organizações internacionais, porém ele não define quem no interior do Estado tem competência para tratar de tal assunto”. Segundo a mesma autora, tal tarefa seria matéria do Direito interno.

Independentemente dos debates jurídicos que regimentam, possibilitam ou impedem legalmente o fenômeno da paradiplomacia, o fato é que ele vem ocorrendo com cada vez mais intensidade no contexto internacional.



Saiba mais

Para entender melhor o conceito de paradiplomacia e a sua importância para o desenvolvimento regional e local, sugere-se a leitura da introdução da dissertação de mestrado de Carmem Nunes (da página 8 à 12). A partir desse texto, você poderá compreender mais claramente quais são os atores envolvidos, os interesses, os impactos políticos e econômicos e as divergências jurídicas suscitadas pela atuação internacional de governos não-centrais.

NUNES, C. **A paradiplomacia no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul**. 2005. 163f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2005.

A paradiplomacia se dá em vários âmbitos, por exemplo: quando há trocas de políticas públicas entre municípios de distintos países; quando cidades olímpicas cooperam com sedes olímpicas anteriores, para aprender com a experiência desses eventos passados; ou, ainda, quando missões diplomáticas municipais ou estaduais visitam outras cidades do mundo em busca de parcerias estratégicas comerciais ou prospecção de novos negócios. Esse tipo de missão é característica de grandes cidades, ou das chamadas cidades globais.

Vamos retomar o dilema da professora Selma, que, na verdade, é compartilhado por muitos colegas professores: as dificuldades em lidar com estudantes que parecem muito mais interessados em seus celulares, tablets e afins do que na aula em si.

Para a aula de hoje, o tema é cooperação internacional, e logo Selma se pergunta como deverá proceder diante da situação. Preocupada com os prejuízos que os usos indevidos dessas tecnologias em sala de aula podem acarretar para si e para seus estudantes, a professora apresentou à turma um breve trecho de uma notícia que mostrava o aumento do consumo de smartphones e que os mais procurados eram aqueles de empresas chinesas.

Selma coloca em pauta que com tantos aparelhos celulares disponíveis no país e com o destaque para as empresas internacionais nesse crescimento do consumo é necessário regular a entrada de mercadorias importadas em um cenário no qual a cooperação internacional é fato, e a globalização do comércio é condição de existência. Em segundo lugar, é preciso pensar em como administrar e mediar a cooperação em áreas de tecnologia, saúde e ciência, haja vista que a produção/consumo de celulares envolve, inevitavelmente, C&T, e o descarte dos aparelhos antigos, decisivamente, é uma questão de saúde.

Para tanto, ela divide a turma em quatro grupos, a saber:

- I. Seu país apresenta domínio de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, mas não dispõe de um grande mercado consumidor para consumo. Inserido em uma lógica globalizada de produção, o comércio com outros países é condição *sine qua non*.
- II. Seu país apresenta desenvolvimento científico de ponta, mas o processo de transição demográfica não tem reposto a população economicamente do país e, por isso, há lacunas no mercado de trabalho que precisam ser preenchidas.
- III. Seu país é subdesenvolvido, apresentando sérias questões relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico e ao desemprego, contudo sua mão de obra é abundante e barata, porém apresenta baixa escolaridade. Isso leva o governo a realizar acordos impensáveis, como receber lixo eletrônico de países desenvolvidos em seu território.
- IV. Seu país está em desenvolvimento, com um mercado consumidor relativamente pujante, grandes centros comerciais internacionais e, ao mesmo tempo, grandes desigualdades socioeconômicas. É um

dos grandes consumidores de tecnologia internacional, haja vista que suas empresas não suprem a demanda de seus mercados.

Segundo, a partir dessas divisões em quatro grupos, cada um deles terá de negociar possíveis acordos de cooperação com cada um dos outros três grupos. Da seguinte maneira: 1) cada grupo tem 10 minutos para discutir com seus membros internos sobre as necessidades e os recursos dos três possíveis parceiros; 2) em uma segunda etapa, cada grupo terá cinco minutos com cada um dos outros grupos para expor as necessidades e os recursos de ambos e prospectarem possíveis possibilidades de cooperação; 3) ao final, deverão ter sido formulados os dois acordos de cooperação bilateral mais adequados, de comum acordo entre os grupos.

Terceiro, após a decisão sobre os dois acordos de cooperação bilateral, os alunos devem classificá-los em cada uma das seguintes categorias: o acordo foi de cooperação técnica (ciência, tecnologia, educação), em saúde, em segurança, ou comercial? Caso não haja uma classificação exata, valem aproximações.

Assim, o conteúdo da seção e essa dinâmica prática sobre cooperação internacional relacionam-se aos objetivos de nossa unidade ao fornecerem elementos para os alunos compreenderem como a cooperação internacional (incluindo aí a ambiental) ocorrem e quais os fatores (necessidades, recursos, organismos internacionais, entre outros) que impulsionam ou constroem esses movimentos de cooperação.

Faça valer a pena

1. A cooperação descentralizada, também chamada de paradiplomacia, é uma prática crescente no sistema internacional. Cidades, estados federados e regiões, todos considerados governos não-centrais, atuam internacionalmente com os mais diversos fins, desde a cooperação para o desenvolvimento econômico local até a troca de políticas públicas.

Sobre a paradiplomacia, assinale a alternativa correta.

- a) É uma prática amplamente aceita pelos governos centrais.
- b) É uma prática muito questionada juridicamente e politicamente.
- c) É uma prática que interfere negativamente no desenvolvimento regional.
- d) É uma prática que se desacelera com o processo de globalização.
- e) É uma prática muito comum no Sul global, mas não no Norte global.

2. Leia atentamente o texto e preencha corretamente as lacunas:

A cooperação internacional ocorre por meio de diversas agências e em diversas temáticas. A/O _____ possui 18 agências principais para estruturar e auxiliar práticas de cooperação internacional. No caso, o/a _____ é responsável por promover a cooperação monetária global, garantindo a estabilidade financeira e facilitando o comércio internacional. Já a/o _____ é responsável pelo combate ao protecionismo e a barreiras alfandegárias e não alfandegárias, além de coibir práticas desleais de comércio.

O preenchimento correto dos espaços deve conter, respectivamente, os organismos dispostos na alternativa:

- a) OMC, FMI, ONU.
- b) ONU, OMC, FMI.
- c) OMC, ONU, FMI.
- d) ONU, FMI, OMC.
- e) FMI, ONU, OMC.

3. O texto a seguir observa uma parte do histórico de surgimento da cooperação internacional na área econômica.

“No jargão das Relações Internacionais, quando a ação cooperativa assume uma forma regular e organizada diz-se que há o estabelecimento de regimes internacionais. A história econômica oferece um exemplo bastante ilustrativo do significado da cooperação internacional que dá início à formação dos regimes internacionais no campo monetário, financeiro e comercial. Quando a crise econômica se instalou a partir do colapso da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, a atitude dos governos das principais economias foi a de buscar isoladamente suas próprias soluções. (...) Entre 1930 e 1932 o comércio internacional reduziu-se em quase 70% e as fontes de crédito praticamente desapareceram produzindo falências e elevação das taxas de desemprego nas principais economias. O fracasso dessas iniciativas, tomadas pelos governos isoladamente sob o entendimento de que apenas exercitavam sua soberania, mostrou que os problemas transcendiam as fronteiras nacionais e que a única alternativa seria a cooperação internacional uma vez que a atividade econômica dos países havia se tornado parte de um sistema global. (SATO, 2010, p. 50)

A imagem a seguir, por sua vez, ilustra um painel da COP 21 (*Conference of the Parties*), a Conferência das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas, ocorrida em 2015 em Paris. Nela, foi formalizado o Acordo de Paris, substituto do Protocolo de Quioto no que tange à cooperação internacional climática. Perceba a grande quantidade de negociadores de diversos países.

Figura 4.1 | Fórum Internacional da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima



Fonte: <http://www.cop21paris.org/>

Baseado nos dois elementos assinalados anteriormente, assinale a única alternativa que sumariza corretamente as principais ideias que eles transmitem sobre a cooperação internacional.

- a) A cooperação econômica existiu, principalmente, na primeira metade do século XX; já a climática é típica do século XXI.
- b) Os problemas identificados na cooperação econômica são muito diferentes daqueles identificados na climática.
- c) Após os problemas identificados no isolacionismo, a maioria dos países se engaja na cooperação internacional atualmente.
- d) A cooperação econômica é mais fácil de se alcançar do que a climática, já que envolve diretamente os interesses dos Estados.
- e) A cooperação internacional econômica é típica dos países desenvolvidos, ao passo que a climática envolve todos os países.

Ásia e a Nova Ordem Global

Diálogo aberto

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, notamos que há muito mais mercadorias estrangeiras disponíveis no mercado. O destaque ficou com aquelas *Made in China*, *Made in Taiwan*, *Made in South Korea*, que passaram a fazer parte do nosso cotidiano. De automóveis a eletroeletrônicos, roupas, calçados, alimentos, enfim, toda sorte de produtos comercializados nas prateleiras dos mais diversos locais.

Diante disso, é possível afirmar que o continente asiático apresenta grande importância no que se refere ao sistema internacional na atualidade. Assim, vamos refletir sobre o papel que grandes empresas multinacionais asiáticas representam no processo de ascensão da Ásia no contexto internacional.

Vamos lembrar da professora Selma, que tem enfrentado alguns desafios em sala de aula, muito comuns a todos os docentes. O destaque diz respeito ao uso indevido das modernas tecnologias, que acabam por gerar dispersão e falta de interesse. A professora entende que isso pode comprometer o processo de ensino e aprendizagem e que o professor precisa interferir, a fim de conduzir seu uso de maneira favorável, ou seja, aproveitar-se das tecnologias para promover momentos de aprendizagem significativa.

Exatamente por conta disso, uma das estratégias de ensino criadas por ela é o uso dos próprios artefatos tecnológicos como ferramentas para trabalhar os conteúdos das aulas. Por exemplo, ao abordar o tema da emergência da Ásia no contexto econômico e político global, a professora questiona qual o papel das tecnologias para essa reconfiguração no sistema internacional, refletindo acerca da importância na Ásia na democratização ou diminuição dos preços dos aparatos tecnológicos, como smartphones, verificada, sobretudo, a partir dos anos 2000.

Quando Selma chegava para a aula do dia, encontrou seus estudantes assistindo a um vídeo que mostra as grandes cidades chinesas, com enormes populações, vivendo em grandes conglomerados residenciais, pequenos e com más condições de higiene. Conforme tal vídeo, esse era um reflexo do crescimento rápido e desordenado dessas metrópoles, devido à migração substancial de mão de obra do interior da China para grandes metrópoles, como Shanghai e Pequim, onde as fábricas e a produção industrial e manufatureira se concentram.

Um aluno observou, baseado nesse vídeo, que a Ásia é um continente com uma grande abundância de mão de obra, a qual, portanto, é muito barata. Por conta disso, as empresas, sobretudo as de tecnologia, verificam altas taxas de produtividade a baixos custos de produção nesse continente. Por isso, os preços dos produtos eletrônicos asiáticos são muito competitivos no mercado internacional, e verificam-se altas taxas de desenvolvimento regional. Ainda segundo o estudante, todos os países do continente possuem essa condição em relação à mão de obra e, portanto, são altamente competitivos internacionalmente.

Após o aluno descrever sua percepção sobre a situação na China, outra aluna questionou se a generalização feita pelo colega, sobre todos os países da Ásia apresentarem altas taxas de produtividade e desenvolvimento regional, realmente se aplicaria. Para ela, visivelmente, alguns países e regiões da Ásia possuem alto nível de desenvolvimento econômico no contexto internacional, como ocorre com a China. Porém, a estudante entende que a realidade de uma série de países asiáticos ainda é precária em termos de desenvolvimento, educação, saúde, entre outras áreas, de modo que não podem ser comparados com a China.

Baseado nessas duas visões dos estudantes, em que o primeiro aluno acredita em um desenvolvimento coletivo na Ásia, ao passo que a segunda aluna verifica um desenvolvimento desigual, a professora Selma buscou realizar alguns questionamentos para iniciar a busca por respostas para esclarecer essas percepções dos estudantes. Quais países e regiões da Ásia apresentariam os melhores níveis de desenvolvimento? E quais não teriam acompanhado essa tendência? O que explica essas disparidades?

Vamos acompanhar de que forma a professora Selma abordará essas questões em sua aula, de maneira a possibilitar um melhor entendimento por parte de seus alunos.

Não pode faltar

Ásia: religião, demografia e meio ambiente

Conforme Weightman (2011), a religião é importante para a compreensão das formas de organização dos grupos sociais, na medida em que define uma série de características de uma certa sociedade. Por exemplo, define papéis sociais, afeta sistemas políticos e políticas públicas e influencia práticas agrícolas, comerciais, econômicas e cotidianas. O **Hinduísmo**, o **Budismo**, e o **Islamismo** são as três principais religiões do continente asiático.

Weightman (2011) aponta o **Hinduísmo** como predominante na Índia e, por isso, lá exerce papel fundamental na sociedade e na política dos locais

que o adotam. Bons exemplos são os rituais de cremação de corpos, realizados preferencialmente no Rio Ganges, e a prática do vegetarianismo. Nesse sentido, Varanasi, cidade indiana, costuma receber milhares de praticantes do Hinduísmo para a realização de seus rituais e/ou cultos.

O **Budismo**, por sua vez, tem sua origem associada ao subcontinente indiano, e a maior parte de seus praticantes está concentrada no Oriente, em países como China, Japão e Tailândia. O caso do 14º Dalai Lama é emblemático: de origem tibetana, o líder religioso é também o líder político da província do Tibete e, por conta da incorporação desta à China, ele se viu forçado a se refugiar na Índia, em 1959, onde está até então e de onde exerce o governo no exílio.

Já o **Islamismo** tem sua origem em torno de duas cidades consideradas sagradas: **Meca** e **Medina** (ambas na atual Arábia Saudita), por volta do século VI da era cristã. É dividido em dois grandes ramos: a maioria dos muçulmanos são **sunitas ortodoxos**, ao passo que os “(...) **xiitas** correspondem a menos de 15%” (WEIGHTMAN, 2011, p. 12, tradução nossa). O Islamismo xiita se estabelece na Pérsia (atual Irã) no século XVI e, em seguida, é disseminado pelo **Iraque, Afeganistão e Paquistão**, influenciando, inclusive, o Islamismo sunita na **Índia**. O Islamismo é a principal religião monoteísta, estabelece a crença em um único deus e em Maomé, seu único profeta. Dentre seus preceitos, a peregrinação à Meca (que deve ser feita pelo menos uma vez na vida, se as condições de saúde e financeiras assim o permitir) costuma movimentar multidões à mencionada cidade.

Assim, notamos que as três sub-regiões da Ásia apresentam práticas religiosas variadas, e seus respectivos aspectos dogmáticos têm profundas consequências políticas e econômicas, como notamos.

A dinâmica populacional na Ásia é bastante diversa. Alguns países, como Nepal, Paquistão, Mongólia, Camboja, Laos e Timor Leste, possuem altas taxas de natalidade, e outros apresentam altas taxas de mortalidade (acima das taxas de natalidade), como é o caso de Myanmar e Coreia do Norte (WEIGHTMAN, 2011). No que tange às taxas de fecundidade, elas “vem caindo de forma considerável nos últimos 20 anos nos países asiáticos” (WEIGHTMAN, 2011, p. 66, tradução nossa). Notadamente, a China e a Índia se destacam tanto no que tange às suas populações atuais quanto em relação às projeções futuras. Atualmente, são os dois **países mais populosos do mundo**, a China possuindo 1.339 bilhões de habitantes, e a Índia, 1.225 bilhões, segundo dados de 2017 (BANCO MUNDIAL, 2018).

Como esses dados podem ser compreendidos à luz da ascensão da Ásia no contexto internacional? Uma relação que faz bastante sentido é a importância assumida por esses grandes contingentes populacionais na

constituição de uma fonte de mão de obra barata, combustível primordial da pujante economia asiática. Outro ponto importante é relativo à idade média da população, um problema sério em países como o Japão (com uma população envelhecida e baixas taxas de natalidade).



Assimile

Os **países mais populosos do mundo** encontram-se na Ásia. Em 2018, a Época Negócios divulgou a matéria ***Estes serão os países mais populosos de 2018*** (ÉPOCA, 2018), na qual é apresentada uma lista com os 10 países com as maiores populações do planeta. Desses 10, a Ásia tem uma representatividade de 6! Os países são: China, Índia, Indonésia, Paquistão, Bangladesh e Japão. Como essa representatividade se comportará no futuro? É possível que haja aumento do número de países asiáticos entre os 10 com as maiores populações do mundo no curto prazo?

Em termos gerais, há regiões densamente povoadas – sobretudo, nos grandes centros urbanos e nas capitais – e regiões com baixa taxa de ocupação ou povoamento. Nesses casos, verificamos que grandes metrópoles, como Pequim, Tóquio, Shanghai, Manila e Seul, são exemplos de locais densamente povoados na Ásia. Esses polos concentram uma variedade de atividades econômicas e industriais, assim como os centros políticos de poder nesses países. Por outro lado, os problemas ambientais, ecológicos e sociais são mais evidentes nessas metrópoles do que no interior desses países.

No que tange ao meio ambiente, podemos destacar o alto nível de desenvolvimento de tecnologias de prevenção de desastres naturais, sobretudo em países como Japão, muito assolado por terremotos. Parte considerável dos desastres naturais existentes no mundo ocorrem na Ásia (WEIGHTMAN, 2011), sobretudo nas regiões costeiras do Oceano Pacífico, sujeitas a frequentes abalos sísmicos e fatores internos de movimentação da crosta terrestre, como tsunamis, terremotos e erupções vulcânicas. Por isso mesmo, essa região é conhecida como o **Anel de Fogo do Pacífico**.

Outro aspecto interessante do meio físico asiático é a forte presença de arquipélagos.

“ O sul, o leste e o sudeste da Ásia são cercados por ilhas. Algumas, como Sri Lanka e Cingapura, são Estados politicamente independentes. Outras fazem parte de cadeias de ilhas chamadas arquipélagos. O Japão, as Filipinas e a Indonésia são todos arquipélagos. Cada um compreende várias ilhas maiores e centenas, ou mesmo milhares, de ilhas menores. O Japão é representado pela grande

ilha de Honshu, mas há outras três ilhas consideráveis (Hokkaido, Kyushu e Shikoku) e centenas de ilhas menores. As Filipinas incorporam mais de 7.000 ilhas, juntamente com as maiores ilhas de Luzon e Mindanao. (WEIGHTMAN, 2011, p. 32, tradução nossa)

Isso nos mostra como a insularidade é tão relevante para a Ásia. De fato, alguns de seus países mais importantes, como Japão, Filipinas, Malásia e Indonésia, são nações insulares, suscetíveis a uma variedade de riscos naturais e à diversidade climática.

Vale ainda ressaltar a importância dos arrecifes de corais na Ásia, uma vez que mais da metade dos recifes de corais do mundo se situam no Oceano Índico (WEIGHTMAN, 2011). As preocupações climáticas que derivam do aquecimento global também são um tópico sensível no que tange ao continente asiático. As taxas de emissões de gases de efeito estufa (sobretudo, CO₂) são crescentes, principalmente, em países como a China, em franco processo de industrialização.

Sul asiático: Índia, Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka

A **Índia** é o maior país do sul da Ásia e o mais populoso. A grande população indiana se concentra, sobretudo, no Vale do Rio Ganges. Sua sociedade está dividida em castas, determinando a existência de estratos superiores e inferiores da população. Algumas das questões mais sensíveis para o país dizem respeito à segurança alimentar (que não consegue produzir o total dos alimentos necessários à subsistência de sua grande população, levando a graves problemas sociais), poluição, gestão e distribuição da água.

O **Paquistão** é o sexto país mais populoso do mundo (BANCOMUNDIAL, 2018). Trata-se de uma República Islâmica, que sofre constante instabilidade política e econômica. Na região de Waziristan, estabeleceu-se um dos grupos terroristas mais relevantes, o *Federally Administered Tribal Areas* (FATA). Considera-se que há outros grupos terroristas atuando na região, dentre eles, as distintas seções do Islã xiita e sunita, grupos anti-Índia, o Talibã afgão, o Talibã paquistanês e a Al-Quaeda. Outra questão importante no país diz respeito à hiperurbanização, presente de modo muito evidente nesse país (WEIGHTMAN, 2011).

Índia e Paquistão são, portanto, os dois países mais populosos e economicamente expressivos do sul asiático. Como colocamos anteriormente, são exemplos de como os aspectos religiosos influenciam decisivamente as decisões sociopolíticas e socioeconômicas. Além disso, a regionalização desses territórios deriva dessas características. Nos últimos anos, percebemos um crescimento considerável da economia indiana (TRADING

ECONOMICS, 2019a), porém ainda há altas taxas de desigualdade social, assim como no Paquistão. A questão do terrorismo, neste último, além das grandes desigualdades internas, se traduz no baixo nível de investimentos externos recebidos, pelo receio dos investidores. Note que o investimento estrangeiro enfrenta obstáculos oriundos de dogmas religiosos (quer sejam oficiais ou não), como é o caso da sociedade de castas e a desigualdade na Índia, e o terrorismo no Paquistão.



Exemplificando

Há uma diversidade enorme de grupos terroristas atuando no contexto internacional. Esses grupos terroristas são aspectos relevantes quando consideramos a segurança internacional contemporânea. Vejamos, por exemplo, o caso da **Al Qaeda**. O principal objetivo da organização é integrar os povos muçulmanos para criar uma grande nação islâmica unificada. Esse grupo foi o responsável pelo maior atentado terrorista ocorrido até o momento no século XXI – o Ataque às Torres Gêmeas, nos Estados Unidos, em 2001.

No que tange a **Bangladesh** e ao **Sri Lanka**, são dois países menos expressivos economicamente no sul asiático. **Bangladesh** possui um idioma nacional próprio, o bengali, que funciona como um unificador político. Embora não seja oficialmente um estado muçulmano, a maioria da população é islâmica. Um fato de grande importância para Bangladesh é a forte presença de ciclones e inundações, provenientes das monções, intensificadas pelo aquecimento global. Já o **Sri Lanka** é uma ilha muito próxima da Índia, conhecida como Ceilão até 1972. Enquanto a separação estimula a distinção cultural, a proximidade favorece a interação espacial.

Relativamente às questões ambientais, Bangladesh é um caso de destaque. O país, junto à **Índia** e ao **Paquistão**, são três dos maiores destinos internacionais para o **descarte de lixo eletrônico**. Esse elemento é impactante quando observamos que “a montanha de lixo eletrônico global cresce quase 42 milhões de toneladas anualmente. Como é crescente demanda por eletrônicos, a ONU teme que até 2017 esse número aumente em outros 10 milhões de toneladas” (DW, 2015, p. 1).

Leste asiático: China, Japão, Coreia e Taiwan

O leste asiático é marcado por algumas das principais potências da Ásia contemporânea, destacando-se a **China**. Após 1949, com a instauração da República Popular da China (RPC), o país se volta para o desenvolvimento interno. Já no final do século XX, com a ruptura da União Soviética, a China apresenta um modelo conhecido como socialismo de mercado e posterior

inserção internacional. Essa última fase se caracteriza pela forte presença de investimentos e empresas chinesas em diversas partes do mundo, sobretudo na África e na América Latina, por meio de iniciativas, como a Nova Rota da Seda. A China, além de ser o país mais populoso do mundo, possui o segundo maior PIB do planeta, US\$ 12,24 trilhões, em 2017 (TRADING ECONOMICS, 2019b), e muitos analistas afirmam que, em breve, superará o primeiro colocado, os Estados Unidos.



Saiba mais

A China tem assumido crescente destaque no Sistema Internacional. Nesse contexto, atualmente, fala-se em uma Novíssima China, diferente daquela marcada pelo isolacionismo e subdesenvolvimento predominantes na primeira metade do século XX. A fim de entender com mais detalhe a dinâmica de regionalização espacial e econômica na China e como a conjuntura política internacional globalizante constituíram-se pontos importantes para alavancar o seu papel no presente, leia o artigo: *A Novíssima China e o Sistema Internacional*, de Paulo Visentini.

VISENTINI, P. A novíssima China e o Sistema Internacional. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, supl. 1, p. 131-141, 2011.

O **Japão** apresenta uma regionalização urbana bem característica, cuja impressão mais evidente é a “compactação” das cidades, com construções estrategicamente planejadas. Além das cidades, as terras agricultáveis estão distribuídas pelo país de forma estratégica e complementam sua economia. Observe que, apesar de o **Japão** ter sido considerado, por muito tempo, a grande potência asiática, atualmente esse status é ocupado pela **China**. Além disso, grandes potências regionais, como a Índia, a Rússia (considerando sua porção asiática) e a Coreia do Sul, têm adquirido crescente status econômico internacional.

A **Coreia do Sul** divide a península da Coreia junto à Coreia do Norte. De acordo com Weightman (2011, p. 368, tradução nossa), “transformou-se de uma sociedade pobre e essencialmente agrária em uma das nações mais altamente industrializadas do mundo. Com apoio dos Estados Unidos após a Guerra da Coreia (1950-1953), a Coreia do Sul tornou-se um dos países emergentes e industrializados ligados ao sistema econômico global”. Já **Taiwan** (oficialmente República da China) tem sua história marcada pela disputa com a China continental sobre a legitimidade do país, embora, hoje em dia, seja tomado como um país soberano. Seu reconhecimento internacional é bastante limitado. É considerado por Weightman (2011) como um dos novos tigres asiáticos – grupo de países com significativo desenvolvimento econômico a partir da década de 1970. Assim, é economicamente rico, embora politicamente isolado.

Como as disputas geopolíticas entre esses três tigres asiáticos se desdobram na região Leste do continente? Em que medida o processo de desenvolvimentos tecnológico e econômico nesses países os diferenciam da ascensão atual da China? É fato que esses três países apresentaram significativo desenvolvimento ao longo da segunda metade do século XX, porém esse processo foi fortemente marcado por investimentos em educação e pelo pujante desenvolvimento de indústrias, como a de máquinas, equipamentos e automobilística. Isso não se repete no caso da China, que tem baseado seu crescimento econômico, sobretudo, em grandes projetos geoeconômicos internacionais, como é o caso da Nova Rota da Seda (HUNG, 2018).



Refleta

O conflito entre China (República Popular da China) e Taiwan (República da China) remonta à guerra civil de 1949, quando o Partido Comunista chega ao poder na China. A partir daí, os nacionalistas (derrotados) refugiaram-se em Taiwan, estabelecendo um regime capitalista.

Quais são as implicações dessa divisão para o povo chinês? A China continental é de fato uma potência socialista?

Sudeste asiático: Indonésia, Malásia e Filipinas

Antes de elaborar considerações críticas sobre esses três Estados do **sudeste asiático**, vale a pena uma breve sumarização. A **Indonésia** participa de grupos, como a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e do G20. Possui uma população de mais de 260 milhões de habitantes, sendo um dos países mais populosos do globo. Possui o Islamismo como religião majoritária, herança cultural dos comerciantes árabes que desbravavam a Ilha de Sumatra entre os séculos XIII e XIV. A **Malásia** adota o Islamismo como religião do governo, embora o país seja multiétnico e multicultural. Possui altas taxas de crescimento econômico anual, com um PIB de US\$ 314 bi, representando a terceira maior potência econômica do sudeste asiático. Além disso, é o membro fundador da ASEAN. A **Filipinas**, por sua vez, é um país arquipélago de colonização espanhola e inglesa. Manila, a capital, é considerada uma das grandes potências regionais do sudeste asiático, e também um dos membros fundadores da ASEAN.

Segundo Visentini (2011, p. 134, grifos nossos),

“a região do sudeste asiático é **particularmente sensível ao ingresso da China na economia mundial**, por seu peso e por anular certas vantagens comparativas da região. A Associação

de Nações do Sudeste Asiático (Asean) tem agido com rapidez, estreitando a cooperação política e econômica entre seus membros, para acelerar o desenvolvimento econômico e garantir a segurança da região.

Logo, podemos verificar que os aspectos **geoeconômicos e geoestratégicos** são centrais na política internacional desses três países, sobretudo em relação à China, grande potência que ascende. Questões importantes a considerar nesse contexto são relativas à perda de competitividade dessas economias em detrimento da competição chinesa, bem como uma possível passividade de seus governos centrais em face à expansão do poder político chinês.

O **turismo** é uma grande fonte de receitas nesses três países, considerados os principais destinos do sudeste asiático. Logo, o setor de serviços é o que mais movimenta esses arquipélagos. Por outro lado, vale lembrar que os aspectos políticos têm sido um foco de atenção nos últimos anos, sobretudo nas Filipinas. O país elegeu, em 2016, o polêmico presidente Rodrigo Duterte, internacionalmente reconhecido por se comparar a Adolf Hitler e por ser contrário a muitos aspectos ligados aos direitos humanos (BBC, 2018).

Sem medo de errar

Na aula da professora Selma, sobre o tema Ásia, um dos estudantes fez uma colocação a respeito do desenvolvimento econômico da China e da Ásia, com base em um vídeo que eles assistiam em sala. Segundo o aluno, praticamente todos os países asiáticos apresentaram indicadores positivos em termos de desenvolvimento, o que pode ser verificado pela migração de mão de obra do interior desses países para grandes metrópoles, como Shanghai e Pequim. Um dos desdobramentos desse processo teria sido o *boom* das exportações de produtos manufaturados de teor tecnológico verificado a partir dos anos 2000, partindo da Ásia para o restante do globo.

Porém, uma segunda estudante questionou a generalidade na fala do colega sobre o desenvolvimento e a redução das desigualdades na Ásia. Como tal, ela observou que há grandes disparidades de renda e problemas sociais marcantes na maioria dos países asiáticos. Ou seja, de acordo com a percepção dela, apesar de a China ser uma potência em ascensão, com visível progresso econômico, esse desenvolvimento não é contemplado por todos os países asiáticos, como o primeiro aluno colocou.

Sendo assim, o desafio da professora era trabalhar com os alunos essas disparidades existentes na Ásia. Com o intuito de tornar a resolução desse

impasse um processo de aprendizagem mais significativo, Selma decidiu se valer justamente da tecnologia e dos produtos tecnológicos como ferramentas de apoio, sobretudo em função do apelo que eles exercem para com a turma, que é composta, em sua maioria, de nativos digitais. Assim, ela elaborou uma dinâmica que avalia essas disparidades de desenvolvimento na Ásia em termos de exportação de produtos eletrônicos manufaturados. A dinâmica se desdobra em três etapas.

Na primeira etapa, solicitou que cada um dos alunos verificasse as etiquetas de suas camisetas e sapatos. Além disso, que todos anotassem a marca de seus smartphones. Após isso, com o uso de tais smartphones – conectados à internet –, cada aluno deverá investigar o país de origem das empresas que produziram suas camisetas, sapatos e celulares.

Em uma segunda etapa, cada estudante vai adiante e anota em um painel o país onde foram produzidos sua camiseta, seu sapato e seu celular. Essa dinâmica repete-se até que todos os alunos tenham feito a ação.

Em uma terceira etapa, a professora Selma compila junto à turma os países representados, comparando-os, junto aos estudantes, da seguinte maneira:

- a) Qual é a representatividade (em %) dos países asiáticos na produção de roupas/sapatos e de celulares, respectivamente? Há maior presença asiática entre os países produtores de roupas/sapatos ou de smartphones? Por quê?
- b) Quais são os países asiáticos que mais aparecem nas listas (de roupas/sapatos e de smartphones)? Qual região da Ásia (Sul, Sudeste e Leste) esses países representam?
- c) Qual é a representatividade dos dois países mais populosos da Ásia – China e Índia – na produção de roupas/sapatos e smartphones, baseado nessa dinâmica de sala?

Após essa dinâmica, as respostas e conclusões das comparações deverão se aproximar de: (a) o percentual de países asiáticos deverá ser maior na produção de roupas/sapatos em relação à de smartphones; (b) China, Japão, Taiwan e Coreia do Sul (leste asiático) devem ser alguns dos países mais presentes na produção dos smartphones de todos citados, ao passo que, na produção das roupas, países como Índia, Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka (sul asiático) devem ter maior destaque; (c) a China deve ser mais representativa na produção dos smartphones, ao passo que a Índia e a China devem ter representatividade similar na produção de roupas e sapatos.

1. Leia o excerto seguinte, acerca da situação da China na atualidade:

“No início dos anos 1970, a China e os Estados Unidos reaproximaram-se, em uma aliança antissoviética, a qual permitiu a Pequim ocupar o assento permanente da China no Conselho de Segurança da ONU e normalizar suas relações com a maioria das nações. Era o fim de um longo isolamento diplomático e marginalização imposta. Ao mesmo tempo, encerrava-se o longo ciclo de conflitos internos. Com o término da Revolução Cultural e a aliança com os EUA, o maoísmo com ênfase na luta de classes foi deixado de lado. Mao Zedong morreu em 1976 e o grupo reformista ampliou seu poder gradativamente, nele emergindo a liderança de Deng Xiaoping. No final da década o Partido Comunista da China (PCC) introduziu uma série de reformas econômicas, que culminaram com uma abertura externa seletiva e a adoção de novos padrões de desenvolvimento. (VISENTINI, 2011, p. 132)

Através da leitura do excerto anterior e de seus conhecimentos sobre China, é possível afirmar corretamente que:

- a) A China mantém um padrão puramente socialista, quer seja em práticas de gestão do Estado ou da economia.
- b) A China contemporânea, ou novíssima China, é marcada pela redução na sua taxa de crescimento econômico.
- c) A China apresenta modificações políticas e econômicas que a aproximam de um país capitalista.
- d) A China passa a apoiar os Estados Unidos em sua estratégia de expansão hegemônica global a partir do século XXI.
- e) A China torna-se a principal economia do mundo, superando os Estados Unidos já na segunda década do século XXI.

2. A Ásia apresenta marcantes aspectos culturais. Nesse contexto, as diversas religiões presentes nessa porção do globo são fundamentais e influenciam aspectos sociais, políticos e econômicos. Verifique esses aspectos no excerto seguinte:

“O hinduísmo, o budismo e o islamismo são as principais religiões na Ásia, mas o cristianismo e outros sistemas de crenças (...) são importantes em contextos regionais específicos. Todas

essas quatro religiões têm suas áreas de origem, ou lugares de origem, na Ásia continental. Cada uma dessas religiões tem sido historicamente difundida por um ou mais meios: conquista, boca a boca (difusão de contato), migração de adeptos (difusão de relocação), e o trabalho dos missionários (proselitismo). (WEIGHTMAN, 2011, p. 7, tradução nossa)

Baseado no parágrafo anterior e no entendimento das questões críticas sobre contexto político e econômico da Ásia, assinale a alternativa correta quanto à religião na Ásia.

- a) As religiões são um traço marcante na Ásia, porém, na região Leste, não são tão expressivas.
- b) Uma vez que o Islamismo é muito presente na Ásia, o terrorismo também é muito comum.
- c) Não há países católicos no continente asiático, sobretudo por uma aversão às ex-colônias.
- d) A ascensão da China tem difundido sua religião – o Confucionismo – através da Ásia.
- e) Não se verifica a influência da religião na política na Ásia, logo todos são Estados laicos.

3. Há diversas proposições e argumentos acerca da ascensão da China na ordem global. Vejamos duas delas:

Proposição 1

(...) meu argumento é que o boom da economia chinesa se origina na convergência dos legados de dois lados da Guerra Fria: do desenvolvimento maoísta e do modelo de desenvolvimento orientado para as exportações do leste asiático. É uma condição única que dificilmente pode ser replicada em outros países em desenvolvimento. Mais ainda, a fonte final do dinamismo da economia chinesa vem do seu setor exportador, que tem sido dominado por empresas privadas (nacionais ou estrangeiras) e muito bem integradas no circuito global de livre comércio. É nesse mesmo setor exportador que a expansão de empresas estatais relativamente não lucrativas tem se baseado. Nesse sentido, o *boom* da China só é possível pela participação do país na ordem global neoliberal caracterizada pelo livre comércio e livre mobilidade de capital, estando, portanto, longe de ser um rompimento com essa ordem. (HUNG, 2018, p. 3)

“O desenvolvimento econômico chinês e o fim da Guerra Fria foram determinantes para as relações entre a China e a África. Até então, a política externa chinesa para o continente (...) se baseava na antiga disputa ideológica, primeiramente com os Estados Unidos e as potências coloniais europeias, e, depois, com a União Soviética. Assim, a China buscava parcerias que convergissem com sua posição conjuntural, bem como uma diplomacia de prestígio. Quando o país se distanciava da URSS, aliava-se com aqueles que fossem contra a infiltração do bloco soviético no continente, como em uma tentativa de polarizar o sistema internacional de uma forma mais intensa. Assim, durante a década de 1980, houve um decréscimo nas relações sino-africanas, pois muitos acreditavam que a China não precisa da África como das potências ocidentais para edificar seu próprio fortalecimento econômico. (VISENTINI, 2011, p. 139)

Assinale a única opção que sintetiza os principais argumentos apresentados nas duas proposições.

- a) Se as relações diplomáticas da China com a África não se intensificam a partir dos anos 1980, de forma a não se recuperarem até hoje, não se pode afirmar o mesmo sobre as relações China-EUA.
- b) O único continente em que a China não se engajou completamente na ordem capitalista global, via exportações e comércio, foi a África, sobretudo a região setentrional do continente.
- c) Tanto a China quanto as potências ocidentais (em particular, os Estados Unidos e a União Europeia) engajaram-se no sistema neoliberal de comércio, a fim de evitar conflitos internacionais.
- d) Mesmo com a modernização recente e o rápido engajamento no sistema global de comércio, a China continua sendo um dos países mais violentos do mundo e alvo constante de terrorismo.
- e) Após a Guerra Fria, verifica-se uma tendência de aproximação entre a China e as potências ocidentais, pautada no comércio internacional e na inserção chinesa em cadeias globais de valor.

Regionalização e meio ambiente

Diálogo aberto

Como as questões ambientais afetam o planeta e os processos de regionalização do espaço? Será que há algum tipo de relação entre esses processos de regionalização e os problemas ambientais da atualidade, como o aquecimento global, os longos períodos de estiagem, inundações e desabamentos de encostas em muitas cidades do planeta? Como esses problemas são tratados em perspectiva internacional?

Desde o início da unidade, acompanhamos a professora Selma e os dilemas que ela enfrenta ao lecionar para o curso de licenciatura em Geografia; dilemas esses muito comuns aos professores: alunos dispersos e uso indevido das tecnologias em sala, como os smartphones. Isso tem feito Selma refletir acerca do processo de ensino e aprendizagem, sobretudo no que tange à articulação entre a teoria, os contextos práticos de ação e a realidade da atuação profissional desses futuros docentes. Um caso de destaque ocorreu quando uma catástrofe ambiental ocorreu na cidade.

As chuvas intensas da semana ocasionaram o desabamento de três casas construídas em uma área de alta declividade de um bairro rural. Assim, houve o registro das perdas materiais, mas também da morte de um dos moradores que dormia no momento em que as casas desabaram. A manchete principal do jornal local colocava que essa situação não teria ocorrido se a área não fosse rural. Segundo a reportagem, esse tipo de acidente não ocorre em áreas urbanizadas.

Os estudantes, bastante sensibilizados com o caso, observaram que desastres ambientais não são específicos das zonas rurais. Ou seja, analisando a questão de uma perspectiva multilateral, eles verificaram que não apenas esse tipo de acidente poderia ocorrer em meios urbanos, como observaram que eram frequentes, já que há registros de grandes deslizamentos em áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo.

Selma percebeu, a partir desses comentários dos estudantes, que havia um impasse muito evidente entre o tratamento da regionalização dos espaços de forma isolada, já que um entendimento de que o acidente era inerente a áreas rurais por parte da mídia se contrapunha a uma perspectiva mais ampla e multilateral dessas questões por parte dos estudantes.

Para se aproveitar desse impasse, vamos verificar como a professora articulará seus alunos para que proponham ao jornal local uma nova publicação sobre o ocorrido e que, assim, possam esclarecer à população e também promover uma ação consciente e cidadã, por parte dos futuros professores.

Não pode faltar

Acordos e protocolos ambientais internacionais

A questão ambiental tem recebido grande evidência nas discussões sobre regionalização dos espaços em contexto mundial. Destacam-se, sobretudo, os temas ligados às mudanças climáticas (incluindo aquecimento global, ciclos do carbono, energias renováveis e redução no uso de energias de combustíveis fósseis e dos chamados gases CFC – Clorofluorcarbonos). Comprovando a importância da temática, o documento intitulado **Relatório Brundtland**, também conhecido como **Nosso Futuro Comum**, foi publicado em 1987. Nele, o conceito de **desenvolvimento sustentável** foi originalmente concebido nos seguintes moldes: “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (BARBOSA, 2008, p. 2).

Em política internacional, a questão ambiental ganha fôlego, principalmente, a partir de conferências internacionais gerenciadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1972, a **Conferência de Estocolmo** provoca, como consequência direta, a criação do **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)**.

A **ECO 92** – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992) – tem como um dos produtos mais importantes a **Agenda 21**, um plano de ação não-vinculativo (ou seja, não é uma lei, cujo atendimento é obrigatório) criado pela ONU, ou seja, uma espécie de *roadmap* para a humanidade atingir o desenvolvimento sustentável no século XXI. Em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como **Rio+20**, discutiu a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

Além dessas conferências, uma série de tratados, acordos e protocolos internacionais foram assinados para a promoção do desenvolvimento sustentável. Três dos principais foram: o Protocolo de Quioto (1997), o Acordo de Copenhague (2009) e o Acordo de Paris (2015). O objetivo central deste último é a manutenção do aumento da temperatura global abaixo de 2 °C, limitando o aumento a 1,5 °C, reduzindo, assim, os riscos e os efeitos das mudanças climáticas. O Acordo de Paris foi estruturado

em torno de três frentes: mitigação, adaptação e financiamento às ações e políticas climáticas.

Segundo Duarte (2004, p. 5), essas conferências passaram a adquirir grande relevância na política internacional, uma vez que os “problemas ambientais se tornam efetivamente globais, e passam a suscitar medidas governamentais e não-governamentais, políticas, jurídicas, econômicas e educacionais em escala mundial”. Uma série de fatores explicaria essa relevância, dentre eles, Duarte (2004, p. 5, grifos nossos) enfatiza três:

- Em primeiro lugar, **alguns problemas só podem ser administrados por meio da cooperação entre todos os Estados** do Sistema Internacional. Ou seja, a cooperação internacional ambiental pode ter lugar a partir de interesses comuns entre os Estados. Tal é o caso do adelgaçamento da camada de ozônio e das mudanças climáticas. Existem, ainda, os recursos globais comuns, como os oceanos, a atmosfera, o espaço exterior e, para alguns, os recursos genéticos;
- Em segundo lugar, **existem problemas locais ou regionais que ultrapassam fronteiras** tornando-se, dessa forma, transnacionais, como a chuva ácida ou o depósito de certos materiais tóxicos em locais que sofrem a ação de forças naturais, como rios e ventos. Frequentemente, a ação concertada de grupos ambientalistas não governamentais, muitas vezes atuando fora da região onde ocorre o problema, acaba por conferir visibilidade à questão e inseri-la na agenda global. Pode ocorrer, ainda, que o mesmo problema se repita em diferentes localidades do planeta, o que provoca a busca de soluções comuns e concertadas;
- Em terceiro lugar, **os problemas ambientais e os dilemas socioeconômicos são indissociáveis**, como lembra o Relatório **Nosso Futuro Comum**. A pobreza leva à exploração excessiva dos recursos naturais, à poluição, ao uso de tecnologias ultrapassadas. Paralelamente, a afluência também implica a superexploração dos recursos, a manutenção de padrões de consumo insustentáveis, e a degradação ambiental resultante da riqueza.



Saiba mais

O histórico do tratamento do meio ambiente como tema central na política internacional é relevante para compreender a sua importância. Nesse sentido, o artigo de Lílian Duarte é, ao mesmo tempo, didático e completo no que se refere à apresentação de um panorama detalhado

desse contexto. Leia o artigo, da página 5 à 12, da Revista Cena Internacional, conforme segue:

DUARTE, L. C. B. A Política Ambiental Internacional: uma introdução. **CENA INTERNACIONAL** – UnB, v. 6, n. 1, p. 5-12.

Com base nesses apontamentos e no panorama dos acordos ambientais em nível internacional, cabe analisar três elementos importantes no que diz respeito à temática ambiental e climática no mundo contemporâneo: a gestão de regiões afetadas por desastres (naturais e antrópicos), a criação das áreas de preservação ambiental e a relação entre o meio ambiente e o processo de urbanização acelerada pelo qual passa o planeta.

Regiões afetadas por desastres

Segundo Santos (2012, p. 33, grifos nossos), com base em um relatório da ONU,

“cerca de 75% da população mundial vive em zonas que, ao menos uma vez, foram afetadas por um **desastre natural**: terremotos, ciclones tropicais, inundações e secas. Esses dados se referem ao período compreendido entre 1980 a 2000, do qual resultaram mais de 184 mortes diárias e um significativo contingente de desabrigados em várias partes do globo.

A mesma autora observa que seria um equívoco considerar que as situações de emergência se manifestam em todas as regiões da mesma maneira e que todos os setores sociais são atingidos da mesma forma. De fato, segundo Santos (2012), mais de 95% das vítimas e 75% das perdas econômicas provocadas por situações de risco se encontram em países menos desenvolvidos.

Observa-se que, na **gestão de áreas e regiões afetadas por desastres**, há uma série de ações e políticas de assistência às sociedades impactadas por essas crises. Santos (2012, p. 36, grifos nossos) apresenta algumas dessas ações:

“a) a **preparação, ou pré-impacto**, refere-se à atuação direta junto a indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, que habitam áreas de risco, vivenciam situações de pobreza e exclusão socioeconômica e socioespacial, sendo este o público em potencial dos desastres;

b) **ruptura/emergência**, ocorre durante o impacto, trata-se da responsabilização pelo acolhimento dos afetados, por sua

inserção nos abrigos, da gestão do abrigo, do gerenciamento e da distribuição de benefícios, entre outras ações;

- c) **recuperação, ou pós-impacto**, relaciona-se à garantia dos meios de manutenção dos afetados nos abrigos ou do retorno às moradias que ainda estiverem em condições de habitabilidade, acompanha o encaminhamento às moradias populares, defende a participação da população no processo decisório sobre a reconstrução das cidades, orienta sobre o acesso aos benefícios contínuos, entre outras.

A gestão de áreas afetadas por desastres e a gestão ambiental têm uma aproximação muito evidente. De fato, analisando o caso do Brasil, Almeida e Pascoalino ([s.d.], p. 8) observam que “existe uma relação tênue entre o aumento da degradação ambiental, a intensidade das consequências dos desastres naturais e a crescente vulnerabilidade social (pobreza, déficit habitacional, carência de serviços urbanos, etc.)”. Além disso, segundo as autoras,

“ (...) a falta de aplicação ou o desrespeito à legislação ambiental e urbanística (e.g. Código Florestal e leis de uso e ocupação do solo) prepondera em todo o território nacional, e corrobora para o aumento da frequência e magnitude dos desastres (que atualmente vem se transformando em catástrofes) e da incapacidade, e às vezes condescendência do poder público na gestão do território frente à especulação imobiliária e o clássico predomínio do poder econômico sobre a lei e o poder público, este responsável em resguardar o direito público em relação ao direito privado. (ALMEIDA; PASCOALINO, [s.d.], p. 8)

Cabe apresentar **alguns exemplos** substanciais acerca das áreas impactadas por desastres naturais no Brasil. Lopes (2016), por exemplo, analisa os detalhes do **rompimento da barragem de Mariana, no estado de Minas Gerais**, ocorrida em 2015, considerado o maior desastre ambiental do Brasil até hoje. O autor assim descreve, em poucas palavras, esse desastre:

“ No dia 05 de novembro de 2015, o dique de Fundão entrou em colapso e rompeu-se, causando um desastre ambiental sem precedentes na história do Brasil. Os efeitos imediatos dessa tragédia, ainda em desenvolvimento, puderam ser observados desde a jusante da barragem destruída, em Minas Gerais, até a foz do rio

Doce, no mar do Espírito Santo. Seu legado: um rastro de destruição, contaminação e mortes. (LOPES, 2016, p. 3, grifos nossos).

Outro caso de destaque foram as **fortes chuvas e deslizamentos que ocorreram em 12 de janeiro de 2011 na região serrana do estado do Rio de Janeiro**. Segundo Freitas *et al.* (2012, p. 1582),

“ como uma fratura exposta da sociedade, o desastre revelou como a Região Serrana apresentava problemas crônicos de construções inadequadas em áreas de riscos (margens de rios e encostas), drenagem de águas, acúmulo de lixo nas encostas e desmatamentos, além da urbanização não planejada e a falta de terrenos próprios para moradias seguras, contribuindo para aumentar a vulnerabilidade socioambiental e convertê-las em desastres, expondo e afetando de modo mais intenso os mais pobres.

Mais recentemente, em 25 de janeiro de 2019, ocorreu um dos piores desastres ambientais do Brasil: uma **barragem de uma mineradora se rompeu na mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho**, Minas Gerais. A enxurrada de lama atingiu um dos prédios corporativos da empresa e comércios próximos ao local. Até o dia 4 de fevereiro de 2019, 134 mortes foram confirmadas, e 199 pessoas ainda estavam desaparecidas.

Baseado nesses casos, observamos que os desastres afetam regiões de forma desigual, de maneira que certos territórios são mais propícios a esses acidentes, quer seja por fatores antrópicos (como a barragem de Mariana que fazia parte das operações de uma grande empresa mineradora) ou por fatores físicos mais propícios a acidentes (como a região serrana no Rio) que se associam à ocupação indevida e/ou de forma ilegal.



Exemplificando

A história recente do Brasil trouxe um conjunto de desastres naturais importantes. Dentre eles:

Ano 2000 - Vazamento de óleo na Baía de Guanabara: um acidente com um navio petroleiro resultou no derramamento de mais de um milhão de litros de óleo in natura no Rio de Janeiro.

Ano 2003 - Vazamento de barragem em Cataguases: o rompimento de uma barragem de celulose em Minas Gerais ocasionou o derramamento de mais de 500 mil metros cúbicos de rejeitos.

Ano 2011 - Vazamento de óleo na Bacia de Campos: houve o vazamento de uma grande quantidade de óleo no Rio de Janeiro. A empresa americana Chevron despejou no mar cerca de três mil barris de petróleo, provocando uma mancha de 160 quilômetros de extensão.

Fonte: GONÇALVES, D. P. Principais desastres ambientais no Brasil e no mundo. **Jornal da Unicamp**, 2017.

Regiões e áreas de preservação.

Conforme Borges *et al.* (2011, p.1), no Brasil, a ideia de “se proteger áreas representativas dos ecossistemas naturais de um determinado ambiente, no território brasileiro, vem desde a criação do Código Florestal de 1934”.

No artigo 30 do atual Código Florestal (Lei nº 12.651/12), é definida a **Área de Preservação Permanente (APP)** como: “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 2012, [s.p.], grifos nossos).

As APPs são diferentes das **Unidades de Conservação**, porque, ao passo que essas unidades estabelecem o uso sustentável ou indireto de áreas preservadas, as APPs são áreas que não podem ser tocadas, não sendo permitida a exploração econômica de forma direta.

Além do Código Florestal, que tem função normativa, há no Brasil um órgão com função acessória, incluindo pesquisa sobre as APPs e temas ambientais correlatos: o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). De acordo com Borges *et al.* (2011, p. 2):

“Visando a tornar o Código Florestal e as normas que tratam do meio ambiente exequíveis, foi instituído, no Brasil, pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA - Lei 6.938/81), o **Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)**. O CONAMA tem como principal finalidade: assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente, além de deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.



Refleta

As áreas de preservação ambiental foram criadas para evitar que ações humanas destruam os ecossistemas e afetem negativamente o meio ambiente. No entanto, mesmo após a criação dessas áreas (no Brasil e no mundo), parece que os problemas ambientais têm se agravado nas últimas décadas. As mudanças climáticas, por exemplo, são uma forte evidência disso. Baseado em suas leituras, a que se deve esse descompasso entre legislações ambientais cada vez mais presentes e o agravamento dos problemas ambientais?

Aspectos ambientais no contexto de urbanização acelerada

Fazendo uma conexão com a temática tratada anteriormente, Borges *et al.* (2011, p. 7) observam que:

“As cidades nascem e crescem a partir dos rios, que funcionam como canal de comunicação e suporte de serviços essenciais que incluem o abastecimento de água potável e a eliminação dos efluentes sanitários e industriais. A água, ou melhor, os recursos hídricos, são, dentre os recursos naturais, aqueles de que o homem mais depende. Contudo, na prática, a preservação das APPs que margeiam os corpos d’água, em zonas urbanas, é ignorada. As principais falhas na proteção dessas faixas ciliares se dão pela ineficiência do cumprimento das normas jurídicas que as protegem em áreas urbanas (ARAÚJO, 2002). A mesma autora ainda afirma que a questão das APPs em áreas urbanas está entre as interfaces mais mal trabalhadas na legislação ambiental.

Isso se torna fundamentalmente grave quando observamos que, no limiar do século XXI, acentuam-se **problemas complexos nos espaços urbanos**. Particularmente nas grandes metrópoles, algumas dessas adversidades incluem: disparidades de renda, periferização e desigualdades socioespaciais, *sprawl urbano*, violência e criminalidade, problemas ambientais, crise de tráfego e de mobilidade urbana.



Assimile

O *sprawl urbano* (ou expansão urbana/suburbana) descreve a expansão das populações humanas das áreas urbanas centrais para comunidades de baixa densidade,

monofuncionais e, geralmente, dependentes de carros, em um processo chamado de suburbanização.

A questão urbana se torna extremamente relacionada à questão ambiental quando observamos alguns dados recentemente publicados. Um desses dados diz respeito ao **crescimento da população urbana**, que representará 60% da população global em 2020, e 70% em 2050. Atualmente, essa tendência já é extrapolada, por exemplo, na América do Norte, cuja população urbana representa 82%, e na América Latina e Caribe, com 80% (BOUSKELA *et al.*, 2016).

Quais são os impactos ambientais e climáticos desse crescimento acelerado na população urbana mundial? De que modo lixo e dejetos serão tratados? E qual é a maneira mais adequada para essas operações, de modo que o ambiente urbano tenha capacidade de abrigar, de forma sustentável, um contingente cada vez maior de habitantes?

Essas questões estão no cerne nas **políticas ambientais urbanas** necessárias a um desenvolvimento sustentável na era das grandes metrópoles. A elaboração, implementação e avaliação dessas políticas deve considerar não apenas critérios técnicos no que tange ao tratamento e gerenciamento dos dejetos no espaço urbano, mas também os impactos humanos, ou seja, as externalidades de tais políticas em populações, sobretudo aquelas mais vulneráveis socioeconomicamente.

Sem medo de errar

A professora Selma, assim como tantos outros docentes, costuma enfrentar desafios cotidianos no que se refere ao uso indevido das tecnologias em sala de aula e os possíveis prejuízos que isso pode causar no processo de ensino e aprendizagem. Em sua aula, que versava sobre a temática ambiental e sua intersecção com os processos de regionalização dos espaços, ela percebeu que os alunos discutiam a reportagem de um jornal local, que tratava um recente deslizamento ocorrido na zona rural do município como um problema inerente ao meio rural e impossível de ser verificado na zona urbana. O incidente foi um deslizamento de terra, que destruiu três casas construídas em uma região de alta declividade e levou uma pessoa a óbito. Diante disso, o jornal local indicou que esse tipo de situação não ocorreria em um contexto urbano. No entanto, os estudantes apontavam que as zonas urbanas também são propícias a esse tipo de desastre, sobretudo em bairros localizados em regiões de alta declividade, colinas ou morros.

Diante desses comentários conflitantes, a professora resolveu se aproveitar da problemática causada pela reportagem e trabalhar a percepção dos alunos sobre a temática ambiental e os processos de urbanização. Nesse sentido, ela propôs que a turma escrevesse um artigo, em contrapartida, para esclarecer a população acerca do tema. Essa atividade consiste em três etapas.

Primeiro, os estudantes deveriam pesquisar ONGs que atuam no contexto socioambiental no país, como WWF-Brasil, Greenpeace, SOS Mata Atlântica, Conservation Internacional do Brasil e Instituto Akatu. Aqui, é preciso investigar as suas linhas de atuação e seus métodos de trabalho (como realizam suas intervenções, quais são as áreas e regiões em que atuam, se urbanas, rurais ou mistas, etc.), qual é o objetivo fundamental da ONG, com quais outros atores da sociedade essas ONGs atuam de forma conjunta (cidadãos, empresas, setor público, outras ONGs, etc.). Nesse sentido, Selma solicitou que se destacassem duas linhas de atuação:

- Linha 1: Políticas e ações de combate às mudanças climáticas.
- Linha 2: Poluição e questões ambientais nos espaços urbanos.

Após essa etapa de investigação, os alunos devem discutir, em pequenos grupos, como se dão as intervenções e o quanto elas estão associadas às mudanças climáticas. Verifique, também, como as ONGs entendem a amplitude dos problemas em caráter espacial, ou seja, localmente (zona urbana ou rural), ou de abrangência regional e internacional mais ampla. Dessa forma, os estudantes verão que tais ONGs, assim como a comunidade científica, entendem os processos de mudanças climáticas de modo global, embora sua atuação ocorra majoritariamente aos níveis local e regional, são, contudo, ações fruto de políticas aplicadas em diversas escalas.

Essas ONGs entendem que o contexto urbano expõe vulnerabilidades ambientais em diversos níveis e áreas: poluição do solo, do ar e da água (em riachos urbanos), armazenamento, transporte e descarte de dejetos, áreas verdes e parques presentes em cidades, regiões propícias a acidentes, como habitações em encostas de morros e bairros próximos a cursos d'água, portanto, sujeitos a alagamentos e enchentes. Enfim, em diversos níveis, muitos dos quais fazem parte da atuação dessas ONGs, as temáticas ambientais encontram intersecção com os espaços urbanos.

Esse exercício envolve diretamente os resultados de aprendizagem desta unidade, relacionados ao entendimento espacial e geográfico das questões climáticas, ou seja, como essas questões ultrapassam escalas e fronteiras e atingem o planeta de forma ampla e interconectada. Com isso, é possível que os estudantes de Selma elaborem um artigo em contrapartida ao divulgado na mídia local.

1. Leia com atenção o texto 1 a seguir:

TEXTO 1

“Os anos 1990 tornaram-se conhecidos como a Década das Conferências, pela esperança depositada no multilateralismo e pela consolidação da agenda social global: para citar apenas algumas, houve a Conferência Mundial sobre a Criança, a Rio-92, a Conferência de Viena sobre os Direitos Humanos, a Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento, a Conferência de Beijing sobre a Mulher, a Habitat-II. Por isso, acreditava-se que finalmente o movimento ambiental teria o impulso e a força necessários para implementar programas acordados ao longo de vinte anos. (DUARTE, 2004, p.9)

Com base no texto, é correto afirmar que:

- a) Na década de 1990, iniciaram-se as conferências internacionais sobre a temática ambiental.
- b) Embora com certo impulso nos anos 1990, o movimento ambiental ainda atravessa barreiras.
- c) O tema ambiental pode ser tomado isoladamente das temáticas políticas e econômicas.
- d) O multilateralismo teve sucesso na introdução e resolução das grandes questões ambientais.
- e) O ambiente e a sociedade podem ser considerados duas esferas autônomas de análise.

2. A área de política ambiental global teve um crescente destaque nas três últimas décadas, sobretudo pelo amplo reconhecimento de que significativa parte do processo de aquecimento global é causado por ações humanas. Nesse contexto, diversos protocolos internacionais foram desenvolvidos para a tratativa de questões como sustentabilidade, mudanças climáticas e gestão de recursos ambientais. Dentre eles, destacam-se:

- (1) Protocolo de Quioto.
- (2) Acordo de Copenhague.
- (3) Acordo de Paris.

Utilize os códigos entre parênteses para relacionar o protocolo/acordo com algumas de suas características principais:

- () Foi negociado pelos representantes de 196 países na 21ª Conferência da ONU sobre Clima, ocorrida em 2015. O seu objetivo central é a manutenção do aumento da

temperatura global abaixo de 2 °C, limitando o aumento a 1,5 °C. Foi estruturado em torno de três frentes: mitigação, adaptação e financiamento às ações e políticas climáticas.

- () Foi assinado em 1997 e compromete os Estados a reduzirem as emissões de gases do efeito estufa, com base no consenso científico de que (I) está ocorrendo o aquecimento global e (II) é extremamente provável que as emissões de CO₂ causadas pelo homem sejam as grandes responsáveis pelo processo.
- () Foi firmado na 15ª Conferência da ONU sobre Clima, em 2009, e avança na busca de soluções para combater as emissões de gases de efeito estufa. Sua elaboração ocorreu a partir de um processo de negociação entre Brasil, África do Sul, Índia, China, Estados Unidos e União Europeia.

Assinale a alternativa que preenche de forma correta e respectiva a ordem das descrições anteriores.

- a) 3 – 2 – 1.
- b) 2 – 3 – 1.
- c) 3 – 1 – 2.
- d) 2 – 1 – 3.
- e) 1 – 2 – 3.

3. As Áreas de Preservação Ambiental (APPs) são uma categorização atribuída no Código Florestal brasileiro para áreas que estão sob a proteção e custódia do Estado. Sobre as APPs, considere os dois excertos que seguem:

TEXTO 1:

“Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.” (BRASIL, 2012, [s.p.]).

TEXTO 2:

“A legislação que trata das APPs surgiu como consequência da grande preocupação em relação às áreas reconhecidas como importantes fontes de bens e serviços ambientais essenciais à sobrevivência do homem. Qualquer que seja o local estabelecido por lei como APP, independentemente se há ou não cobertura vegetal, se é em área urbana ou rural, deve ser considerado

intocável, com exceção dos casos de utilidade pública, interesse social e atividades de baixo impacto ambiental definidos pelo CONAMA. (BORGES *et al.*, 2011, p. 8)

Assinale a única opção que está de acordo com o disposto nos dois textos anteriores.

- a) As APPs jamais poderão ser utilizadas para atividades sociais, independentemente do motivo.
- b) As APPs devem conter ao menos algum recurso natural escasso: vegetal, hídrico ou geológico.
- c) As APPs dizem respeito exclusivamente a recursos naturais, desconsiderando-se a fauna.
- d) As APPs são apenas aquelas áreas sem habitantes (excluindo até as populações indígenas).
- e) As APPs podem, eventualmente, ser utilizadas para atividades sociais de interesse comum.

- ALMEIDA, C. *et al.* A concepção brasileira de “cooperação Sul-Sul estruturante em saúde”. **R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 25-35, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17397/2/4.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.
- ALMEIDA, L.; PASCOALINO, A. **Gestão de risco, desenvolvimento e (meio) ambiente no Brasil**: um estudo de caso sobre os desastres naturais de Santa Catarina. [s.d.]. Disponível em: <https://bit.ly/2t1MVey>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- BANCO MUNDIAL. **Indicadores de População do Banco Mundial**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2i2GamH>. Acesso em: 27 jan. 2019.
- BARBOSA, G. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 1, n. 4, jan./jum. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2sFdR44>. Acesso em: 27 jan. 2019.
- BBC. **Rodrigo Duterte**: quem é o presidente das Filipinas comparado a Bolsonaro no exterior que quer criar ‘esquadrão da morte’. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45863030>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm. Acesso em: 10 jan. 2019.
- BORGES, L. *et al.* Áreas de preservação permanente na legislação ambiental brasileira. **Ciência Rural**, Santa Maria, p.1-9, 2011. Disponível em: <http://submission.scielo.br/index.php/cr/article/viewFile/39118/4803>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- BOUSKELA, M. *et al.* **The road towards smart cities**: migrating from traditional city management to the smart city. Washington D.C.: Inter-American Development Bank, 2016. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/publication/17415/road-toward-smart-cities-migrating-traditional-city-management-smart-city>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Controle da população e ideologia. **Revista de Administração de Empresas**, v. 18, n. 4, p. 45-50, 1978. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v18n4/v18n4a04.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- BULARD, M. **A China sacode a ordem mundial**. 2005. Disponível em: <https://diplomatieque.org.br/a-china-sacode-a-ordem-mundial/>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- BUSS, P.; FERREIRA, J. Ensaio crítico sobre a cooperação internacional em saúde. **R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 93-105, 2010. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/710/1355>. Acesso em: 19 dez. 2018.

COSTA, T. **O acordo militar entre Israel e EUA e suas consequências**. 2016. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2016/12/21/o-acordo-militar-entre-israel-e-eua-e-suas-consequencias/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

DUARTE, L. C. B. A Política Ambiental Internacional: uma introdução. **CENA INTERNACIONAL** – UnB, v. 6, n. 1, p. 5-12, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2CyVlyN>. Acesso em: 10 jan. 2019.

DW. **Agência da ONU alerta contra aumento de lixo eletrônico**. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2RP4FIZ>. Acesso em: 20 jan. 2019.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Estes serão os países mais populosos de 2018**. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2SpoAha>. Acesso em: 4 fev. 2019.

ESTADÃO. **Saiba quais são os principais grupos terroristas do mundo**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2GkbbAu>. Acesso em: 8 jan. 2019.

FARINACCIO, R. **Smarthphones voltam a ter aumento no número de vendas em 2018**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2FPkZ5h>. Acesso em: 21 jan. 2019.

FREITAS, C. *et al.* Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência – lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciência e Saude Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1557-1586, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2012.v17n6/1577-1586>. Acesso em: 11 jan. 2019.

GONÇALVES, D. P. Principais desastres ambientais no Brasil e no mundo. **Jornal da Unicamp**, 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/01/principais-desastres-ambientais-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 12 jan. 2019.

HUNG, Ho-fung. A ascensão da China, a Ásia, e o Sul Global. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 1-26, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v22n1/1415-9848-rec-22-01-e182213.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2018.

JORNAL DA UNICAMP. **Principais desastres ambientais no Brasil e no mundo**. 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/01/principais-desastres-ambientais-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 12 jan. 2019.

LOPES, L. O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. **Sinapse Múltipla**, v. 5, n. 1, p. 1-14, jun. 2016. Disponível em: <http://seer.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla/article/view/11377/9677>. Acesso em: 11 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Missões de Paz**. 2018. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MORAES, M. L. **O Brasil e a Minustah** – os três “Ds” da cooperação brasileira para o Haiti: diplomacia, desenvolvimento e defesa. 2017. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/article/download/867/910/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

NÓBREGA, B. **A cooperação internacional e o sistema OMC enquanto instrumentos condutores do desenvolvimento econômico.** 2016. Disponível em: <http://conteudojuridico.com.br/artigo,a-cooperacao-internacional-e-o-sistema-omc-enquanto-instrumentos-condutores-do-desenvolvimento-economico,55912.html>. Acesso em: 19 dez. 2018.

NUNES, C. **A paradiplomacia no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul.** 2005. 163f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6142>. Acesso em: 20 dez. 2018.

ONU BRASIL. **Conheça a ONU.** 2018a. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/>. Acesso em: 19 dez. 2018.

RUBENSTEIN, J. M. **Human Geography.** 9. ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice-Hall, 2008.

SILVA, C.; CIPRIANI, J. **Número de mortos na tragédia em Brumadinho chega a 134.** 2019. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/04/interna_gerais,1027618/numero-de-mortos-na-tragedia-em-brumadinho-chega-a-134.shtml. Acesso em: 5 fev. 2019.

SANTOS, R. Gestão de desastres e política de assistência social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 32-40, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a03v15n1.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.

TRADING ECONOMICS. **Índia** – PIB Taxa de Crescimento Anual, 1963-2015. 2019a. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/india/gdp-growth-annual>. Acesso em: 20 jan. 2019.

TRADING ECONOMICS. **China** - PIB Taxa de Crescimento Anual, 1963-2015. 2019b. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/china/gdp-growth-annual>. Acesso em: 20 jan. 2019.

VISENTINI, P. A novíssima China e o Sistema Internacional. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, supl. 1, p.131-141, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2MMhu0I>. Acesso em: 6 jan. 2018.

WEIGHTMAN, B. **Dragons and Tigers: a Geography of South, East and Southeast Asia.** 3. ed. River Street, Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2011.

ISBN 978-85-522-1440-3



9 788552 214403 >